



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

JÁRDINA KELLY DA SILVA

SUICÍDIO E RACISMO: uma reflexão antropológica acerca da ideação e tentativas de suicídio realizadas por mulheres negras acolhidas no CERIR João Balula, João Pessoa - PB

**João Pessoa
2024**

JÁRDINA KELLY DA SILVA

SUICÍDIO E RACISMO: uma reflexão antropológica acerca da ideação e tentativas de suicídio realizadas por mulheres negras acolhidas no CERIR João Balula, João Pessoa - PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Antropologia.

Linha de Pesquisa: Corpo, Saúde, Gênero e Geração.

Orientadora: Profa. Dra. Ednalva M. Neves.

**João Pessoa
2024**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586s Silva, Járdina Kelly da.

Suicídio e racismo : "uma reflexão antropológica acerca da ideação e tentativas de suicídio realizadas por mulheres negras acolhidas no CERIR João Balula, João Pessoa - PB" / Járdina Kelly da Silva. - João Pessoa, 2024.

110 f. : il.

Orientação: Ednalva Maciel Neves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Antropologia - Suicídio. 2. Racismo - Mulheres negras. 3. Práticas de racismos - Suicídio. I. Neves, Ednalva Maciel. II. Título.

UFPB/BC

CDU 572:616.89-008.441.44(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Járdina Kelly da Silva

“Suicídio e racismo: uma reflexão antropológica acerca da ideação e de tentativas de suicídio realizadas por mulheres negras acolhidas pelo Cerir João Balula, João Pessoa/PB”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: _____ APROVADA _____

Em: 28 de fevereiro de 2024.

Banca examinadora

Profa. Dra. Ednalva Maciel Neves
(orientadora) - PPGA/UFPB

Profa. Dra. Aina Guimarães Azevedo
(examinadora externa) - UFPB

Profa. Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB

Alguém afirmou: “a gratidão é a memória do coração”.

Dedico esta dissertação primordialmente a Deus, por ter me guiado e consentido forças para prosseguir.

Dedico à minha mãe, Ana Maria; à minha irmã Joelma Coeli e ao meu pai, Avanildo Francisco, agradeço por tê-los na minha vida, pelas suas palavras de incentivo e carinho. Sinto que estão transbordantes de felicidade por essa conquista.

À minha família pelos sorrisos e choros juntos na jornada da vida.

Às amigas e aos amigos pelos saberes, angústias e alegrias compartilhadas ao longo da formação acadêmica.

Esta dissertação é dedicada especialmente a Francisco Xavier e Francisca Lucas (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Hoje é o fim de um ciclo, é o momento de agradecer aos presentes nesta trajetória.

À instituição Universidade Federal da Paraíba – UFPB, espaço que ocupo desde a graduação; nesta oportunidade, manifesto meu agradecimento e admiração às integrantes da banca, a Professora Dra. Ednalva Maciel (orientadora), a Professora Dra. Aina Guimarães e a Professora Dra. Patrícia Goldfarb presentes nessa ocasião tão especial da minha vida.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia – PPGA, agradeço aos coordenadores do programa, o Professor Dr. Marco Aurélio e à Professora Dra. Márcia Longhi, a todo corpo docente e administrativo.

Ainda, agradeço ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que possibilitou a realização dessa pesquisa.

Externo a minha profunda gratidão e o meu carinho à amiga Núbia Guedes, pelo incentivo, compartilhamento de conhecimentos e vivências. Também, não poderia deixar de agradecer a Ronaldo Cordeiro pela amizade, o apoio e partilhas de saberes e experiências na jornada.

Agradeço aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa – SMS, aos da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH. À gerente da Equidade Social, Leandra Cardoso; a toda equipe e ao coordenador Nivaldo Pires do Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula – CERIR, lugar onde a pesquisa de campo foi realizada.

Agradeço profundamente às minhas interlocutoras e a sua disponibilidade para compartilhar comigo vivências tão íntimas, singulares ao mesmo tempo que se cruzam pela perversidade de uma sociedade racista, machista e sexista. Cada relato tocou-me intimamente e reflete a relevância desse trabalho.

É preciso lutarmos por uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme colocado por Angela Davis, “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista” (2022). E vocês são prova da resistência.

Aqui, expresso a satisfação em ter me encontrado com mulheres fortes, que apesar do sofrimento causado pela crueldade, desigualdade e violência racial, conseguiram resistir; pois, embora queiram nos matar, concordamos com Conceição Evaristo quando diz que “a gente combinamos de não morrer” (2018).

RESUMO

Este estudo aborda as relações entre as práticas do racismo e o suicídio na população negra, com ênfase em mulheres negras a partir de pesquisa realizada no Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH. A problematização das relações entre esses termos – racismo e suicídio – é central para exercer a crítica sobre os processos de colonização e racialização das práticas cotidianas, assim como compreender o impacto desses processos na trajetória de vida de mulheres negras. Antropologicamente, essas relações são consideradas histórica e socialmente construídas, produzindo desigualdades sociais, raciais e de gênero. A escolha pelo CERIR João Balula buscou focar nos processos de transformação de políticas públicas em práticas quando se trata de racismo, enfatizando a perspectiva multidisciplinar da equipe do serviço. O objetivo foi identificar os impactos causados às mulheres negras a partir da experiência da injúria racial, envolvendo as relações pessoais, sociais e a existência de ideação ou tentativas de suicídio relatadas por elas. Inicialmente, buscou-se informações epidemiológicas acerca do suicídio e práticas tentantes consolidadas pela Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, levando-se em consideração o quesito raça/cor. Em seguida, além da observação de campo, foram realizadas seis entrevistas com mulheres negras e quatro entrevistas com profissionais do referido Centro. Confirmou-se a informação de que as mulheres realizam mais tentativas de suicídio em relação aos homens, em João Pessoa. A partir das entrevistas, os profissionais afirmam que o serviço é uma forma de combater o racismo estrutural e institucional, que permeia as relações sociais. Já elas narram as experiências pessoais da mulher negra na sociedade brasileira, trazendo episódios relacionados às suas vivências desde a infância, marcadas pelo crime de racismo e outras formas de violações e violências, como gatilhos para ideação e tentativas de suicídio. As narrativas registram o sofrimento e a dor causadas pelas práticas de racismo, investindo sobre o corpo – cabelo, magreza, cor da pele – as ideações e tentativas de suicídio.

Palavras-chave: Suicídio; Racismo; Tentativa e Ideação Suicida; Mulheres Negras, CERIR João Balula.

ABSTRACT

Suicide and Racism: an anthropological reflection on ideation and suicide attempts by black women hosted at CERIR João Balula. This paper addresses the relationships between the practices of racism and suicide in the black population, with an emphasis on black women based on research carried out at the João Balula State Reference Center for Racial Equality, linked to the State Secretariat for Women and Human Diversity – SEMDH. The problematization of the relationships between these terms – racism and suicide – is central to criticizing the processes of colonization and racialization of everyday practices, as well as understanding the impact of these processes on the life trajectory of black women. Anthropologically, these relationships are considered historically and socially constructed, producing social, racial and gender inequalities. The choice of CERIR João Balula sought to focus on the processes of transforming public policies into practices when it comes to racism, emphasizing the multidisciplinary perspective of the service team. The objective was to identify the impacts caused to black women from the experience of racial injury, involving personal and social relationships and the existence of suicide ideation or attempts reported by them. Initially, we sought epidemiological information about suicide and tempting practices consolidated by the Health Department of the Municipality of João Pessoa, taking into account the issue of race/color. Then, in addition to field observation, six interviews were carried out with black women and four interviews with professionals from the aforementioned Center. The information that women make suicide attempts compared to men in João Pessoa was confirmed. From the interviews, professionals state that the service is a way to combat structural and institutional racism, which permeates social relations. They narrate the personal experiences of black women in Brazilian society, bringing episodes related to their experiences since childhood, marked by the crime of racism and other forms of violations and violence, as triggers for suicide ideation and attempts. The narratives record the suffering and pain caused by racist practices, investing in the body – hair, thinness, skin color – to ideations and suicide attempts.

Keywords: Suicide; Racism; Suicidal Ideation; Black Women, CERIR João Balula.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação da equipe multidisciplinar CERIR João Balula.....	28
Quadro 2 – A apresentação das interlocutoras.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tentativas de suicídio – notificações de residentes em números absolutos e variação percentual 2012-2022, segundo sexo – João Pessoa/PB	48
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CERIR JOÃO	Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COVID-19	Coronavírus – COVID-19 enfermidade causada pelo vírus Sars-CoV-2
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CVV	Centro de Valorização da Vida
DANT	Doenças e Agravos Não Transmissíveis
DGTES	Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNJOP	Fundação Cultural de João Pessoa
GES	Gerência de Educação na Saúde
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB	Instituto Federal de Educação da Paraíba
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQI+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais
MS	Ministério da Saúde
MSMN	Movimento Social de Mulheres Negras da Paraíba
OMS	Organização Mundial de Saúde
PASM	Pronto Atendimento em Saúde Mental
PB	Paraíba
PNAD	Plano Nacional de Amostra por Domicílios
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
SDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SINTUR	Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
SIM	Sistema de Informação sobre Morte
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISDEPEN	Sistema Penitenciário Nacional

Maria, Maria

*Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania de ter fé na vida*

(Fernando Brant / Milton Nascimento)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 NOS CAMINHOS DA PESQUISA: Pensar antropológicamente sobre suicídio, racismo e mulheres	24
2.1 Abordagem antropológica e campo de pesquisa	24
2.2 A Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa	26
2.3 O Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula – CERIR João Balula	28
2.3.1 Desafios Da Pesquisa: percorrendo o não e o silêncio	30
2.4 No percurso das narrativas: mulheres acolhidas pelo Centro João Balula	33
2.4.1 Entrevista realizada com mulheres negras assistidas no CERIR João Balula	34
3 SOBRE SUICÍDIO E RACISMO: dialogando com o tabu	37
3.1 Morte: entre certeza e silêncio	37
3.2 Entre suicídio e racismo : dialogando com o proibido, “pois não querem falar sobre raça”	39
3.3 Suicídio: um problema de saúde pública	45
3 RACISMO E SUICÍDIO: A travessia da dor nas interseccionalidades	50
3.1 A caminho do Centro: mulheres negras e percepções sobre o Centro João Balula	50
3.2 Mulheres: a penitência da dor, à procura do Centro	51
3.3 O Centro João Balula sob a perspectiva dos profissionais da instituição	55
3.4 O estigma: a internalização de inferioridade	62
3.4.1 “[...] preciso provar que sou bom[...]”	68
3.4.2 O lugar social da dor: espaços de violência da mulher negra	70
3.4.3 Família: o microcosmo da violência à mulher	71
3.4.4 Escola: violência e violações em torno do racismo	73
3.4.5 Trabalho: um lugar de expressão do racismo.....	75
4 VIVENCIANDO O RACISMO, PENSANDO EM SUICÍDIO	78
4.1 Dor e tentativas de suicídio	78
4.1.1 Perscrutando a dor e a resistência: caminhando na vontade de vida e de morte.....	78
4.1.2 “você merecia ser estuprada pra aprender a ser gente”: a dor na travessia das Interseccionalidades	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIAS DO CEP	106
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA	108
ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA	109
ANEXO D – ROTEIROS	110

APRESENTAÇÃO

Nos primeiros anos escolares, a criança aprende sobre o ciclo da vida, “os seres vivos nascem, crescem, reproduzem e morrem”. Mas a vida constitui apenas um ciclo evolutivo? Não, a vida não é tão linear nessa dimensão.

Na minha infância, passei a ter reflexões sobre esse aspecto: o que é a morte ou por que a gente morre? A inquietação por meio de uma indagação causava-me uma angústia que me contundia a alma. Hoje, compreendo que, para além da falência do corpo físico, a morte constitui um fenômeno social, ou seja, a consciência sobre a morte é um constructo social.

O pai da psicanálise, Sigmund Freud, chamava a morte de “o objetivo de toda a vida”, algo de que todos nós devemos ter consciência. Afinal de contas, “todo mundo deve à natureza uma morte” (Freud, 1940).

Além das inquietações que me atravessavam desde a infância, um problema pessoal levou-me a alguns questionamentos sobre a vida. Naquele momento, embora eu não estivesse com ideia suicida, sentia que, se aquela condição que me atravessava não cessasse, poderia chegar literalmente à morte, devido a todo sofrimento emocional que eu estava vivenciando. Então, comecei a refletir sobre o suicídio. Aqui, reside a motivação pelo tema, falar dessa extremidade de emoção – assim denomino neste momento da escrita – é adentrar na profundidade do âmago de quem escreve. Ao meu leitor, busco apresentar o racismo entrelaçado com o suicídio. Em especial, vivenciado por mulheres negras da cor de minha pele. Descobri a minha cor ao sentir a dor causada pela violência do racismo.

Cresci com a sensibilidade e a inquietação experienciada em minha infância em relação à morte, ou melhor, ao fim; foram percepções pautadas em um senso comum. Mas a oportunidade de ingressar em uma graduação, nas Ciências Sociais nesta instituição pública, trouxe-me as perspectivas e oportunidade para mergulhar na compreensão do fenômeno a partir de um olhar científico. Ora, nós, negros também fazemos ciência!

Eu sou uma mulher negra, de corpo franzino, de classe pobre, de família simples, que desde criança estudou em escola pública, um destino social atrelado à minha condição socioeconômica. Na infância, precisei frequentar uma creche, não lembro de muitas coisas que aconteceram naquela época. No entanto, uma cena me vem à memória, pois o passado é memória que se (re)apresenta (Ricoeur, 2007). Cena que surge porque me marcou

profundamente, atravessando minha inocência de criança, de me conceber apenas como um ser humano. Com pouco mais de quatro anos de idade, descobri-me negra, nos gritos de minha professora, durante uma atividade em sala de aula, quando não consegui compreender a tarefa, instante em que a professora, com um tom muito assustador, ameaçador, vociferou contra mim, uma criança, um ser vulnerável, aos berros: “Como não consegue fazer a tarefa? Você é burra!” Ali, o racismo bateu em minha porta (alma).

A memória sobre a cena faz parte de minha macro-história e, durante muito tempo da minha vida, quando lembrava desse episódio, pensava que a professora, simplesmente, não havia compreendido o que é ser uma professora, principalmente de crianças. Fui guiada pela sabedoria popular: “veneno só mata se a gente tomar” ou pelo pensamento simplista: isto fala mais dela do que de mim. Por este entendimento, levei um tempo para entender o que de fato havia acontecido. Acredito que eram formas de olhar para a cicatriz sem me machucar tanto. Talvez, o meu inconsciente tenha internalizado a superioridade do branco e minha inferioridade de um ser negro, assim, como aponta Franz Fanon (2005) em *Peles negras, máscaras brancas*, quando discorre sobre a internalização desses processos neuróticos de superioridade e de inferioridade respectivamente.

Nesta instituição, UFPB, no curso de licenciatura em Ciências Sociais, enfrentei muitas adversidades no caminho, mas foram importantes e válidas em minha vida. Em uma disciplina que, no momento, não recordo qual, ministrada pela professora Rita de Cássia, no decorrer das aulas, surgiu a oportunidade de assistir a um filme chamado “Vênus Negra” (2011) e que me deixou muito impactada.

O filme que, em suma, é a história da Vênus, uma mulher negra, que está enjaulada, servindo de distração para pessoas brancas. Nesse dia, fiquei extremamente indignada! Aquela foi a primeira vez que ouvi falar em zoológicos humanos. Saí da aula muito angustiada, a sensação de sentir a dor da pele na própria pele.

Inconformada com o teor do filme, procurei a professora Rita para conversarmos. Nesse diálogo, senti a revolta com endosso de resistência e foi aí que tive a grande virada de chave. Fitei-a e falei que nunca entendi a escravidão, como um povo podia se achar tão superior a outros e escravizar tantas pessoas? Passei a questionar se não houve luta ou resistência por parte da população negra. Então, ela respondeu com um tom muito sereno e gentil a minha pergunta,

cuja resposta era de meu conhecimento. Mas as revoltas nos fazem colocar no processo de esquecimento da memória. “A alma guarda o que a mente tenta esquecer” (Racionais, 2002).

Em resposta, dirigiu-se à minha pessoa, assim: “Járdina, a História que a gente aprende na escola é contada por brancos. É claro que houve resistência, luta, mas a gente não aprende isso nas aulas de História. É comum as pessoas acharem que a população negra não lutou. Entretanto, até hoje a população negra, assim como os povos tradicionais continuam resistindo e lutando”. Continuamos a conversa e a venda caiu dos meus olhos. Identifiquei diversas situações pelas quais havia passado.

Em meio a todo esse processo, em vir à memória os gritos da professora, o filme a que assisti na universidade, a consciência de si (Paulo Freire, 2002) visitou-me. Vi-me uma mulher negra em meio a uma sociedade racista, misógina e sexista. Desde então, considerei entrar na luta para enfrentar o racismo e outros marcadores da diferença social.

Hoje, a menina negra que foi ameaçada aos gritos, classificada como burra, disserta sobre sua condição social ao discorrer sobre a população negra e racismo, em especial, ao enfatizar as mulheres negras. É de mim, são delas que falo. Elas, ao falarem sobre elas próprias, é de mim que elas falam!

“A burra vai falar”, pois “quando uma mulher negra se movimenta, a estrutura toda se movimenta” (Ângela Davis). Aos gritos na infância, tornando-me mestre!

É minha história de vida. É a história de vida de uma mulher negra.

Senhoras/es, ingressemos na dor do Racismo!

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda as relações entre as práticas do racismo e o suicídio na população negra a partir de pesquisa realizada no Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula. O presente trabalho constitui a continuação de uma pesquisa que iniciei na graduação em Ciências Sociais (2020) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. No meu trabalho de conclusão de curso, exponho que o fenômeno da morte sempre me gerou inquietações e até mesmo uma certa aflição e busquei compreender um pouco mais sobre a morte causada por suicídio. Naquele momento, escrevi a monografia “Falar é a melhor solução: uma investigação sobre o suicídio e o Centro de Valorização da Vida em João Pessoa” (Silva, 2020), que versou sobre a percepção dos voluntários do Centro de Valorização da Vida – CVV¹ de João Pessoa, sobre o suicídio.

Na graduação em Ciências Sociais, tive meu primeiro contato com o livro “O Suicídio” do sociólogo francês do século XIX, Émile Durkheim (2000), publicado pela primeira vez em 1897. Diante da relevância do tema para a sociologia, o autor parte de uma perspectiva sociológica para refletir sobre o fenômeno, de modo que apresenta o suicídio como um fato social², como “objeto” passível de análise pela sociologia.

Durkheim (2000) observa que o suicídio transcende a consciência individual, sendo um fenômeno de caráter social. Nesse sentido, segue de encontro às ideologias de sua época, especialmente, às compreensões abordadas pela psicologia. Para o autor, “Chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (Durkheim, 2000, p. 14). Apresenta o suicídio considerando o aspecto social, evidencia a influência sociocultural da morte por suicídio.

Assim, tomando o argumento de Durkheim como referência, quero enfatizar o fato de que a organização social e todos os processos sociais aí envolvidos integram o conjunto de elementos que reforçam o processo de sofrimento e suicídio.

O suicídio consiste em um fenômeno complexo que ultrapassa subjetividades, é motivado por distintos aspectos, de diferentes ordens: sociais, culturais, fatores psicológicos,

¹ O CVV é uma associação civil, sem fins lucrativos e filantrópica que desempenha papel importante na prevenção ao suicídio. A instituição presta serviço de apoio e auxílio emocional a pessoas com ideação suicida. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/>.

² DURKHEIM, Émile. O que é fato social?. In: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.1-14.

entre outros. Desta forma, liga-se às relações socioculturais e políticas envolvendo os indivíduos (Fukumitsu, 2014; Cantão, 2016; Silva, 2020).

Este trabalho supracitado me apontou a indispensabilidade de inserirmos o suicídio em uma interpretação dos aspectos socioculturais, pois este viés possibilita outras perspectivas analíticas do fenômeno (Nagafuchi, 2019). Assim, de acordo com Granda “abordar o suicídio num nível e não o abordar em outro nos leva a correr um risco de fragmentar e, ao fragmentá-lo, produzir uma distorção do fenômeno que se pretende conhecer” (Granda, 1984, p.176). O suicídio, em si, não fala apenas do ser humano, mas, da sociedade, já que “[...] toda e qualquer morte traz à tona algo sobre a sociedade em que ela acontece” (Netto, 2013, p. 17).

Os fenômenos sociais investigados são multifacetados e estão presentes na sociedade. Além disso, a maior parte das pesquisas encontradas aborda os temas separadamente. Neste trabalho, suicídio – em sua modalidade tentada e ideação do suicídio – está imbricada com o racismo. Para a compreensão dessa imbricação, atravesso o desafio da análise que consiste em expor a ligação entre esses fatos que permeiam as relações sociais³: práticas racistas e ideação e/ou tentativas de suicídio. Nessa perspectiva analítica, estes fenômenos – suicídio e racismo – serão observados no contexto social.

Compreender racismo e suicídio entrelaçados é falar das dores que atravessam o indivíduo, em especial, pela cor da pele, no tecido social que se aprisiona, mata e suicida a cor retinta, fruto do processo de colonialismo que construiu e embasou as relações sociais deste país. “Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 25).

A dor de quem carrega a cor preta só sabe quem a tem. No olhar reprovador da sociedade, nos lugares públicos em que não somos bem-vindos, nos processos de privilégios da sociedade em que não foram construídos para nós, negros. Aqui, escreve uma mulher negra, marcada pela cor da pele. Por isso, não há como deixar de afirmar que o racismo é incorporado – seja pela cor da pele, seja pelas pressões e agressões socialmente vividas pelas pessoas pretas. Da mesma forma, é preciso reconhecer que racismo e suicídio são fenômenos sociais que trazem outros atravessamentos a serem considerados à medida que são analisados, tais como: gênero,

³ As relações sociais são consubstanciais elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

classe social, fase da vida, religião e sexualidade, tal como indicam autores como: Aguiar (2012), Cerqueira e Moura (2013), Nagafuchi (2019), Dantas et al. (2023).

Com o auxílio de autores e autoras negras tentarei trazer uma reflexão acerca das narrativas desses corpos negros. O contato direto com os sujeitos de pesquisa no Centro João Balula, em especial, com mulheres que tentaram ou tiveram ideações suicidas, viabilizou as falas dos atores sociais neste trabalho. As entrevistas semiestruturadas, a observação participante, a análise da literatura foram as ferramentas utilizadas para a produção dos dados, sobretudo, os que se alicerçaram na empiria.

Dissertar em um programa de pós-graduação de uma instituição federal consiste em um agenciamento para uma pessoa com marcador social refletido na cor da pele, nos traços fenotípicos, constitui uma resistência. Embora a existência das cotas para negros, há muitos entraves socioeconômicos para estar neste lugar que ocupo. Nesse contexto, dissertar sobre a população negra, em especial, sobre mulheres afetadas pela dor causada pelas violações⁴ e violências⁵ do processo de racismo, é falar de mim, pois, na vida “livre”, cada um de nós é acorrentado de alguma forma por correntes lançadas por uma sociedade racista e sexista. Falar da dor do outro, em especial, de invisibilizados, é tomar consciência de que fazemos parte de uma sociedade opressora.

“Se as relações entre dor e sofrimento são múltiplas, elas são sempre uma equação do sentido vivido pelo indivíduo e do contexto em que ele está implicado” (Le Breton, 2018, p. 229). As dores causadas pelo processo de exclusão são dores projetadas para alguns indivíduos. A exclusão tem cor e classe social. “A dor é íntima, certamente, mas é também impregnada de social, de cultural, de relacional [...]. Ela não escapa ao vínculo social” (Le Breton, 2018, p.14). O racismo é um fluxo contínuo de dor, é uma máquina na produção dessas dores, uma forma de eliminar os corpos indesejáveis à sociedade.

A aproximação com a temática, ideação suicida/suicídio e racismo, está atravessada por um viés subjetivo. Sempre tive muitas indagações sobre a morte, das mais simples às mais complexas. Considerava a vida uma dádiva, conseqüentemente, não compreendia o suicídio, até o dia em que me deparei com outras facetas inerentes a este fato. Além das inquietações que

⁴ É necessário que se entenda que a “violência” está contida no conjunto maior “violação”, na qualidade de epifenômeno. Há portanto um traço que distingue violação de violência, este traço distintivo diz respeito à noção de visibilidade, muito mais presente na violência do que nas demais violações (Lefèvre, 1992).

⁵ Neste sentido, a violência é definida como o uso intencional da força ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

me atravessavam desde a infância, um problema pessoal levou-me a alguns questionamentos sobre a vida.

Além desses fatores, sendo uma pessoa de religião cristã, o suicídio se torna algo inaceitável ou até incompreensível. Nesse sentido, foi assim que me deparei com o suicídio.

O suicídio é entendido como a autoagressão que levou a morte e se manifesta/exterioriza nas formas de ideação e tentativa de suicídio. Na ideação, estão presentes os pensamentos de violência autoinfligida ainda mais preocupantes quando seguidos de um plano. As tentativas são entendidas como ações que podem causar sofrimento a si e interromper a própria vida, resultando ou não em morte (Dantas et al., 2023). Os termos “autoagressão” e “autoinfligida” são recorrentes nos estudos sobre o suicídio em diferentes áreas de conhecimento, a exemplo da psicologia e da saúde.

No entanto, quando se pensa “o morrer” relacionado às formas de viver e às culturas, entende-se o quanto o suicídio está demarcado pelas relações sociais das sociedades. Pensar o suicídio nessa perspectiva é adotar uma abordagem antropológica que avança sobre o simbólico; cultura e poder; sociedade e morte. Trazendo para o Brasil, este aspecto fica demarcado pelo lugar das pessoas na estrutura social, escravista da colonização e na permanência nas estruturas de poder e racismo. Daí a relevância de estabelecer nexos entre esses fenômenos marcados pelo processo de morrer, por um lado, e pela opressão sobre corpos, por outro lado. Em uma sociedade na qual o racismo é estrutural, mas camuflado por meios de brincadeiras e ditados populares, histórica e sociologicamente tomado em um “mito de democracia racial” (Nascimento, 1978), compreendo a necessidade do estudo das relações entre racismo e suicídio, especialmente, quando pensamos em mortes autoprovocadas de pessoas negras.

Contudo, tem sido muito difícil estabelecer o chamado “nexo causal”, o vínculo entre esses dois fenômenos, que não está devidamente estabelecido, porque são processos que parecem diversos quando se trata de pensar a magnitude e a relação com poder nas sociedades. Racismo remete às condições de dominação, como nos dizem os autores que tratam contemporaneamente da questão (Kilomba, 2019; Almeida, 2019). Por isso, o pensamento reflexivo sobre as condições de vida dos negros e negras no Brasil, em todos os seus aspectos, não constitui um fenômeno recente, apesar de ser bastante atual.

No que tange às políticas públicas, elas são essenciais no combate ao racismo estrutural e fundamental para que pessoas em situações de vulnerabilidade sejam integradas na sociedade, uma vez que viver/estar na sociedade não implica ser aceito por esta (Araújo Neto, 2017; Silva, 2020). Então, ponderamos examinar políticas públicas desenvolvidas pelo estado da Paraíba

junto à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) por considerar a conexão entre racismo e violação dos direitos humanos, tendo em vista que todas as atitudes marcadas pelo preconceito, pelo racismo, atentam contra a dignidade das pessoas e nós assim sentimos; se algo humilha uma pessoa, a humilhação não atinge a propriedade, pode não atingir a integridade física, mas atinge a sua dignidade como pessoa humana (Soares, 1998, p 44).

A análise do fenômeno aqui problematizado consubstancia muitas dificuldades uma vez que tocar no íntimo das pessoas, em especial, em suas feridas sociais, não consiste em uma tarefa fácil. Nesse sentido, é de suma importância falar sobre racismo e suicídio, mesmo causando sofrimento já que traz à tona dores. Cada relato é um reencontro com a dor, todavia não há um caminho fácil para construir o enfrentamento desses processos sociais sem recorrer às pessoas que estão dispostas a enfrentar os desafios de viver em uma sociedade racista, machista e sexista e me dar a oportunidade de ouvir suas experiências.

Dessa experiência, busco problematizar a relação entre racismo e suicídio, enfatizando como esses dois fenômenos afetam a vida pessoal e social com consequências para as famílias e para a manutenção da própria vida. Busquei refletir sobre os impactos causados às mulheres que sofreram o *crime de racismo*, identificando os elementos da agressão racial, as consequências em suas relações pessoais/ sociais e se já tiveram ideação suicida e tentativas de suicídio, cujo mote se lastreia na violência produzida pelo racismo.

Para além do meu vínculo pessoal com a temática, o meu propósito foi mostrar que elas não estão sozinhas nessa luta. Suas vozes ressoam nesta pesquisa. Cada uma delas trouxe sua experiência singular, que juntas são experiências do vivido. Entretanto, suas histórias se cruzam em meio aos relatos das marcas deixadas pelo preconceito, intolerância e a crueldade do *crime de racismo*⁶.

A pesquisa que fundamenta essa dissertação foi desenvolvida a partir do campo da Antropologia Social, que busca relacionar as conexões existentes entre racismo e suicídio da população negra, mas, com ênfase, em mulheres negras. Ela foi realizada no Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, criado pelo governo do estado da Paraíba em 20 de novembro de 2020 – Dia da Consciência Negra. É um órgão ligado à Secretaria que

⁶ Me aproprio dos termos utilizados na Lei 14.532/2023, publicada em janeiro do referido ano, que equipara a injúria racial ao crime de racismo. Com isso, a pena tornou-se mais severa com reclusão de dois a cinco anos, além de multa, não cabe mais fiança e o crime é imprescritível.

Segundo a Lei, em seu “artigo 20 - c, na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.” <https://www.planalto.gov.br/>.

atende os chamados “casos” de pessoas que sofreram racismo, intolerância religiosa ou xenofobia. O Centro João Balula se tornou o campo empírico por meio do qual pude encontrar as mulheres⁷ e dialogar sobre as práticas de racismo e suicídio.

O Centro João Balula, como é comumente conhecido, foi construído com o propósito de contribuir com a redução das desigualdades étnico-raciais da população negra, migrantes, refugiados, dos povos originários e comunidades tradicionais da Paraíba – indígenas, quilombolas, ciganas e de religiões de matriz afro-indígenas (Candomblé, Umbanda e Jurema Sagrada), ou seja, as pessoas que passam pelas situações citadas acima. O referido órgão é o 2º do Nordeste e o 4º do país e está em conexão com a Rede Nacional de Enfrentamento ao Racismo e a Intolerância Religiosa, o que aumenta o grau de eficiência dos casos atendidos⁸.

Nas entrevistas, as mulheres narram experiências pessoais a respeito do que é ser mulher negra na sociedade brasileira, a partir de episódios relacionados às suas vivências cotidianas de práticas sociais marcadas pelo crime de racismo. Expressam as cicatrizes causadas por este sofrimento em suas trajetórias de vida. E como essas violências raciais sofridas reforçam vivências de ideação e tentativas de suicídio. Cabe ressaltar que utilizarei nomes fictícios para fins de ética em pesquisa, preservando a imagem de meus/minhas interlocutores/as, “meus sujeitos de pesquisa”, com respeito à dor e às suas vivências. Acrescento meus interlocutores, em razão da convivência e das entrevistas realizadas com profissionais do Centro João Balula, contribuindo para o conhecimento de suas estratégias profissionais na ajuda às pessoas que recorrem a este órgão.

A categoria gênero atravessa toda a pesquisa, embora não tenha havido o desenvolvimento analítico desse conceito. Cabe frisar que se trata de experiências narradas por mulheres, aqui “os gêneros constituem a emanção, por meio de sua encarnação em atores sociais ou em personagens míticos, de posições em uma estrutura abstrata de relações que implica uma ordenação hierárquica do mundo e contém as sementes das relações de poder na sociedade” (Segato, 1997, p.237). A questão de gênero é crucial desde a minha condição de ser mulher e a construção da alteridade no sentido de compreender a autopercepção das interlocutoras em relação ao gênero.⁹

⁷ Não obtive acesso as estatísticas e documentos do Centro João Balula. Então não posso precisar o número de atendimentos já realizados desde a sua fundação.

⁸ Essas são informações presentes no folder do Centro da igualdade racial.

⁹ Neste sentido uma das interlocutoras se declara não binária. O termo não binário engloba uma gama bem ampla de identidades de gênero. Em sua essência, uma pessoa de gênero não binário é alguém que não se identifica exclusivamente como homem ou mulher. Enquanto a sociedade tradicionalmente reconhece apenas essas duas identidades de gênero, as pessoas não binárias desafiam essa dicotomia e afirmam sua própria identidade de gênero única. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/nao-binario>.

Além dessa experiência antropológica, a pesquisa foi beneficiada com informações epidemiológicas recolhidas junto à Secretaria Municipal de Saúde da cidade. Essas informações foram importantes para observar os dados referentes ao suicídio e tentativas de suicídio, observação do quesito raça/cor, na série histórica de 2012 a 2022. Ressalta-se que a falta do preenchimento do quesito raça/cor tem impacto direto na fomentação de políticas públicas, atinge bruscamente a saúde da população negra. O racismo de Estado¹⁰ impede que a população negra tenha acesso aos serviços de saúde, dessa forma, resulta no aprofundamento das desigualdades sociais, vulnerabilidades e negação de acesso aos bens e direitos essenciais à vida humana (Brasil, 2023; Kilomba, 2019; Almeida, 2020).

Na seção 1 intitulada “Nos Caminhos da Pesquisa: lugar e atores sociais na compreensão do suicídio”, como sugere o título, contextualizo o desenvolvimento da pesquisa e como encontrei as pessoas com que dialoguei. Discorro sobre a metodologia aplicada em campo, incluindo as estratégias de investigação do tema e as relações construídas com cada pessoa. Aproveito para apresentar o lado institucional da pesquisa: os órgãos de Estado em que a pesquisa foi promovida, Secretaria Municipal de Saúde e o Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, esse último alicerça a observação e o encontro com as mulheres, lugar onde obtive as narrativas das pessoas, por meio do contato direto e da observação participante e realização de entrevistas.

A seção 2, intitulada “Sobre Suicídio e Racismo: dialogando com o tabu”, aborda o tabu da morte, sobretudo, o do suicídio. Ressalto a urgência e a imprescindibilidade de considerar os aspectos estruturais da conjuntura social, consoante as interseccionalidades dos marcadores da diferença social. Para somar com a reflexão trago trechos das entrevistas dos interlocutores da pesquisa mulheres negras e profissionais do CERIR João Balula.

Nessa direção, enfatizo a indissociabilidade das categorias gênero e raça, entre outros aspectos que são cruciais à elaboração e à fomentação de políticas públicas. Neste raciocínio, pontuo o risco da patologização e culpabilização do suicídio associado somente ao indivíduo, negligenciando a influência sociocultural e a responsabilidade do Estado na promoção das políticas públicas.

¹⁰ O Estado é a forma política do capitalismo, e não um mero instrumento dos capitalistas. Pode-se dizer que o Estado é de classe, mas não de uma classe, salvo em condições excepcionais e de profunda anormalidade. Em uma sociedade dividida em classes e grupos sociais, o Estado aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos. A manutenção desse modo de vida conflituoso depende da internalização, pelos indivíduos, das condições de funcionamento da sociedade capitalista como parte da “cultura”. A ideologia – e quando esta não for suficiente, a violência física – fornece o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de “naturalizar” a desigualdade (Almeida, 2020).

A seção 3 denominada “Racismo e Suicídio: a travessia da dor nas interseccionalidades” tem alicerce no trabalho de campo, assim, fundamentado na pesquisa empírica, sobretudo, naquilo que foi observado pelos sujeitos de pesquisa, cujas falas foram priorizadas neste espaço. Aqui, foram observadas categorias apresentadas no trabalho de campo, assim, a seção foi delineada pela apresentação dos fatores sociais advindos das entrevistas. Nessa seção, revelo as experiências do vivido das interlocutoras, suas marcas da violência racial e outras trazidas em suas falas, os espaços onde sofreram violências e violações de direitos. Ademais, apresento as funções e percepções dos profissionais do Centro João Balula, lugar em que os serviços prestados consistem de atividades diversas de uma equipe multidisciplinar. Nesse sentido, trago visões de diferentes ângulos: pedagogia, assistência social, psicologia e jurídica.

A seção 4, “Vivenciando o Racismo, Pensando em Suicídio”, traz as narrativas das histórias de vida mulheres negras, os gatilhos que lhes instigaram a ter ideações suicidas e tentativas de suicídio. Esta seção também apresenta a garra, a resistência e luta dessas mulheres em busca de um “suporte” para continuar a viver.

Por fim, as “Considerações Finais” que delineiam o resultado da pesquisa, fruto de experiências das interlocutoras, da primazia de suas falas, de suas vivências, de mini-histórias. Os fenômenos do racismo e do suicídio que se atravessam foram dissertados por um viés antropológico e sociológico, cuja análise se deu pela teoria dos fenômenos entrelaçados, sobretudo, com ênfase na empiria.

2 NOS CAMINHOS DA PESQUISA: Pensar antropológicamente sobre suicídio, racismo e mulheres

Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista. Angela Davis (2022)

Apresentarei, nesta seção, os percursos para realização da pesquisa. Metodologicamente, esta é uma pesquisa antropológica que consiste em uma abordagem que envolve autores clássicos e outros mais contemporâneos da antropologia. Com uma perspectiva qualitativa exploratório-descritiva, ela intenta analisar fenômenos sociais autônomos, porém imbricados. A seção traz uma reflexão inicial acerca do que é fazer pesquisa e o meu aprendizado sobre esse universo. Os itens seguintes buscam descrever as instituições e interações sociais, além de apresentar os interlocutores da pesquisa.

2.1 Abordagem antropológica e campo de pesquisa

Esta dissertação envolve a conexão entre dois grandes fenômenos sociais (suicídio e racismo), como já apontado anteriormente. Na construção deste trabalho, inicialmente objetivei entender as demandas do Movimento Social de Mulheres Negras da Paraíba. E, sobre as interações sociais racistas a que nós, negros, estamos submetidos. Historicamente, as pessoas pretas assumem os piores lugares na sociedade em relação à moradia, aos empregos e salários (Gonzales, 2011; Carneiro, 2011). Entretanto, por motivos de força maior, não foi possível o acesso ao Movimento Social de Mulheres Negras da Paraíba (SEMDH), de modo que a pesquisa foi desenvolvida unicamente em órgãos de Estado.

No que se refere à dificuldade de acesso ao Movimentos Social de Mulheres Negras da Paraíba a que me refiro, deu-se por questões de ordem pessoal. Nesse tempo, estive com problemas na família que refletiram em minha esfera acadêmica, promovendo obstáculos para dar continuidade à pesquisa naquele momento. Contexto em que minhas emoções não me permitiram caminhar no estudo, sendo interrompido por um hiato de tempo. O fazer antropológico, também, abrange esses obstáculos na produção científica, aquilo que Malinowski (1978) denominou “imponderáveis do campo”; na minha pesquisa, o imponderável emergiu na vida da pesquisadora. Não obstante meus limites por problemas de ordem familiar, este trabalho tomou fôlego à proporção em que minha vida foi oxigenada pelas resoluções dos

conflitos e por minhas decisões de buscar um campo de pesquisa que possibilitasse vivenciar a pesquisa antropológica. Antecipo ao leitor que, em se tratando de relações sociais e institucionais, o *locus* da pesquisa foi carregado de desafios antropológicos que, à medida em que escrevo esse texto, ficam mais claros para mim.

A investigação de campo foi realizada no referido Centro, espaço em que as mulheres entrevistadas disseram sentirem-se acolhidas e que foi construído para efetivação da política pública na Paraíba, frente à realização dos serviços ofertados naquele espaço de acolhimento às vítimas de racismo, xenofobia e intolerância religiosa.

Por ser uma análise antropológica, tal como os cânones da disciplina, eu estive no campo nos espaços onde as políticas públicas são desenvolvidas para melhor perceber como se dá o processo de transformação de políticas em práticas quando se trata de racismo. Minha “ilha” era o “Centro João Balula”, de modo que pude acompanhar algumas atividades realizadas pelo Centro e apenas um acolhimento¹¹ devido ao pequeno fluxo. Isso será desenvolvido mais adiante também.

“A antropologia é uma investigação sobre as condições e possibilidades da vida humana no mundo” (Ingold, 2015,p.21), o contato direto propicia um estudo mais preciso sobre o fenômeno social a ser compreendido. O “olhar, ouvir, escrever” (Oliveira, 1996). A importância de se estudar com o outro é mais substancial que estudar sobre o outro, uma vez que, a partir do olhar e da fala dos próprios interlocutores, a análise social é mais fidedigna com a realidade dos fenômenos sociais quando narrados a partir da reflexão sobre suas práticas cotidianas e interações sociais.

Estando lá, realizei entrevistas semiestruturadas, presenciais e remotas com meus sujeitos de pesquisa. Nessa narrativa, “o passado é presentificado por meio da narrativa. E essa presença ausente consiste em uma dialética. Uma representação da representação do passado” (Ricoeur, 2007, p.158). Foi assim que explorei as narrativas, como uma representação do vivido.

Conforme Fonseca (2002), busco compreender as experiências das pessoas, assim como o entendimento das relações sociais que envolvem esses sujeitos. Ao dialogar com as pessoas sobre os sentidos atribuídos às experiências racistas e ao suicídio, precisei adotar uma abordagem de conversa ou interlocução com as mulheres negras que vivenciaram tais fenômenos e, desta forma, explorar sua vivência cultural e social para entender a cristalização desses processos na vida destas interlocutoras.

Além disso, observei a interação social relacionada ao campo de pesquisa em contextos sociais em campo. A partir dos contextos no Centro João Balula, observei os seguintes aspectos:

¹¹ Tive a oportunidade de acompanhar um acolhimento, mas quem descreveu o passo a passo dos acolhimentos foram os profissionais do referido Centro.

a relação da equipe, nomenclaturas referentes às dinâmicas dos atendimentos e a realização de atividades. Os acontecimentos em campo são fundamentais para a pesquisa. Isto é, a observação das relações e interações em campo podem ser distintas conforme as diversas situações (Gluckman, 2010).

Um outro lugar selecionado para buscar construir esse nexos entre suicídio e racismo foi a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), com o intuito de levantar dados sobre suicídio e práticas de tentantes associados ao quesito raça/cor do município de João Pessoa, como será descrito abaixo. Esse registro do quesito raça/cor nas estatísticas de saúde é baseado na Portaria nº 344/2017 do Ministério da Saúde-MS (Brasil, 2017). Esta Portaria estabelece a obrigatoriedade do quesito raça/cor nos formulários do Sistema de Informação em Saúde – SIM. Tal articulação entre o MS e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para efetivar as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288)¹², Brasil (2017).

2.2 A Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa

Na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, estive acompanhada da sanitarista Heloisa Wanick¹³, doutoranda deste programa de pós-graduação, que se dispôs a me auxiliar no levantamento dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa, estatísticas e o Boletim Epidemiológico¹⁴ de Notificações de Violências Autoprovocadas e Óbitos por Lesão Autoprovocada Intencionalmente (suicídios) – 2022. Com o objetivo de analisar as tendências do suicídio no município de João Pessoa e como se dá o preenchimento critério raça/cor, acerca do suicídio e tentativas de suicídio, tal como estabelecido pela Portaria 344/2017 do Ministério da Saúde (Brasil, 2017). As informações foram cedidas pela Divisão de Vigilância Epidemiológica, no Setor de Doenças e Agravos Não Transmissíveis – DANT.

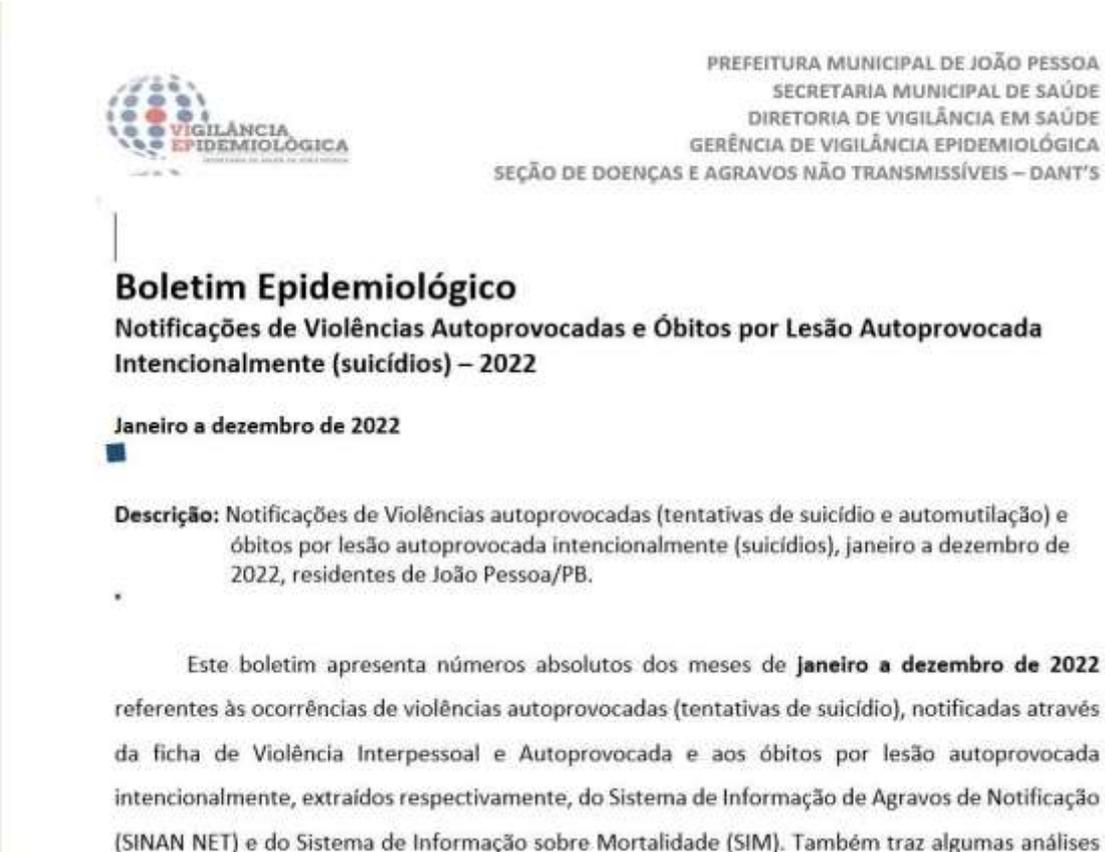
¹² Lei 12.288/2010. “Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”.

¹³ Aqui, faço meu agradecimento à pessoa de Heloisa Wanick, por ser mediadora no processo de oficialização do projeto de pesquisa junto à SMSJP, mas fundamentalmente por me conceder o acesso às estatísticas de saúde sobre o suicídio. Heloisa Wanick atua na Divisão de Doenças e Agravos Não Transmissíveis – DANT de modo que recebe todas as informações acerca dos eventos de violência autoprovocadas, consolida epidemiologicamente e elabora boletins regularmente para fundamentar a adoção de políticas públicas de enfrentamento ao suicídio

¹⁴ A epidemiologia é uma disciplina do campo da medicina que tem o objetivo de fornecer informações acerca dos eventos de saúde e sua distribuição em uma população em um intervalo de tempo. Os chamados boletins epidemiológicos são informações sistematizadas, regularmente publicadas, com o objetivo de fundamentar as políticas e ações em saúde. É um dos ramos científicos da medicina. (Barata, 2005).

O acesso às informações só foi possível após a apresentação do projeto e do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, ao setor de Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – DGTES e a Gerência de Educação na Saúde – GES.

O boletim é organizado em quatro partes da seguinte maneira: a primeira parte traz a descrição, informações do que se trata, as plataformas utilizadas para colher informações. A segunda parte apresenta a série histórica (2012-2022), com gráficos e tabelas, estes fazem referências aos óbitos e tentativas de suicídio por sexo e idade. Já a terceira parte traz uma análise sobre as tentativas de suicídio do ano de 2022 pós-COVID19. A última parte apresenta a equipe de elaboração do boletim epidemiológico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
SEÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS – DANT'S

Boletim Epidemiológico
Notificações de Violências Autoprovocadas e Óbitos por Lesão Autoprovocada Intencionalmente (suicídios) – 2022
Janeiro a dezembro de 2022

Descrição: Notificações de Violências autoprovocadas (tentativas de suicídio e automutilação) e óbitos por lesão autoprovocada intencionalmente (suicídios), janeiro a dezembro de 2022, residentes de João Pessoa/PB.

Este boletim apresenta números absolutos dos meses de **janeiro a dezembro de 2022** referentes às ocorrências de violências autoprovocadas (tentativas de suicídio), notificadas através da ficha de Violência Interpessoal e Autoprovocada e aos óbitos por lesão autoprovocada intencionalmente, extraídos respectivamente, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Também traz algumas análises

As informações disponibilizadas pela DANT estavam concentradas no Boletim Epidemiológico que me permitiram identificar, em uma perspectiva estatística e local, como as mulheres eram afetadas pelo suicídio. Outro aspecto importante foi analisar o registro do quesito raça/cor nos documentos oficiais de saúde, que fundamentam a produção das informações epidemiológicas elaboradas pela DANT. Esses dois conjuntos de informações

contribuíram para refletir sobre o impacto do racismo na saúde a partir do registro de informações e, assim, ampliar minhas inquietações acerca das relações entre suicídio e racismo.

2.3 O Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula – CERIR João Balula

A pesquisa que fundamenta as reflexões que trago nesta dissertação foi realizada no período de 21 de julho a 03 de outubro de 2023. Para tal, obtive conhecimento da existência desse órgão buscando informações acerca de políticas do estado da Paraíba direcionadas para o enfrentamento ao racismo¹⁵. Inicialmente, procurei a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), para saber como realizar a pesquisa no Centro e receber a Carta de Anuência para encaminhar o projeto ao CEP/CCS/UFPB. Fui bem acolhida, no entanto, essas situações são burocráticas e acabam por obstar o processo.

Atualmente, o Centro funciona no bairro de Jaguaribe de segunda a sexta no horário das 08:30 às 16:30 horas. Como já dito, o Centro oferece “suporte” às pessoas que passam por racismo, xenofobia e intolerância religiosas. Entretanto, o Centro não é tão conhecido pela população e é subutilizado, enquanto espaço de efetivação de políticas públicas. É composto por uma equipe multidisciplinar: pedagogo, assistente social, psicólogo e advogado.

QUADRO 1 – Apresentação da equipe multidisciplinar CERIR João Balula.

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	IDADE	AUTODECLARAÇÃO
Jonathan Queiroz	Pedagogo	38	Negro
Carla Dominique	Assistente Social	36	Negra
André Fragoso	Psicólogo	35	Negro
Cláudio Santos	Advogado	36	Negro

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

O nome do Centro é uma homenagem a João Silva Carvalho Filho, popularmente chamado de João Balula. Nasceu no ano de 1959, na cidade de Pombal na Paraíba. Insigne por seu engajamento na luta antirracista, líder do Movimento Negro Paraibano. Foi presidente da Federação Paraibana de Teatro Amador e ocupou algumas funções junto à Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE). O militante faleceu aos 48 anos, no dia 21 de fevereiro de 2008, no Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW por insuficiência respiratória¹⁶.

¹⁵ Na ocasião, colhi informações para dar entrada no projeto de pesquisa junto à referida Secretaria de Estado, após liberação do Comitê de Ética em Pesquisa (CCS/UFPB).

¹⁶ <https://paraibacriativa.com.br/>.

Quando recebi a certidão do CEP voltei ao Centro para iniciar a pesquisa, visto que eu havia conhecido o espaço enquanto buscava as informações sobre políticas. No primeiro dia de observação conheci o restante da equipe: o pedagogo, a assistente social e o advogado. O meu primeiro contato com o psicólogo deu-se alguns dias depois, quando ele retornou das férias.

Buscando alcançar as atividades e conviver com diferentes profissionais, adotei a estratégia de comparecer em dias e horários alternados ao Centro. Naquele espaço, estive em contato com os profissionais que atuam naquele órgão e realizei observação-participante. Conforme protocolo, com a anuência dos agentes, optei por gravar as conversas com os profissionais do referido centro.

Sobre a experiência em campo, a partir da observação participante aprendi que algumas vezes a expectativa não corresponde à realidade e nesse momento a pesquisa se desdobra por caminhos não esperados, em outras palavras minha perspectiva era desenvolver a pesquisa com as mulheres acolhidas enquanto eu estivesse no Centro. Entretanto, não foi possível devido à falta de fluxo. Não houve atendimento em nenhuma das modalidades (demanda espontânea, busca ativa ou provocativa). Cabe ressaltar que embora haja outros atendimentos além de racismo, como xenofobia e intolerância religiosa, estes também não aconteceram durante a minha estada em campo.

Ao chegar no Centro, a “vítima” é acolhida pelo serviço social, em seguida é encaminhada para qualquer um dos setores específicos: psicologia, pedagogia ou jurídico. Neste momento, a sua demanda, a depender da violação sofrida, pode ser contemplada em mais de um serviço interno disponibilizado pelo Centro ou encaminhada para outras frentes de apoio, a exemplos da delegacia, caso a “vítima” decida prestar queixa, e CRAS. Ainda, há a possibilidade de acessar cursos diversos e outros serviços sociais que por vezes são ofertados pelo Centro João Balula.

No centro estudado, existe a possibilidade de o atendimento psicológico ser *on-line*, caso a “vítima” não pertença à região metropolitana de João Pessoa-PB. Neste lugar, estão disponibilizadas duas vagas para esses atendimentos que são realizados uma vez por semana. As pessoas que usam o serviço do centro e não residem na região da capital têm oportunidades para duas vagas, sendo requisitadas por meio da demanda espontânea ou busca ativa realizadas pela equipe multidisciplinar.

A “vítima” quando comparece ao Centro para expor a sua demanda, seja discriminação racial, racismo ou intolerância religiosa, esse movimento é denominado de demanda

espontânea. Se o Centro tomar conhecimento de qualquer dos crimes pela mídia ou qualquer outro meio de comunicação, a equipe vai até a vítima para que ela receba um apoio, isto é uma busca ativa. Também existe a provocativa que acontece quando o Centro vai informar em algum espaço, como uma escola, a existência do serviço.

A partir da sua demanda, a “vítima” decide se levará ou não o caso à Justiça. Muitas vezes, as vítimas optam por não prestar queixa ou levar o caso adiante, é possível que isso seja um reflexo da falta de credibilidade na justiça, relacionado à manifestação do racismo estrutural/institucional, que constitui e impera na sociedade brasileira. Entretanto, é importante que estes crimes sejam denunciados.

As pessoas que buscam o Centro, geralmente, são pessoas que têm um conhecimento prévio, do que é o crime de racismo e/ou delitos relacionados. Aqui, cabe ressaltar que apenas a política pública não é o suficiente, pois existe a carência de informação da existência e possibilidade de acesso ao serviço. Muitas vezes, as pessoas negras não têm o discernimento de que estão sob processos de violência. “As possibilidades de superação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e todas as formas correlatas de intolerância estão associadas diretamente ao grau de desenvolvimento da consciência” (Rocha, [s/a], p. 905). Por conseguinte, “se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas” (Tzu, 2016, p.18). Só conseguimos combater o que conhecemos.

2.3.1 Desafios Da Pesquisa: percorrendo o não e o silêncio

Concluí a graduação em Ciências Sociais em dezembro de 2020. Estávamos no auge da pandemia da COVID-19, por esta razão, a maior parte da pesquisa foi realizada de forma virtual. O meu contato com o campo de pesquisa na graduação aconteceu uma única vez, pois, quando iniciei a pesquisa, entramos em confinamento por causa da pandemia.

No mestrado, surgiu a oportunidade de construir pela primeira vez uma pesquisa de campo. E, a partir dessa oportunidade, posso dizer, por experiência própria, que a vida de uma pesquisadora apresenta muitos desafios.

Antes do real ingresso no Centro, quando conheci o CERIR João Balula, a minha primeira impressão foi que eu não teria grandes conflitos em relação ao desenvolvimento da pesquisa. Entretanto, algumas vezes cheguei a sentir que estava incomodando alguns profissionais, fui questionada várias vezes sobre como seria a pesquisa, percebia certos olhares e falas: “você deve escolher um dia para vir aqui; você ficar vindo em dias alternados, assim, atrapalha o trabalho da equipe”. Confesso que, no momento, fui pega de surpresa e não me

posicionei, enquanto pesquisadora, em relação a esta e outras falas hostis, mas continuei a pesquisa mesmo com esse processo de não acolhimento.

Sobre isso, veio a questão de que as pessoas não querem ser observadas, receiam que sejam cooptadas questões do lugar que não podem ser ditas, em especial, reveladas pela escrita. Nesse contexto, o “não” é um dado eloquente, pois revela mais que falas, nesse mesmo sentido, o silêncio é também um dado. No calar, se diz muito sobre o campo. No país do mito da democracia racial (Nascimento, 1978), falar de racismo é ser indesejável. A violência persiste no fingir de sua existência. Mas, como nos ensina Nietzsche (2000), “precisamos falar de que não podemos calar”.

Devo admitir que fiquei bastante impactada com a fala do funcionário do Centro pesquisado, e muitas dúvidas se passaram na minha cabeça, a ponto de cogitar encerrar a pesquisa naquele momento. Entretanto, sobreveio uma grata surpresa a partir da realização das entrevistas, que provaram que este trabalho tem relevância, especialmente quando ouvi o agradecimento das interlocutoras. Isto foi muito gratificante e me impulsionou a seguir nesta jornada. Ser pesquisadora negra é resistir aos “nãos” dados em campo, é resistir a negação da ciência, sobretudo, ao racismo que me fecha portas. Sou mulher, sou uma negra de corpo franzino, um corpo facilmente marcado para controle, mas que não se dobra aos “nãos”. Estar dissertando é uma prova de resistência!

Considero que a minha presença pode ter sido interpretada por alguns profissionais como alguém que estaria ali para observar a conduta deles. E estava! Pois, na pesquisa, todos os sujeitos que estão em interação com o campo fazem parte do olhar. Embora, meu objetivo se ativesse às mulheres que procuravam o Centro, as redes de sociabilidades delas fazem parte do estudo. O Centro João Balula é parte desta pesquisa, assim como, também, os seus integrantes. Enquanto pesquisadora, tenho objetivo de conhecer o desenvolvimento do serviço daquele lugar, do entorno das mulheres pesquisadas. Para além disso, no campo foi perceptível a manifestação sutil de conflitos internos na equipe. O meu trabalho era conversar com aqueles dispostos a dialogar comigo. Mas observei que a aproximação com as pessoas envolvidas nesse conflito reverberou negativamente na pesquisa. Com aqueles mais próximos, por vezes, conversamos a respeito do desenvolvimento de políticas públicas, sobre os impactos do racismo na população negra, a influência do racismo na construção subjetiva e autopercepção de pessoas negras e, também, sobre a relação entre racismo e suicídio na referida população.

Durante a minha estada em campo, além da observação participante, conversei com todos os profissionais técnicos e com o coordenador, para compreensão das práticas e interações sociais daqueles atores que compõem a equipe técnica do Centro, mas também daquilo que se busca investigar sobre o fenômeno deste trabalho. Com os funcionários, como interlocutores, foi realizada a técnica metodológica das conversas informais, sendo essas memorizadas ou gravadas e, posteriormente, transcritas no caderno de campo. Esses conteúdos serão analisados na próxima seção. Nesta, apenas relato a sua existência para fins metodológicos.

A conversa informal consiste numa excelente técnica a ser utilizada, fazendo surgir possibilidades de dados que não estão no contexto de possíveis perguntas, podendo sobrevir dados de grande relevância. Em relação à memorização, ela poderá ser utilizada em momentos em que a escrita não seja pertinente, em especial, em diálogos com esses burocratas do sistema; esses profissionais tendem a ser desconfiados nas elaborações de suas respostas. Memorizar consiste em gravar em mente, uma ação de decorar, para depois, registrar, na breve oportunidade, no caderno de campo. Biondi (2010) utilizou, em sua pesquisa, o processo de memorização, uma vez que realizou uma etnografia e se sentiu muito observada pelos agentes da instituição de forma inibidora para realização da pesquisa. Entretanto, em alguns momentos, eu pedi autorização para gravar – o que, para meus interlocutores, deixava de ser uma conversa informal para ser uma entrevista. A ponto de ter sido questionada sobre não ter apresentado o TCLE para o interlocutor assinar.

Cabe ressaltar o lugar da mediação quando se entra em um órgão em que se desconhece as relações sociais desenvolvidas entre os agentes que atuam no setor. Essa mediação pode produzir conflitos com outros e tal. Esse foi um fato que Malinowski (Malinowski, 1978) já apontava em sua pesquisa e que o fez se afastar de comerciantes e administradores colonizadores durante sua estadia entre os povos do arquipélago.

O campo de pesquisa revela à pesquisadora o caminho de estudo, suas técnicas e seus principais interlocutores, assim, pela ausência de demanda no Centro João Balula, de vítimas do crime de racismo ou correlacionados, optamos por desenvolver a pesquisa com as mulheres que já haviam passado pelo centro, as egressas daquele lugar.

Para estudar as egressas do referido Centro, foi de grande relevância a experiência da psiquiatra Nise da Silveira, estudiosa que humanizou o tratamento da psiquiatria no Brasil, quando ela afirma que “o egresso é que mais explica sobre o hospital psiquiátrico”. Nesse contexto, as experiências vivenciadas pelas mulheres que já passaram pelo Centro são importantes para o desenvolvimento deste estudo, devemos, então, buscar as realidades macrossociais, sobretudo, as peculiaridades do campo a partir das egressas.

Ainda, em campo, acompanhei o acolhimento de uma adolescente, Mayara Lima, de 12 anos de idade, menina negra. Por ela ainda não ser adulta, precisei contactar a mãe da jovem, Dona Maristela, senhora negra, de 37 anos de idade. Embora, nos trabalhos acadêmicos, crianças e jovens sejam atores sociais que são os sujeitos de pesquisas centrais, no contexto em que me encontrava, naquele Centro, precisei do intermédio da mãe da adolescente, conforme as demandas legais de representação no campo jurídico, em que o “menor” precisa ser representado por seus pais ou por algum representante legal de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse contato, Dona Maristela relatou que foram em busca de apoiopsicológico, uma vez que a adolescente estava com ideias suicidas e sofria episódios de racismo e intolerância religiosa na escola, revelou a sua mãe. Sobre o acompanhamento, obtive informações sobre o Centro através de uma amiga.

2.4 No percurso das narrativas: mulheres acolhidas pelo Centro João Balula

As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram semiestruturadas, com perguntas abertas que possibilitaram uma melhor compreensão das experiências de vida das interlocutoras, tendo como objetivo identificar os impactos do racismo em suas vidas e se existe pensamento/ ideiação suicida. Neste sentido, a partir das perguntas abertas, foi possível uma interação com as interlocutoras que estavam livres para expor as suas vivências, assim como as suas dores e particularidades.

Segundo Vieira:

Nas entrevistas semiestruturadas, as questões são abertas. A entrevistadora pode até utilizar um roteiro, mas precisa deixar o/a respondente livre para falar. É preciso reconhecer que não existe pesquisa qualitativa sem o contato prévio entre pesquisadora e pesquisadas (Vieira, 2009, p. 11).

Conforme planejado, essa etapa foi precedida de um tempo de observação do funcionamento do CERIR para, de acordo com o fluxo, buscar construir laços de confiança com as vítimas e, a partir disso, agendar as entrevistas (Beaud; Weber, 2007). Entretanto, durante o andamento da pesquisa, por ausência de fluxo no referido Centro, houve um realinhamento a respeito do contato com as interlocutoras que, por sua vez, foram mediadas pelo psicólogo no sentido de ele entrar em contato por telefone com mulheres que haviam sido assistidas pelo

Centro João Balula, como já dito. Neste contato, o psicólogo informava sobre a minha presença, o tema da pesquisa e indagava se elas estavam dispostas a participar concedendo uma entrevista.

No momento da entrevista, a pesquisadora esteve em contato com os sentimentos, afetos e trajetória de vida da entrevistada. Assim, é imprescindível o respeito e a ciência de que cada interlocutor/a é um ser único. Outro ponto importante é colocar o entrevistado/a em seu lugar social (Bourdieu et al., 1999), ou seja, considerar a importância de contextualizar a pessoa que nos traz sua narrativa. A sociedade é desigual em todos os aspectos e ao situarmos a interlocutora/o em seu lugar social, certamente, as falas corresponderão à especificidade de cada um. Porém as experiências narradas mostram o sofrimento social que atravessa cada narrativa – que é pessoal, demarcada por uma experiência coletiva de racismo.

Inicialmente, a intenção era entrevistar 7 mulheres que se dispusessem a participar da pesquisa, respeitando a demanda que chegava ao serviço e o seu interesse em colaborar com o trabalho proposto. Todavia apenas seis mulheres foram entrevistadas, o que – apesar de não ser o número idealmente previsto – consistia em uma adesão muito próxima, numericamente, do intento inicial.

2.4.1 Entrevista realizada com mulheres negras assistidas no CERIR João Balula

Nesta seção, apenas exponho a metodologia utilizada para realização das entrevistas, tendo em vista o teor delas, suas falas, sentimentos, impressões e análises do discurso. As narrativas dessas mulheres farão parte da escrita e do fundamento da próxima seção.

Como já me posicionei neste texto, sou uma mulher negra, nesse sentido, a minha aproximação com o racismo despertou o meu interesse por essa temática. Vivencio experiências negativas por causa da violência racial. Vejo as práticas racistas se manifestarem cotidianamente em minha experiência do vivido das mais diversas formas. Para Kilomba (2019), todo e qualquer ato que coloca a/o negra/o em situação de inferioridade e exclusão é uma manifestação do racismo. Assim, como forma de resistência, escrevo sobre a dor de mulheres negras causada pela violência do racismo. Nessas mulheres, há um pouco de mim. Nesse sentido, “mais do que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica” (Mauss, 1921, p. 153).

Nessa perspectiva, aproximei-me das mulheres negras, intencionando ouvir os relatos de suas vivências, tão silenciadas, por serem excluídas pela sociedade. As vozes dos sujeitos nesta pesquisa consistem na primazia da análise antropológica sobre o tema. A primeira

entrevista presencial foi no CERIR João Balula, no período da manhã. A segunda entrevista presencial se deu na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no período da tarde. A terceira entrevista presencial aconteceu na casa da interlocutora, situada no bairro de Mangabeira, no período da tarde. Já as demais entrevistas foram virtuais, por meio da plataforma Meet,¹⁷ realizadas no período da tarde.

A rigor, em todas as entrevistas me apresentei, reiterei que consegui o contato da interlocutora por meio do psicólogo do CERIR João Balula e, na sequência, expliquei os detalhes da pesquisa e os termos para entrevista, além de enfatizar o sigilo e o anonimato; o direito de não responder a alguma pergunta caso não se sentisse à vontade e a prerrogativa de desistência a qualquer momento. As entrevistas tinham uma duração entre quarenta e cinco a sessenta minutos. Todas as entrevistas foram gravadas.

Segui o roteiro, mas durante as narrativas as interlocutoras trouxeram experiências e contribuições para além dele.

Quadro 2 – A apresentação das interlocutoras.

Interlocutoras	Idade	Formação escolar	Autodeclaração	Ocupação	Renda familiar	Estado Civil
Estela	28	Superior Completo	Parda	Professora de Artes	R\$ 2.000,00	União Estável
Lis	20	Superior Cursando	Preta	Estudante	R\$600,00	Solteira
Manu	23	Superior Cursando	Preta	DJ ¹⁸	R\$800,00	Solteira
Lídia	28	Pós-graduada	Preta	Bióloga	R\$1.300,00	Casada
Júlia	38	Pós-graduada	Negra	Pedagoga	R\$3.500,00	Solteira
Vilma	36	Ensino Médio Completo	Parda	Encontra-se em gozo do auxílio-doença (INSS)	R\$ 2.600,00	Casada

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Ao observarmos o quadro, chama a atenção a renda das entrevistadas. Lis e Manu têm uma renda mensal abaixo de um salário-mínimo para suprir todas as necessidades básicas. Neste sentido, resalto que – de acordo com pesquisas divulgadas pela Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e

¹⁷ O Google Meet é um aplicativo desenvolvido pelo Google com foco na realização das videoconferências. Logo, **ele permite a realização de reuniões a distância**, superando as barreiras geográficas. Disponível em: <https://www.remissaonline.com.br/blog/google-meet/>.

¹⁸ **DJ** é uma sigla em inglês que significa *disc jockey*, ou em português, **disco jôquei**. DJ é um **artista** responsável por **transmitir música** (muitas vezes da sua autoria) na **rádio, televisão** ou em qualquer local onde se ouça música (**boates, discotecas** etc.). <https://www.significados.com.br/>.

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – as mulheres negras são as que mais pagam impostos no Brasil. Isto é uma manifestação do racismo estrutural e do preconceito de gênero. O salário médio da mulher negra equivale a 46% do rendimento salarial do homem branco, além de receber menos que mulheres brancas e homens negros.¹⁹

¹⁹ <https://www.aasp.org.br/>.

3 SOBRE SUICÍDIO E RACISMO: dialogando com o tabu

Nesta seção, trarei abordagens antropológicas de estudos sobre o suicídio e racismo, dialogando com as informações construídas na pesquisa de campo. Discorrerei sobre os tabus em torno da morte, em especial, da ideação suicida. Neste texto, trarei fatores inerentes aos registros de suicídio em âmbito nacional, estatal e municipal, objetivando uma análise sociológica dos dados apresentados pelos órgãos públicos.

3.1 Morte: entre certeza e silêncio

Para adentrarmos no fenômeno social do suicídio, é relevante uma análise social sobre a morte, em especial, sobre o tabu da morte. A morte remete às limitações humanas, um acontecimento individual que atinge a coletividade. Ao nos depararmos com ela, “a morte do outro evocará sempre a minha própria morte; ela testemunhará minha precariedade, ela me forçará pensar meus limites” (Rodrigues, 1983, p. 24). Para Menezes (2004), não é a própria morte que desperta temor, mas a imagem antecipada da morte na consciência dos vivos. Daí a dimensão existencial e coletiva da morte – a morte do outro é um fenômeno que remete à finitude, inclusive do grupo de pertencimento, como a família (Rodrigues, 2006).

Embora a certeza existencial no que se refere ao acontecimento da morte, as pessoas têm dificuldade em lidar com esse fenômeno social. Para Elias (2001), “o fim da vida humana, que chamamos de morte, pode ser mitologizado pela ideia de outra vida no Hades ou no Valhala, no Inferno ou no Paraíso”. Tal ideia consiste na “capacidade humana de imaginar mundos” (Godelier, 2017, p. 41).

Na modernidade, surge a tanatologia, uma área de conhecimento destinada à compreensão do processo de morrer, abarcando vários estudos sobre esta temática e incluindo um vasto campo de atuação, como os cuidados a pacientes terminais e seus familiares, o processo de humanização dos cuidados paliativos, os processos de luto antes e depois da morte, a compreensão de comportamentos autodestrutivos, como o suicídio, a eutanásia, o suicídio assistido, dentre outros temas que incluem discussões em torno do assunto (Kovacs apud Lima; Paranhos; Werlang, 2008). A tanatologia estuda a morte, mas também objetiva a compreensão dos processos de morrer e do luto (Santos et al., 2018). Neste trabalho, trago a análise sobre o

tabu da morte, mas também a abordagem do tema a partir da antropologia, como já dito. Assim, é importante para a compreensão do tema

[...] conceber que os indivíduos formam em conjunto as figurações particulares, que possuem suas regularidades, suas estruturas e suas dinâmicas. E com base nisso perceber, ao mesmo tempo, a estrutura de personalidade e a dinâmica dos indivíduos que formam essas figurações, assim como a estrutura e dinâmica das próprias figurações como inseparáveis, mas nitidamente como diferentes níveis dos acontecimentos sociais (Elias, 2001, p. 301).

É com essa concepção que tomamos o suicídio um fenômeno que integra uma compreensão cultural de morrer e do processo de morrer. Aqui o processo de morrer é entendido nos termos de Soneghet (2020).

Para Morin (2003), a consciência da morte conduz o homem a criar ritos funerais com o objetivo de exorcizar a própria morte e suas consequências, fazendo com que a morte seja superada, levando, assim, as pessoas a se comportarem de forma a recusar o desaparecimento do outro. Segundo o antropólogo Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2003), vive-se em uma época em que a tendência é negar a morte e o sofrimento. Nesse sentido, as pessoas enlutadas são pressionadas a suprimir o luto das mortes de seus afetos, tendo em vista que, em uma sociedade moderna, as emoções devam ser controladas. Assim, como aponta Norbert Elias (2001) na Sociedade de Corte, observando que o não controle das emoções confronta a civilidade. E sobre a negação da morte e do sofrimento apontado por Koury (2003), podemos verificar na observação de Ariès (2017)

Antigamente, dizia-se às crianças que se nascia dentro de um repolho, mas elas assistiam à grande cena das despedidas, à cabeceira do moribundo. Hoje, são iniciadas desde a mais tenra idade na fisiologia do amor, mas, quando não veem mais o vô, e se surpreendem, alguém lhes diz que ele repousa num belo jardim por entre as flores (Ariès, 2017, p. 87).

De acordo com Yalom (2006), repousar

[...] num belo jardim por entre as flores consiste na diminuição do sofrimento promovido pela morte, sobretudo, da incerteza do indivíduo após sua morte. Hoje, costumamos dizer isso às crianças: “o vovô virou estrelinha”. A transitoriedade humana causa sofrimento ao homem devido à sua finitude. O medo da morte consome a existência humana na sua plenitude. “Ele nos assombra durante toda a vida e nós erguemos defesas – muitas delas baseadas na negação” (Yalom, 2006, p. 120).

Sobre o tabu da morte e a sua elevação à margem das abordagens na sociedade, o autor compreende que “[...] devemos confrontar a morte como fazemos com outros medos. Devemos contemplar nosso fim último, familiarizar-nos com ele, dissecá-lo e analisá-lo, raciocinar com ele e descartar aterrorizadoras distorções infantis sobre a morte” (Yalom, 2008, p. 211). No

entanto, contrariamente, ao que ensina o autor, nós nos calamus quando o assunto é a morte, evitamos falar sobre isso, silenciemos. A morte é um dos grandes tabus da sociedade. Ademais, a morte é um tabu

No Brasil, existem várias formas de classificar a morte, como morte morrida e morte matada, morte natural, morte de repente, morte violenta, morte de velhice... cada uma dessas mortes representam uma forma diferente de especificar não apenas sua causa, mas sobretudo seu significado (Silva, 2021, p. 20).

O suicídio remete a um tipo específico de morte com seus significados, a partir da influência sociocultural, tentamos responder às questões deste fenômeno. O ser humano é um ser social, porém, estar na sociedade não implica em ser aceito ou fazer parte dela. Neste sentido, o suicídio aparece como desdobramentos das histórias de vida de cada ser humano, conforme afirma André Fragoso, psicólogo do Centro João Balula, as narrativas das mulheres que frequentam o referido Centro perfazem

[...] uma história de violência, mortes e negações simbólicas. Não falar das violências sofridas, em especial, de mortes que conduzem aos silenciamentos, às “negações simbólicas”, que podem aumentar a gravidade em torno das violações sofridas. A conscientização de que a morte consiste em um evento em que todos nós estamos propensos, a morte consiste na verdade da vida, da vida humana, mas também de toda a forma de vida (Fragoso, 2023).

3.2 Entre suicídio e racismo : dialogando com o proibido, “pois não querem falar sobre raça”

O suicídio é um assunto que exige certa sensibilidade e certo rigor em sua abordagem, uma vez que, embora seja uma das maiores causas de mortes no mundo, atualmente, continua sendo um tabu social (Bezerra e Reis, 2020).

Cometer suicídio pode ser observado por diversos ângulos e campos de conhecimento, até na questão da liberdade: a liberdade sobre a própria vida.

Neste trabalho, grande parte das mulheres entrevistadas tiveram ideias suicidas. Isto é, cogitaram cometer suicídio (Dantas et al., 2023). Em suas narrativas as ideias surgem a partir de um sofrimento, de uma violência sofrida no presente, mas também no passado, a exemplo de violência sexual, assunto que irei abordar no capítulo seguinte. Neste contexto, emergiu a ideia de suicídio como uma espécie de “alívio”, de “escape”, de “acabar com aquilo”, a dor da rejeição. Para o filósofo, Michel Foucault (2011), o suicídio é um fenômeno social do

qual se tem receio pela forma como o corpo que autoinfligido é encontrado. A comunicação do medo, do choque, nesse sentido:

Uma das coisas que me preocupam há certo tempo é que me dou conta do quanto é difícil se suicidar. Refletem e enumeram o pequeno número de meios de suicídios que temos à nossa disposição. Cada um mais desgostoso que os outros: o gás, que é perigoso para o vizinho, o enforcamento que é tão desagradável para a faxineira que descobre o corpo na manhã seguinte, atirar-se pela janela, que suja a calçada. Além do mais, o suicídio é, certamente, considerado da maneira mais negativa pela sociedade. Não somente se diz que não é bom se suicidar, mas se considera que se alguém se suicida é porque estava muito mal (Foucault, 2011, p. 108).

Sobre o “Não somente se diz que não é bom se suicidar, mas se considera que se alguém se suicida é porque estava muito mal” como aponta Foucault (2011), Lis, sujeito desta pesquisa, uma jovem de 20 anos de idade, solteira, que se autodeclara preta, teve ideias suicidas

[...] porque estava mal, teve um período que estava muito mal da cabeça”. Sobre seu sofrimento, ela aponta que “tantos bombardeios, pressão, cobrança que, às vezes, você só quer acabar com aquilo logo. E, infelizmente, querendo ou não a forma mais rápida de acabar com tudo é o suicídio [...] porque ele vem porque a gente pensa que é um escape (Lis, 2023).

Já Lídia, 28 anos de idade, casada, que se autodeclara preta, com pós-graduação, bióloga, observa o suicídio como uma expressão de alívio: “é o alívio para uma dor tão aguda que não tem mais para onde correr”.

A partir das suas ideias suicidas as interlocutoras apontam o suicídio como uma forma de cessar o sofrimento. Entretanto quando alguém comete suicídio as pessoas não identificam as pressões sociais como possíveis gatilhos em relação ao suicídio (Silva et al., 2018; Meneghel et al., 2015; Nagafuchi, 2019).

Em entrevista, o psicólogo do Centro da Igualdade Racial, o senhor André Fragoso, que também se autodeclara negro e violentado pelo racismo, afirma que as pessoas vêm à instituição a fim de serem atendidas, geralmente, porque são vítimas do racismo que se dá de diferentes formas, inclusive, pela violação aos direitos de religiosidade, pois muitas têm participação em religiões de matriz africana, a exemplo do candomblé. Sobre o número, as estatísticas da violência infligida, Fragoso revela que “quando vamos procurar as estatísticas de suicídio não encontramos esses atravessamentos, pois não querem falar sobre raça”. Nesse sentido, é apresentado na fala um silenciamento de fatores que promovem a prática do suicídio, permitindo-nos observar que a lógica das instituições responsáveis sobre o assunto – e também do próprio Estado – é racista. Omitir é violentar!

É preciso falar do suicídio, de estilhaçar esse tabu que o silêncio configura como uma forma de violência. E, nesse sentido, calar sobre o suicídio, mesmo que na forma de ideias e tentativas de suicídio surgidas, consiste em violar vidas, em especial, quando pessoas são suicidadas pelo racismo, afinal, “[...] não querem falar sobre raça”.

Sendo assim, é de suma importância perceber que essas vozes são vozes silenciosas à sociedade, de modo que a pessoa está dentro de um grupo formalmente estabelecido, mas, simbolicamente, sem laços de pertencimento e escuta, e, assim, seguimos nas sombras da invisibilidade (Navasconi, 2018, p.34).

E quando se trata de pessoas negras, essas vozes já foram sufocadas, eram inaudíveis, pois eram vozes de pessoas marginalizadas na sociedade, que são invisibilizadas. Sabemos que os grupos subalternos têm resistência. Chegar ao suicídio pode ser um não à violência, ao estilo de vida, às regras estruturais de uma sociedade racista e preconceituosa.

A violência racial manifestada de diferentes formas surge como a “ponta do iceberg” e contribui para a marginalização e exclusão da população negra. Quando esta tem seus direitos negados, demandas negligenciadas, sobrevive em locais inabitáveis entre outros infortúnios, dessa forma, é provável que busque na morte uma saída para a vida (Gonzalez, 1979; Navasconi, 2018; Almeida, 2020, Arruda, 2022; Silva e Neves, 2023).

Para Franz Fanon (2008), o racismo constitui uma estrutura muito profunda, que envolve as esferas econômica, social e psicológica. O autor aponta que “Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”. Na psique do homem branco, está estruturada a ideia de superioridade, revela o autor, assim, também, o negro internalizou a inferioridade, desdobramento de suas interações sociais promovidas pelo racismo. “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco”, elucidava Fanon (Fanon, 2008, p. 129). O racismo enquanto uma estrutura profunda no psicológico do homem, às vezes, leva-o à morte.

Tendo em vista a necessidade de integração social de todo ser humano, o rompimento dela, em qualquer aspecto da vida, pode levar a pessoa direta e literalmente à produção da própria morte.

Sem sua integração ou solidariedade social o ser humano fica ‘solto’, individualizado e perde-se nas direções da conduta social. O suicídio não é um sintoma de algo interno, íntimo, mas, de algo coletivo, socialmente enjambrado, construído. Acontece quando o indivíduo mantém relações desequilibradas com a sociedade na qual está inserido (Aguiar, 2012, p. 94).

O ser que comete suicídio, no sentido apresentado nesta pesquisa em relação ao negro, é observado como um ser suicidado, em grande parte, pelo racismo. Não podemos culpabilizar o indivíduo pela sua morte. Van Gogh “não se suicidou em um ataque de loucura [...]”, mas, “[...] quando a consciência geral da sociedade, para castigá-lo, por ter rompido as amarras, o suicidou” (Artaud, 1977, p. 15). O suicídio de Van Gogh, assim como o de tantas outras pessoas externa e representa o peso da cultura sobre os indivíduos quando estes não se alinham e não suportam seus sofrimentos, ou seja, o sujeito é impelido ao suicídio pelo peso que a cultura lhe impõe.

Além disso, o corpo pode ser usado como fonte de alívio para o sofrimento, através da automutilação²⁰.

[...] tem tempos que vivo da dor, então se eu não tiver uma dor interna, eu tenho que ter uma dor externa, que pra tá machucando pra mim poder ter a dor, pra poder passar o dia. Então naquele dia eu comecei a me mutilar muito, eu me mordida, eu me machucava, eu coçava e não via nada, só olhava na minha mão e via sangue descendo, então eu me machucava muito de verdade, muito, muito, muito!! eu tenho assim, umas cicatrizes muito fortes [sic](Vilma, 2023).

As dores aliviadas, por um instante, pela automutilação devem ser ouvidas. Sônia Maluf (2010), a partir de estudos etnográficos relativos à saúde mental, realizados com mulheres em bairros periféricos de Florianópolis, aponta que “as aflições são ligadas a experiências sociais vistas como perturbadoras”. Sob a crítica ao modelo fisicalista e de racionalização médica da diferença de gênero que prevalece nas políticas de saúde pública em relação à saúde mental da mulher, debruça-se na defesa de um modelo sociológico que “amplia a percepção e os discursos sobre a doença e o sofrimento para além das concepções do corpo” (Maluf, 2010, p. 44).

Já na modernidade, nas sociedades chamadas de ocidentais, não há espaço para as diversidades, o contexto de uma sociedade marcada pelo consumo compele alguns corpos a estarem à margem da sociedade, às vezes, essa margem beira a própria morte. Silvio de Almeida aponta ainda que “a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (Almeida, 2019, p. 124).

²⁰ A automutilação é definida atualmente como qualquer comportamento intencional envolvendo agressão direta ao próprio corpo sem intenção consciente de suicídio e não socialmente aceita dentro de sua própria cultura e nem para exibição. A definição exclui tatuagens e o “cutting” que tem objetivos estéticos. A automutilação costuma ser repetitiva, podendo ocorrer mais de 50 atos independentes num mesmo indivíduo, mas as lesões são geralmente superficiais e sem repercussões sistêmicas. A automutilação pode ser pensada por algumas horas, minutos ou menos antes de executar cada incidente, dependendo da situação e oportunidade. Não há associação de abuso de álcool ou drogas durante os incidentes de automutilação (Giusti, 2013, p. 5).

No Centro João Balula, as aflições decorrentes de experiências sociais perturbadoras são diversas, mas têm alicerce no racismo estrutural. Para a assistente social do referido centro, Carla Dominique, “Os processos de produção de vulnerabilidade social e de dominação não podem ser entendidos sem se levar em conta a intersecção de raça, gênero e classe social”. Nesse sentido, as mulheres que foram entrevistadas revelaram problemas na infância, na vida atual, ligadas às mais variadas violências, desde a rejeição por ser uma mulher negra, ao abandono afetivo, à violência sexual, à homofobia, à pressão de ter que provar que “é bom o tempo todo”, como aponta Lis (2023).

As violências e violações de direitos sofridas pelas pessoas negras conduzem esse segmento social às margens da sociedade, e, na extremidade dessas margens, conduzem à morte, um resultado que ultrapassa a deliberação de uma vontade individual, pois o resultado consiste no desdobramento de uma pressão social, fator que desintegra o negro de muitos vínculos, um resultado de um poder do branco que, de forma hegemônica, dita as regras à sociedade. Nestas regras, estão o massacre do outro, aquele que difere do grupo dominante, o preto.

Os impactos do suicídio estendem-se àqueles que são próximos da vítima. Assim, significa que a cada ano entre 4 e 8 milhões de pessoas são afetadas por um suicídio. A dor associada a este fato pode continuar por muitos e muitos anos ou por toda a vida (Berllote, 2013). Mas as formas de enfrentamento ao suicídio, por vezes, são diferentes. “O sofrimento do suicida é íntimo e indizível, deixando que familiares, amigos e colegas lidem com uma espécie de perda quase insondável, assim como o sentimento de culpa” (Jamison, 2010, p. 27 *apud* Fukumitsu, 2014, p. 270).

Todavia, existe a possibilidade de indignação, constrangimento, entre outros sentimentos por parte daqueles que têm algum laço com a vítima, tal como o ato – suicídio – que está atravessado por diversas causas, as reações à notícia podem ser as mais diferentes possíveis (Silva, 2020).

Conforme pode ser observado no trecho da entrevista, na fala de Estela.

Perdi uma amiga, uma amiga também negra para o suicídio e isso foi um processo muito doloroso para mim. A passagem dela me motivou também a buscar ajuda, porque ela não pode na minha vida ser somente uma memória. Ela tem que ser assim como foram as minhas ancestrais mais uma força que me impulsiona a continuar, e essa força faz com que hoje a gente tenha mulheres negras indígenas deputadas, essa força que faz com mulheres negras agora quanto professoras de universitária, a primeira mulher indígena Dra, médica, cardiologista no Brasil. É essa força de várias que se rasgaram, infelizmente, que fazem com que a gente avance! Avance! Avance mais um pouquinho. Tem uma fala do povo indígena que a gente sempre diz: “ diga ao povo que avançaremos”, e todas as vezes que alguma minha cai [mulher negra próxima a ela] eu deixo essa voz ressoando na minha cabeça. **A gente não vai parar, a gente tem que avançar.** Então, a morte dela não pode ser uma pausa pra mim, ela tem de ser um lugar de... é um gatilho né, pra quem já tá mal, suicídio próximo é um gatilho muito grande, foi pra outras mulheres próximas da gente, mas lembrando de todos os afetos que tive com ela, todas as conversas, de todos os sorrisos, de todas as forças que ela me deu, de todos os compartilhamento de autoras negras de referência não posso parar, tenho que ir em frente[risos de dor, olhos com lágrimas] [sic] (Estela, 2023, Grifos meus).

Estudar o suicídio requer fazer uma análise do fenômeno observando os fatores sociais, econômicos, geográficos e históricos em torno do corpo que sucumbiu à morte. Nesse caso, este trabalho se debruça no suicídio como uma relação ao fenômeno social do racismo. A análise do fenômeno requer reflexões em torno das circunstâncias do fato social. Na perspectiva sociológica ou antropológica do suicídio, é importante ouvir as pessoas que se encontram em torno do fenômeno, aquelas que tiveram ideias suicidas, que tentaram suicídio ou seus familiares, chamados “os sobreviventes” ou conforme Estela (2023) aqueles que precisam “avançar”!

3.3 Suicídio: um problema de saúde pública

A morte por suicídio é um fenômeno enigmático, traz em si diferentes faces observáveis para compreensão do fato. Uma abordagem reducionista do suicídio pode conduzir à responsabilização do sujeito e perspectivas limitadas do problema social em que o suicídio se constitui. Um deles é a patologização que reproduz efeitos estigmatizantes, além de obstar a fomentação de políticas públicas para os grupos sociais mais vulneráveis, visto que a responsabilidade é unicamente daquele que comete o suicídio, por ocasião da patologia. A exclusividade da responsabilização da vítima é algo muito característico da meritocracia do sistema capitalista no sentido de que o indivíduo é culpado pelo seu “fracasso”. Ressalto a imprescindibilidade em “reconhecer o suicídio em sua dimensão privada e subjetiva, singular e individual, emaranhado a situações sociológicas, resultando em sofrimento existencial e social, privado e coletivo” (Silva et al., 2023, p.3). Sendo assim, contextualizar as condições e circunstâncias sociais emaranhadas na ação da morte autoprovocada.

Entende-se que o foco sobre o “doente” desvia o olhar da dimensão sociocultural e política do suicídio. Isso significa que, embora existam tentativas e mortes de/por suicídio de pessoas que possuam alguma patologia, o suicídio é um ato diretamente ligado às relações e interações sociais (Silva et al., 2023, p.10)

Nagafuchi (2019, p.101) afirma que “um olhar antropológico permite ampliar a compreensão do fenômeno, que deixa de ser somente um item nosográfico e passa a ser um elemento indissociável da experiência humana”. Com isto, ressalta-se a relevância da mudança de percepção sobre comportamento suicida entrelaçado meramente ao indivíduo sem fazer uma análise crítica que envolva aspectos estruturais.

Uma das formas de demonstrar o impacto da patologia social é através das estatísticas de saúde. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2022), “mais de 700 mil pessoas morrem por ano devido ao suicídio, o que representa uma a cada 100 mortes registradas. Entre 2000 e 2019, nas Américas, as taxas de suicídio aumentaram em 17%²¹”, o que o torna um problema social e de saúde pública. Não obstante, o número dessas mortes autoprovocadas, o suicídio ainda consiste em um tabu, assim, o silenciamento sobre o fenômeno conduz à supressão das causas sociais envolvidas ao suicídio.

Em estudos teóricos, identifiquei que existe uma curva crescente do número de suicídio no Brasil, conforme o Boletim Epidemiológico 33 publicado em 2021, “[entre] 2010 e 2019,

²¹ Informações obtidas em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms>.

ocorreram no Brasil 112.230 mortes por suicídio, com um aumento de 43% no número anual de mortes, de 9.454 em 2010, para 13.523 em 2019”.

Análise das taxas de mortalidade ajustadas no período demonstrou aumento do risco de morte por suicídio em todas as regiões do Brasil. Neste mesmo período, estima-se que a população brasileira tenha crescido de 190.732.694 para 210.147.125, resultando em crescimento de 10,17%. A taxa nacional em 2019 foi de 6,6 por 100 mil habitantes, sendo a quarta maior causa de mortes de jovens de 15 a 29 anos de idade” (Brasil, 2021).

Já, no estado da Paraíba, a mídia tem sido um dos veículos de divulgação de informações acerca do suicídio no estado. Camêlo et al. (2021, p. 2) apontam que, “de acordo com o Sistema de Informação sobre Mortalidade da Secretaria Estadual de Saúde (SIM/SES), a Paraíba registrou um caso de suicídio a cada 34 horas”. Os autores chamam atenção para os altos índices de suicídio no estado da Paraíba, com uma maior predominância na cidade de João Pessoa e Campina Grande. Entretanto, cabe ressaltar que existe dificuldade em relação ao acesso a dados sobre suicídio.

Os sites oficiais de órgãos do Estado fornecem poucas informações sobre o tema, assim como as pesquisas sobre suicídio. Costa e colaboradores (2020) apontam que entre os muitos problemas (em relação ao suicídio) podemos destacar a qualidade das informações apresentadas para assentamento, pois existe uma resistência para classificar uma morte como suicídio e isso se deve à influência cultural daqueles que notificam o óbito. Nesse sentido, há um controle social dessas mortes, um escamoteamento que consiste em alguma racionalidade estatal no sentido de silenciar essas mortes por meio das estatísticas não correspondentes à realidade dos fatos. É mais que um tabu, é uma logística de Estado maquiar a realidade social no que tange ao suicídio.

A pesquisa na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa intentou para a verificação dos dados de suicídio e tentativas de suicídio com base no quesito raça/cor. Contudo, a única informação constante no Boletim Epidemiológico foi que a maioria dos casos de morte por suicídio foram de pessoas pardas. Considerando esse resultado, noto a negligência no levantamento dos dados com impacto direto na saúde da população negra.

A terminologia “parda” consiste em uma única análise utilizada por órgãos oficiais, assim, observamos no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – mas também no SISDEPEN – Sistema Penitenciário Nacional. Nesse sentido, observo que a utilização do termo “pardo” consiste em um escamoteamento de que pessoas negras são a predominância da população suicida, uma forma de mitigar os debates, as razões que se encontram por trás do racismo estrutural que aumenta conforme aumenta a pigmentação da pele, até o preto retinto.

Sobre esse aspecto, observemos dados estatísticos sobre uma violência diversa ao suicídio, mas que está ligada à população negra, ou melhor, ao racismo estrutural:

Pelo SISDEPEN, ou melhor, pelas estatísticas do Estado não se consegue ver a realidade social, a subnotificação é a regra, mas também a maquiagem dos fenômenos ligados ao racismo estrutural quando se utiliza o termo pardo, mitiga a cor negra que é encarcerada pelo Estado na sua forma de seletividade penal racista que, em relação à Lei de Drogas, é intensamente sexista [...] A cor parda consiste na cor proeminente daqueles corpos encarcerados. Percebo que a utilizada terminologia “parda” referida pelo IBGE e pelo SISDEPEN aponta uma forma de seus agentes maquiarem que o país consiste em um Brasil de pretos. Mas ainda que o sistema prisional, por meio de seus agentes, maquia que encarcera o preto em massa em uma biopolítica do Estado de contenção de corpos e higienização social. Os corpos que são atravessados pela miséria e desaguados em outro contexto de miséria, a prisão (Ferreira, 2022, p. 218-223).

Percebe-se que as violências e violações de direitos sofridas pelos negros consistem no alvo de omissão do Estado – por meio de seus agentes: profissionais de saúde e outros – por meio de seus órgãos oficiais, por meio das estatísticas. Assim, não reflete apenas no fenômeno suicídio, mas também no encarceramento como apresentado por Ferreira (2022).

Em retorno ao Boletim de saúde, publicado em 2023, pela Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa (SMS/JP) referente aos anos de 2012 a 2022, neste íterim, foram contabilizados 3.250 casos de violência autoprovocadas, dos quais 34,4% correspondem ao sexo masculino e 65,6% referente ao sexo feminino (Paraíba, 2023). Neste período, houve uma variação percentual de 1.183,33% e 268,97% quando se comparam as tentativas de suicídio registradas no ano de 2012 em relação ao ano de 2022 (Paraíba, 2023). Contudo, pessoas do sexo feminino são predominantes quando observadas as tentativas de suicídio.

Na maioria dos países, as taxas de suicídio são três a quatro vezes maiores em homens, enquanto as mulheres apresentam mais ideação e tentativas, fato que tem sido denominado “paradoxo do suicídio”, representado pela maior frequência de tentativas em mulheres e de suicídios consumados em homens (Meneghel et al. 2015, p.1722).

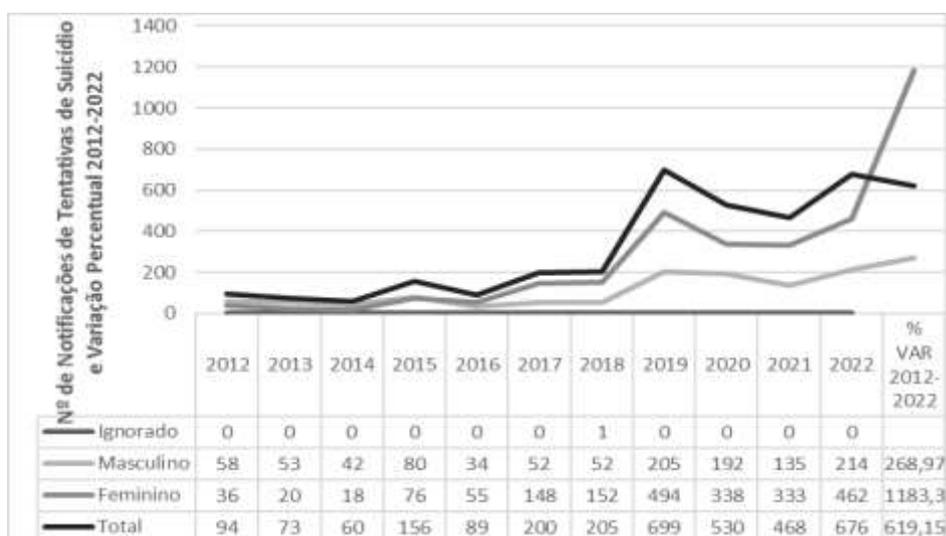
Observamos que os altos índices de ideação e tentativas de suicídio predominantemente nas mulheres em diversos países expõem o sofrimento assim como a necessidade de análises sobre gênero, pois

A constância nos dados permite deduzir que estas diferenças na expressão do fenômeno do suicídio entre homens e mulheres não se deve ao acaso, tampouco parecem decorrentes apenas de particularidades biológicas. Ao contrário, as diferenças se relacionam com a construção social dos papéis de

gênero na sociedade patriarcal, que promove assimetrias nas relações de poder e resulta na subordinação e opressão das mulheres pelos homens (Dantas et al., 2023, p. 1470)

Neste aspecto observando o gráfico a seguir do Boletim Epidemiológico de João Pessoa, para o referido período de 10 anos, respectivamente para o sexo feminino e para o sexo masculino, os dados demonstram uma variação percentual de 1.183,33% e 268,97% quando se comparam as tentativas de suicídio notificadas no ano de 2022 em relação ao ano de 2012.²²

Gráfico 1 – Tentativas de suicídio – notificações de residentes em números absolutos e variação percentual 2012-2022, segundo sexo – João Pessoa/PB.



Fonte: (SINAN, 2022 *apud* Paraíba, 2023)²³.

Tomando o suicídio como um problema de saúde pública. É preciso considerar as interseccionalidades do fenômeno suicídio, pois há outros fenômenos que se imbricam, que se atravessam, entrelaçando-se. Nessa perspectiva, é imprescindível a elaboração de políticas públicas aplicadas ao contexto com as circunstâncias específicas apresentadas, visto que as relações sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras são indissociáveis. É necessária a fomentação de políticas públicas de uma forma que envolva os seus beneficiários de acordo com seus marcadores sociais envolvidos à sua existência. A compreensão do comportamento suicida consubstancia-se para além da patologização, para além de um viés de

²² Informações constante no Boletim Epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde – SMS/ João Pessoa.

²³ Segundo a SMS, essas informações estão sujeitas a alterações em razão da lentidão de envio de atestados de óbito para a Secretaria e a Divisão de Vigilância Sanitária.

psicologização, o social é a condição que lastreia o comportamento suicida. Assim, o suicídio está imerso em fenômenos sociais diversos. Atualmente há algumas políticas públicas. No Brasil, a Portaria nº 1.876/2006 do Ministério da Saúde (MS) estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Prevenção ao Suicídio a ser implementada em todos os entes federados, considerando as competências das três esferas de gestão, sendo: municipal, estadual e federal.

Ainda em 2006, o MS lançou o Manual de Prevenção ao Suicídio dirigido aos profissionais das equipes de saúde mental. O referido manual alerta para uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde – OMS – com o seguinte resultado: durante a vida de cada 100 pessoas 17 pensam em suicídio, 5 elaboram um plano, 3 tentam suicídio e 1 pessoa é atendida em pronto socorro. Outra medida adotada pelo MS foi a Portaria nº 1271/2014 que institui a Lista Nacional de Notificação compulsória em todo território nacional, na esfera pública e privada, no prazo de 24 horas (Brasil, 2022). Porém, de acordo com o manual, as notificações oficiais de tentativas de suicídio são mais escassas e menos fidedignas do que as de suicídio. Calcula-se que as tentativas de suicídio excedam em, no mínimo, dez vezes o número de suicídios (Brasil, 2022).

Nessa direção, os números oficiais podem ser oficiosamente construídos para maquiar uma realidade social que se atrela a muitos outros fenômenos promotores da morte autoprovocada, a exemplo do racismo, pois como anunciou o psicólogo do João Balula, “ninguém quer falar de raça”. Nesse raciocínio, é preciso falar de racismo quando falarmos de suicídio, é preciso observar interseccionalidades desse fenômeno social: raça, classe e gênero.

3 RACISMO E SUICÍDIO: A travessia da dor nas interseccionalidades

Esta seção foi construída a partir das falas das interlocutoras de pesquisa, consiste em uma escrita fundamentada nas observações de campo, na priorização das falas dos atores sociais que participaram e contribuíram na construção dos dados de pesquisa. Nessa proposição, ao fazer observações, a partir de releituras das falas das interlocutoras, categorias sobrevieram em suas narrativas. Nesse sentido, a experiência vivida dos sujeitos da pesquisa, em especial, daquelas ligadas ao racismo, ao suicídio e ao Centro João Balula alicerçam a escrita da seção. Assim, dada a relevância de se ouvir os sujeitos de pesquisa, parto da compreensão de que há “[...] algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros [...]”. Portanto, a teoria deve primar para que advenham os dados evocados [...] “por elas próprias” (Foucault, 2015, p. 133).

Nesse texto, os aspectos surgidos em campo baseiam toda a fundamentação desta seção, como afirmado anteriormente. Então, a escrita foi alicerçada por meio dos dados apresentados nas narrativas dos sujeitos com quem tive contato no campo, dessa forma, organizo-a na forma respectiva: A caminho do Centro: mulheres negras em busca da cura da alma [psique], as percepções sobre o Centro João Balula – aqui, será descrito o percurso das mulheres negras ao Centro estudado, mas também as percepções dos profissionais da instituição sobre racismo e o centro referido; o estigma: a internalização de inferioridade – desenvolverei os aspectos narrados pelas mulheres negras na experiência do vivido associando-os aos seus traços fenotípicos e ao processo de preconceito; espaços sociais: a construção da dor da mulher negra – nesta seção trarei as experiências vivenciadas por essas mulheres em diferentes espaços onde experienciaram violência de racismo e de gênero.

3.1 A caminho do Centro: mulheres negras e percepções sobre o Centro João Balula

Neste espaço, escrevo a partir das narrativas das mulheres negras entrevistadas pessoalmente e na plataforma Google Meet, sobre as motivações e a forma de conhecimento sobre a instituição, o Centro João Balula, espaço social em que foi desenvolvida a presente pesquisa. Ainda, nesta seção, trago a visão dos profissionais daquele âmbito institucional sobre as práticas desenvolvidas naquele órgão. Lembrando que, de acordo com a proposta de ingressarmos nas motivações e na razão de ser da instituição, por meio de entrevistas semiestruturadas, foram ouvidas seis mulheres e os respectivos profissionais da instituição: o pedagogo, a assistente social, o psicólogo e o advogado.

3.2 Mulheres: a penitência da dor, à procura do Centro

Inicialmente, quero chamar a atenção para Vilma, mulher de 36 anos de idade que se declara parda, cursou o ensino médio completo e, atualmente, disse que se encontra de licença médica, com rendimentos pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – declarando renda familiar mensal de R\$ 2.600,00, convive com seu companheiro, Genivaldo, e suas duas filhas. Vilma, em entrevista, disse que soube da existência do Centro João Balula por meio da vizinha de sua sogra, Dona Cleonice, frequentadora da instituição. Ela revela que não conhecia o espaço citado, embora tivesse consciência de que, já há muito tempo, necessitava de tratamento psicológico.

Sobre a sua necessidade, fala enfaticamente isso: “eu estava precisando muito, muito, muito. Eu estava necessitando, tinha saído de uma tentativa de suicídio e não tinha psicólogo”. Acrescenta ainda que “no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), às vezes, não tem psicólogo; passou um bom tempo sem psicólogo. Eu necessitava mesmo!”.

Vilma, de forma enfática, tomada pela fala, ainda faz revelações de suas emoções no tempo em que buscou ajuda no Centro, disse-me isso: “Foi no tempo em que comecei a me mutilar. Aí, ela [a vizinha da sogra] me deu o telefone, falei com uma moça que nem lembro o nome dela. Aí, foi quando conheci lá [Centro] e fiquei participando”.

Fitando-me os olhos, ela continua a falar sem parar para pensar, sua história saía como um desabafo de um tempo de dor enquanto narrava os acontecimentos. Vilma fala que “chegou um momento, em que eles [os profissionais do Centro] não podiam fazer muita coisa, porque o meu caso começou a se agravar e eles não tinham aquele suporte”. Em relação ao “suporte”, ela considera a forma a que se refere ao tratamento psicológico em si, um contato com o profissional da área de forma mais precisa, mais intensiva.

Ainda sobre o referido Centro, revela que aquele espaço foi considerável na ajuda em suas emoções, na dor, na angústia, revelando que “o centro me deu um suporte porque assim [...] eu como sinto muita dor, muita dor, assim, interna; eu sinto muitas dores pra valer mesmo!”. Prossegue a fala acrescentando isso: “Eu cheguei lá, eu fui muito bem acolhida, me deixaram muito à vontade de chegar para falar, de me expressar, para conversar [...] é como me encorajasse a ter força de falar, de botar para fora meus medos, minhas angústias”. A angústia é um sentimento presente e constante na vida de Vilma, assim, expressa sua fala, pois revela o seguinte: “tem dias que não aguento sair, passar no portão, então, eu acho que depois que passei por lá eu comecei a me abrir mais, principalmente com minha família, com minha mãe, com todo mundo e principalmente com meu esposo”.

Observada a fala de Vilma, é perceptível que o Centro João Balula tem importância em sua vida no sentido da expressão de suas emoções. No alívio, “das dores internas” sentidas por essa mulher negra, mãe de duas filhas, Sandra de 17 anos e Saionara de 6 anos. A importância, inclusive, na forma da interlocutora interagir com a família na expressão de suas emoções foi evidenciada na alegação de ter participado das atividades do centro. Não obstante a importância do Centro na vida de Vilma, nos momentos de angústia que se apresenta com uma determinada constância, é nítida no relato a revelação de que o Estado se apresenta deficiente, caótico na prestação do serviço de saúde mental. Ter um psicólogo consiste em um direito ainda marcado por um viés classista, muito elitista, que se dá mais frequentemente nas classes média e média alta.

Em contato com Estela, mulher de 28 anos, natural de João Pessoa, residente em Cabedelo, cidade da região metropolitana, professora de artes, formada pela Universidade Federal em dança, mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em artes cênicas, que tem renda mensal de R\$ 2.000,00 e convive no mesmo lar com o pai, com a mãe e com sua companheira. Ela que soube do Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula por meio de uma amiga da graduação, uma mulher negra considerada bastante empoderada, que a apoiou em processos importantes enquanto mulher, assim revela.

Estela diz que a amiga empoderada “é de um outro terreiro. A gente não teve a mesma caminhada religiosa, mas ela também é candomblecista, é juremeira. Aí, a partir desse lugar de afeto, de confiança, que eu tenho nessa pessoa, durante uma conversa que a gente teve ela me indicou esse lugar para que eu viesse procurar ajuda” e foi assim que informou sobre a descoberta da existência do Centro João Balula.

Em relação à Lis, jovem de 20 anos de idade, solteira, que se declara preta e cursa o nível superior, com uma renda média de R\$ 600,00, ela divide apartamento com duas colegas da faculdade. Ela que veio do interior da Paraíba, da cidade de Patos, sertão deste estado, revela que saiu de casa aos 18 anos. Assim, diz: “eu era bem novinha. Dei a cara a tapa [...] eu tinha acabado de completar 18 anos e arrumei um emprego [...] juntei um certo dinheiro e vim pra João Pessoa”, revela. Ao chegar em João Pessoa, Lis conheceu o Centro Balula, dizendo isso: “[...] me senti confortável lá, me senti confortável e comecei a fazer terapia”. Comenta sobre a relevância de participar de uma religião de matriz africana: “é do candomblé”, declara.

Sobre suas emoções, Lis disse-me:

Eu tive uma crise. Eu tinha acabado o meu antigo namoro na época. Minha vó estava passando por dificuldades financeiras. Eu tinha duas opções: ir embora e voltar para minha cidade, ou trancar o curso e buscar uma terapia e buscar trabalhar, foi o que eu fiz nessa época. Busquei terapia e comecei fazer bicos que sempre me apareciam.

Fazer um extra no shopping, pois eu já tinha trabalhado lá fixamente. É, em meio a essa questão, de término de namoro, de minha família mal, de trancamento de faculdade. Começou a encher minha cabeça. E, nisso, encheu, encheu ao ponto de tipo [...] eu conheci o Centro através de um amigo meu, o Erike Aguará, ele fez, “amiga, eu conheço um instituto com um psicólogo muito bom e é gratuito”. Ele via minha situação também na época, que eu não conseguia pagar uma terapia. Eu queria, mas eu não tinha recurso suficiente. Era isso ou me alimentar. Então, querendo ou não. Aí, mandei uma mensagem para o Centro e tudo mais, só que, no momento que eu mandei a mensagem, eu já estava em crise. Então, eu estava chorando muito e ele, o profissional, não entendia direito o áudio. Eu só queria desabafar naquele momento. Aí, com mais calma, eu fui lá no Centro. Aí, teve todo credenciamento para eu ser paciente de lá. E foi aí que conheci, de fato, o instituto Balula. O psicólogo e os demais serviços que são oferecidos lá, por exemplo, o jurídico [Sic] (Lis, 2023).

Na fala apontada “Eu queria, mas eu não tinha recurso suficiente. Era isso ou me alimentar”, observa-se que fazer terapia consiste em uma atividade que não é tão acessível às pessoas de baixa renda, a exemplo das mulheres negras deste trabalho, minhas interlocutoras. No tocante ao acesso a tratamento terapêutico, em 1918, Freud já revela acreditar que o Estado em algum momento reconheceria o acesso à terapia como direito (Freud, 1969). Nesse sentido, o Centro João Balula consiste em um espaço em que há atendimento psicológico gratuito. Embora a gratuidade do serviço, é necessário mais recursos humanos e materiais para que o órgão atenda a demanda de pessoas que o procuram angustiadas, em crise, com “dores internas”, como anuncia Vilma.

Em conformidade com Manu, entrevistada pelo Google Meet, em 2022, uma jovem de 23 anos de idade, que se autodeclara preta, vive com uma renda de aproximadamente R\$800,00 mensais. Por ganhar pouco, passou a dividir apartamento com uma amiga. Manu, nascida em Rondônia, veio para João Pessoa no ano de 2019, motivada pelos estudos, para realizar um curso superior na Universidade Federal da Paraíba, razão por que reside em João Pessoa há quatro anos. Segundo a mesma, “Rondônia é um Estado muito conservador, tem uma agropecuária muito forte, na última eleição Bolsonaro ganhou praticamente 100%. Então, é um cenário um pouco complicado”. Na conversa, revela que, quando veio para João Pessoa, foi que conseguiu ter um pouco de contato com os debates sobre racialidade, mas também sobre as questões da LGBTQI+. Sobre racismo, observa como uma prática velada. Tal assunto é pertinente à sua família, pois sua mãe é preta, assim como o resto da família, com exceção do pai que era branco.

A chegada de Manu ao Centro deveu-se a partir de uma vivência de um momento de muita dificuldade. Sobre isso, revela: “eu faço terapia desde muito nova, lido com problemas de ansiedade. Aí por conta da minha rotina e principalmente por conta da UFPB, estava passando por uns momentos ruins psicologicamente”. Aponta ainda que a pessoa que fez

referência ao Centro, induzindo-a a participar, “[...] foi um amigo, chamado Michael. Ele falou que foi muito bom para ele, por causa de processos que ele estava passando em relação ao racismo, também. Aí, ele foi comigo. Lá, a gente se cadastrou”.

Em relação a Lídia, 28 anos de idade, casada, que se autodeclara preta, com pós-graduação, é bióloga, tem renda média de R\$1.300,00 foi entrevistada pelo Google Meet. Ela descobriu o Centro por meio dos conhecimentos de sua tia, que trabalhou na instituição. Em conversa, diz: “Eu estava passando por um processo de depressão e ansiedade. Ela recomendou [tia]. Aí, fui, fiz a inscrição e comecei o atendimento. Mas como eu estava em crises de ansiedade e depressão, uma tia minha se ofereceu para pagar a terapia”.

Na fala de Lídia, “[...] uma tia minha se ofereceu para pagar a terapia”, nota-se que, embora ela encontrara o Centro e passara a frequentá-lo para fins terapêutico, de atendimento psicológico, a tia referida oferece para pagar a terapia. Nesse sentido, surge a avaliação do serviço público como insuficiente, no sentido de que necessitava de ajuda mais especializada para fins da cura das “dores internas” (Vilma). Sobre esse aspecto, não trouxe maiores detalhes e informações. Entretanto, é importante ressaltar o papel da rede social de apoio nas dificuldades vividas pelas mulheres negras e como surge um apoio familiar.

No tocante à Júlia, mulher de 38 anos, solteira, que vive com seus pais, que se autodeclara negra, que é pós-graduada, trabalha em uma escola de ensino fundamental, no cargo de pedagoga, cujo rendimento da função é de R\$3.500,00. Júlia foi vítima de uma violência baseada em racismo, em sua cidade, violência que tomou grandes dimensões nas redes sociais do local. Sobre esse aspecto, o seu contato com o Centro João Balula deu-se através da busca ativa. Nesse sentido, fala:

Eles fizeram uma visita aqui. Veio o advogado, uma equipe. Assim, a ajuda que tive do Centro foi a presença do psicólogo, ele veio num momento bom. Eu estava precisando acreditar que não era minha culpa as situações que aconteceram no meu seio familiar. A minha irmã mais velha ficou muito mal. Eu precisava tirar de mim esse peso, porque eu me culpava por tudo isso. Mas consegui enxergar que não fui eu que provoquei isso. Eu estava trabalhando, se foi mal interpretado ou se não foi, senão foi visto da forma que era para ser visto. O problema não é meu, é de quem não consegui. Eu me culpava pelas situações, a cada medicamento que ia na farmácia comprar para minha mãe, eu sentia um ódio de estar naquela situação. Dela [a mãe] estar vivendo esse contexto. Por causa de uma pessoa que não tem nada a ver com a nossa vida. Que não nos conhece, que não tem interferência positiva nenhuma na nossa vida. Mas ainda bem que eu consegui virar essa chave. Ver que não era minha culpa. E que ela estava falando dela, mas infelizmente nos atingiu. Eu me senti culpada pelo que ela falou sobre mim e atingiu minha mãe [sic] (Júlia, João Pessoa, 2023).

Júlia faz referência às violações sofridas pela avó de uma aluna sua. No trabalho, foi vítima de violência com palavras fortes de cunho racista: “Negra porca. Funcionariuzinha de quinta. Que começava pela minha personalidade. Eu era uma negra porca que vivia na lama”.

[choro]. Na fala acima, podemos verificar o processo de culpabilização em que ela faz consigo mesma, algo bastante comum em relação às vítimas, uma lógica que também faz parte do jogo da violência: agredir a vítima, culpabilizando-a pela agressão sofrida. Por conseguinte, identificamos o que Kilomba denomina como “trauma do sujeito negro”

O trauma de pessoas negras provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo branco, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como a/o “outra/o”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum (Kilomba, 2019, p. 40).

Sobre o acontecimento Júlia relata

A revolta das pessoas, até pessoas brancas se revoltaram, porque viram pelo que me conhecem, que eu não merecia aquele maltrato. **Eu nunca tinha vivenciado aquilo** e no momento mesmo que fiz o BO fui bem tranquila. Porque assim, quando ela disse aquilo tudo, ela estava falando mais dela do que de mim. Porque eu sei quem eu sou (choro). Eu sei de onde eu venho, e sei da minha capacidade de ir aonde eu posso ir, aonde eu quero ir. Então, começou a me doer essa situação, quando vi que minha família tinha sentido, e talvez eles tenham sentido tanto pela minha condição, **pela minha situação porque eu me calei** [sic] (Júlia, 2023).

Embora a sociedade seja racista, a violência racial tem esse poder de nos paralisar e silenciar porque o racismo mexe com a nossa estrutura.

Ao ouvir as mulheres que utilizaram dos serviços do Centro, observei que a rede de apoio de pessoas do convívio dessas mulheres, a exemplo de amigos e familiares, que foram a forma de conhecimento e um meio para se chegar ao referido Centro. Por unanimidade das mulheres entrevistadas, a rede de sociabilidade no que tange o ciclo de amizades foi substancial para que obtivessem informações e passassem a frequentar o Centro estudado. Sobre isso, observo a falta de informação a respeito do órgão na forma midiática, mas também a ausência de informativos em instituições públicas.

3.3 O Centro João Balula sob a perspectiva dos profissionais da instituição

Em contato direto com os trabalhadores que fazem parte do quadro funcional do Centro João Balula, obtive as percepções das atividades realizadas, mas ainda os objetivos formais estabelecidos para a existência e funcionamento da instituição. Objetivando compreender o

funcionamento desse estabelecimento, realizei as entrevistas semiestruturadas com os servidores que atuam naquele órgão e as suas percepções sobre o “suporte” que oferecem ao público que buscam o CERIR João Balula.

Iniciamos pelo relato do pedagogo que atua no Centro. Jonathan Queiroz, um homem negro, com 38 anos de idade, informa que a sua principal função no Centro “é propor uma pedagogia antirracista, principalmente no ambiente escolar”. Informa que o Centro tem esse foco, esse olhar da pedagogia em si do letramento racial, voltado para a educação. Fala ainda que traz uma “perspectiva pedagógica trazer da teoria para a prática”. Diz-me isso: “Então o meu papel é justamente esse: transcrever uma teoria que está lá, teoria da pedagogia antirracista”.

O pedagogo aponta que há quatro atribuições específicas que são mais relevantes ao Centro de Referência. A primeira é acompanhar os casos de racismo, xenofobia e intolerância religiosa; a segunda consiste em acompanhar grupos sociais distintos quilombolas, indígenas e, também, a população cigana; a terceira reflete no Centro como uma porta aberta para pessoas migrantes, apátridas e refugiados. Por fim, a quarta consiste em o Centro como um observatório antirracista. A partir dessas atribuições, o Centro pode ser procurado pela população, ao ocorrer um caso de racismo.

Jonathan revela que o Centro de Referência não tem poder coercitivo, o poder de polícia. Sobre a questão do “não poder”, informa que o Centro não tem o poder de peticionar, mas pode encaminhar para o serviço público. Revela ainda que, quando acontece um caso de racismo, o Centro procede com o acolhimento do caso se a “vítima” quiser, porque não é obrigatório a vítima querer comparecer no Centro de Referência, acrescenta. Sobre tal questão, diz: “Ela [vítima] sozinha pode ir à delegacia prestar o Boletim de Ocorrência, encaminhar para um advogado essa questão toda judicialmente e pode nos procurar e fazer esses encaminhamentos”, aponta. Jonathan Queiroz, ainda compreende que

Os públicos indígenas têm uma autonomia mais forte, a FUNAI e SESAI, atuando diretamente, um de proteção e outro da saúde indígena. Já as comunidades ciganas, quilombolas e refugiados não. Então, precisam desse olhar mais cuidadoso. Sem deixar o foco da discussão da **intolerância religiosa**, a gente sabe que as populações que mais sofrem intolerância religiosas são as afro-ameríndias. Na Paraíba a gente pode destacar o candomblé, a jurema sagrada e a umbanda que são muito atacadas pela **intolerância religiosa ou racismo religioso**. Nesses municípios, a gente faz provocativas, busca a secretaria de educação, secretaria de saúde, secretário de ação social; para que eles promovam em seus corpos formações continuadas, pois essas secretarias, são onde esses públicos mais procuram. Então, é preciso que esses funcionários tenham esse olhar mais acolhedor sem ter esse **racismo institucional**. A gente sabe que **racismo estrutural** é estruturante, está na sociedade diariamente, em todos os setores a gente percebe o racismo estrutural. É só a gente ver diariamente, e

aí não vamos minimizar crimes, acobertar crimes, longe disso. Mas estatísticas comprovam que a população negra no Brasil é a maior vítima de homicídios, é a que mais morre, estão mais encarceradas, a que mais sofre intolerância religiosa. As mulheres negras estão mais encarceradas, sofrem mais feminicídio, violência obstétrica, são as maiores vítimas de violência doméstica. Então, a gente pode dizer que existe um racismo estrutural. E quando a gente vai ver quem acessa esses serviços mais comuns, é a população negra (Jonathan Queiroz, 2023).

Jonathan (2023) compreende a existência de diferentes formas de racismo. Neste sentido Silva e Araújo afirmam que

[...] o racismo estrutural diz respeito às divisões de classe, ao imaginário étnico-racial, aos hábitos, costumes, linguagens etc. O racismo estrutural organiza, noutros termos, o sistema de privilégio social/racial de maneira ampla, penetrando no tecido social, na cultura e nas dimensões inconscientes do comportamento social. Daí sua dificuldade em ser compreendido e enfrentado (Silva & Araújo, 2020, p.6).

A gênese da identidade nacional, das relações raciais baseadas na hierarquização de gênero e raça, surge da degradação dos corpos e vidas de mulheres negras (Carneiro, 2001). A história colonial que funda a ideia de Brasil se consolida com a identidade nacional baseada em aspectos racistas, sexistas e heteronormativos (Mayorga, 2009), aspectos que norteiam as práticas cotidianas nas relações sociais, em especial, na vida das mulheres negras.

Nesse nosso contato, Jonathan declara que o trabalho do Centro é mais de acolhimento e proporciona uma formação para que as pessoas entendam que aquela tratativa com aquela “vítima” foi baseada em racismo. E como se pode trabalhar para transformar aquele ambiente escolar para que não venham mais cometer casos de racismo. E, por vezes, no ambiente escolar acontece muito *bullying*, prática que é muito comum na escola. “E o que a gente percebe é que há muito *bullying* com teor racista. O *bullying* deixa de ser *bullying* quando começa a atacar a imagem da pessoa nesse sentido conotativo racial: cabelo pixaim, macaco, entre outros tipos de cunho racial”.

Segundo Sodré, a esquematização discriminatória tem um sentido, que é a hierarquização excludente da cidadania negra. O autor revela que “A hierarquia discriminatória é pautada por um paradigma de brancura parcialmente alheio à suposição de supremacia racial [...], mas atento às aparências; isto é, à cor e ao *status* social” (Sodré, 2023, p.63). Nesse sentido, observo que o *bullying* representa o paradigma que não está em harmonia com as diretrizes de uma forma de ser, de estilo de vida e de aparência, de corpos que não são brancos.

Na perspectiva da assistente social, Carla Dominique, mulher negra, de 36 anos de idade, assistente social do Centro há 2 anos. Comentou, em conversa informal, que o Centro é

o primeiro serviço de políticas públicas voltado à população negra, de terreiro, migrante, cigana, indígena. Sobre suas atividades fala o seguinte: “[...] chego aqui com essa perspectiva, como é ser uma mulher negra e trabalhar num serviço que vou acolher outras mulheres negras. Para além de mulheres negras, outras populações que nunca tiveram um serviço com especificidade”. Nesse momento, em continuidade da fala, diz: “O Centro é jovem, vai fazer três anos que inaugurou. A gente está construindo o fluxo, a rede de proteção, de apoio. A porta de entrada é o serviço social, a gente identifica o que a pessoa necessita, se é encaminhamento interno ou externo”. Aqui, Carla aponta o ritual de entrada ao Centro, o serviço prestado pela assistência social. Sobre a forma que trabalha enquanto assistente, revela que faz a identificação a partir da demanda do usuário. Diz o seguinte:

Fazemos a ficha de todos os usuários do serviço, que é um protocolo base. Para identificar o tipo de violência sofrida, como está o usuário, as políticas sociais que a gente pode oferecer a ele. Nos casos de racismo, orientamos registrar na delegacia, e, se o usuário quiser, a gente o acompanha, mesmo que o usuário não queira dar continuidade ao processo, é importante que ele faça o boletim de ocorrência, porque sem registro não tem dado, e sem dado a gente não pode provar que o racismo está aí todos os dias. Na delegacia, é que vão dizer se foi ou não racismo. **Se o caso chegar à justiça, na maioria das vezes, será julgado por uma pessoa branca.** Então, aqui podemos pensar no **racismo estrutural e institucional** que é a base da nossa sociedade. Os casos de racismo têm tido repercussão se os envolvidos têm consciência de raça, caso contrário o racismo não existe (Carla Dominique, 2023).

Essa interlocutora chama a atenção para o papel do serviço social no acolhimento às pessoas que chegam ao Centro e de ser acolhida por uma pessoa negra. Ou seja, alguém que pode acolher uma experiência de vida com uma trajetória semelhante, sensível e com empatia pelas vivências de quem chega ao Centro. Os processos de produção de vulnerabilidade social e de dominação não podem ser entendidos sem se levar em conta a intersecção de raça, gênero e classe social, Sueli Carneiro (2011) tem se referido à invisibilidade da mulher negra com a expressão “a última da fila depois de ninguém”. Nesse contexto, as mulheres negras ocupam um lugar de total vulnerabilidade na pirâmide social brasileira. Em relação ao que aponta a assistente social, Carla, sobre a narrativa: “Na delegacia, é que vão dizer se foi ou não racismo. Se o caso chegar à justiça, na maioria das vezes, será julgado por uma pessoa branca”. Remete-me ao estudo de Dina Alves (2017) sobre os seguintes dados de sua pesquisa:

De acordo com o Censo dos Magistrados, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2013, 64% dos juízes são homens e 82% são ministros dos tribunais superiores. No quesito cor/etnia: 84,5% são brancos, 15,4% são pretos/pardos 0,1%, indígenas. A idade média de juízes é de 45 anos para desembargadores e ministros comuns, e de 42 anos para os juízes da Justiça Federal. O que os dados acima nos permitem afirmar é a persistência de uma estrutura a que Rita Segato (2007), apropriadamente, se refere como a «colonialidade da justiça». Segundo a autora,

apesar da transição de colônia para república, as instituições de justiça penal na América Latina continuam reproduzindo e ecoando as relações sociais do regime escravocrata. Mesmo na ausência de leis explicitamente racistas, a lei se constituiu entre nós não como garantia de direitos, mas como punição dos grupos historicamente situados à margem da cidadania (Alves, p. 110, 2017).

O poder judiciário é um lugar de dominação de homens brancos, novos instrumentos e mecanismos modernos que substituíram velhos instrumentos no tempo da escravidão. Assim, “Ser negra, pobre e mulher são fatores decisivos que influenciam as decisões judiciais (...)” (Alves, 2017, p. 117). Para a democratização racial é importante

[...] o poder judiciário reconhecer a existência do racismo institucional é um passo fundamental, pois mesmo na igualdade formal, em que todos e todas são iguais perante a lei, existem mecanismos «invisíveis» de discriminação que fazem com que algumas pessoas sejam menos iguais ou menos humanas, ou não humanas” (Alves, 2017, p. 117).

André Fragoso, 35 anos, negro, trabalha no Centro referido na função de psicólogo. Em conversa, traz informações sobre a realização de suas atividades no atendimento da demanda das pessoas que procuram a instituição para alívio de suas “dores internas” (Vilma, interlocutora, 2023). Por meio de entrevista, diz que

A disponibilidade do atendimento psicológico é em dois dias da semana. E pode ser virtual para aquelas pessoas que não residem na região metropolitana de João Pessoa. A partir do encaminhamento do serviço social, faço a escuta da pessoa e dependendo da demanda agendo um horário, para ser acompanhada por mim, até ela conseguir **autossuporte**, que pode demorar um bom tempo. O atendimento é contínuo, e o paciente decide a hora de encerrar (André Fragoso, 2023).

O psicólogo ainda relata que o racismo é muito amplo, que reflete nos afetos, no financeiro, no acesso à cultura e à saúde. Nesse contexto, diz: “Então, a gente não vai olhar só a violência sofrida, porque existem outras coisas que a pessoa está passando, que são relacionadas ao racismo”. Sobre a “violência do racismo” vivenciado por essas pessoas, revela isso:

É **uma história de violência, mortes e negações simbólicas**. O suicídio na população negra é para além de tomar um remédio ou meter uma bala na cabeça. É um contexto histórico. Quando a gente consegue identificar o racismo também consegue combater, e ver que o problema não está na gente, são metástases sociais (André Fragoso, 2023).

Em relação às “metástases sociais” trazidas pelo psicólogo da instituição são os fragmentos dos processos de colonização, que violam os direitos dos negros e de alguns segmentos da sociedade, de outras etnias. A metáfora utilizada pelo interlocutor remete a uma

ideia de doença cancerosa cuja disseminação pelo corpo se traduz em forma de metástase. Essa é uma imagem forte – um sentido denso – para pensar as formas de racismo e o sofrimento das pessoas que ele atende no Centro.

O problema do negro é a violência perpetrada pelo branco, de uma ideia de superioridade de raça em detrimento de outras. Assim, observa o seguinte: “O problema é nas relações, o problema é na branquitude, foram eles que nos colocaram nesse lugar, não foi a gente que se colocou. Foi dessa categoria social, que se acha superior e se organiza de uma forma muito inteligente para se manter naquele lugar de poder” (André, psicólogo, 2022). André se coloca em igual condições em relação às pessoas para quem presta atendimento psicológico, falo em relação à cor da pele, em ser negro semelhante aos usuários do serviço do Centro.

Ainda em conversa, o psicólogo reflete que “Não querem falar sobre raça. É mais fácil negar que existe, conseguem vender revistas para branco ler e reforçar a ideia de que não existe racismo”, pontua. Sobre “reforçar a ideia que não existe racismo”, Bento (2002) observa que poderíamos inscrever a transmissão entre gerações e entre membros de uma mesma geração, do significativo silêncio sobre o racismo brasileiro. Mas esse expressivo silêncio, aponta, Sandra Leal (2010), consiste em um símbolo de um aparente gesto de “deixá-lo de lado”, diz que remete a negociações inconscientes permanentes para mantê-lo, que denotam, em última instância, sua centralidade na organização psíquica individual e intersubjetiva dos brasileiros. Para DaMatta (2001), o sistema social brasileiro oculta, através de um discurso igualitário e conciliador, um sistema fortemente hierarquizado.

Já Cláudio Santos, 36 anos, negro, advogado do Centro em estudo em entrevista concedida, fala um pouco de suas atribuições na instituição. Sobre isso, diz que o setor jurídico do Centro acompanha as vítimas de racismo, intolerância religiosa e xenofobia. Depois de passar pela triagem, a ficha de acolhimento e identificar que setor a vítima necessita. Na descrição de suas funções, diz que faz o atendimento quando a vítima tem interesse no acompanhamento jurídico. Sobre esse acompanhamento, diz: “Faço a consulta jurídica, o indivíduo vem, expõe a versão dos fatos, analisa o caso e identifica, você passou foi racismo, intolerância religiosa e ela pode acionar a rede, a gente direciona e encaminha”. Cláudio disse que sobre os fatos narrados pela vítima, ele ainda procede com o encaminhamento formal para a Defensoria Pública, Ministério Público, e para a delegacia; ainda que, quando possível, acompanha a vítima à delegacia.

Cláudio ressalta a importância de denunciar o crime de racismo e que o Centro faz esse trabalho educativo. Sobre isso diz: “Para que a gente possa construir e fortalecer essa rede de enfrentamento ao racismo dentro do estado, defensoria pública, ministério público, delegacia; a gente tem esse aparato”. Embora trabalhe as “vítimas” para que essas denunciem suas violações de direitos e violências, diz:

Sabemos que não funciona como deveria ser, que a gente tem uma justiça branca. Hoje em dia, mais de 90% dos juízes do país são brancos. Então, a gente tem alguns entraves dentro do próprio sistema de justiça, mas que bom que a gente tem esse mecanismo para poder tencionar de dentro do estado. O papel desta coordenação jurídica que a secretaria colocou não é apenas de acompanhar a vítima, mas também de estar cobrando, dialogando com a defensoria pública, ministério público. Dentro do estado talvez se torne mais fácil, temos um diferencial na nossa equipe, todo mundo é preto, grande parte da equipe é de religião de matrizes africanas. Porque embora a gente atenda a todo mundo que sofreu a violência da intolerância religiosa. Quando faz o recorte, mais de 78% dos casos de intolerância religiosa são direcionados às religiões de matriz afroindígena (Cláudio Santos, 2022).

Percebe-se que os funcionários do Centro se autodeclaram pretos e que não escapam aos processos raciais. Em suas narrativas transparecem que sofreram a violência do racismo. E, nesse sentido, sobressai de sua fala o estigma à religião de matriz africana, como uma forma de violação de respeito. Na realidade, o desrespeito às religiões do negro é o desrespeito ao próprio negro, de forma indireta, às vezes, diretamente. O preconceito que é basilar é a cor. Como disse Munanga, “é na cor que se chega primeiro” (Munanga, 2022). Sobre práticas racistas, o advogado do Centro informa que

Às vezes o racismo não é tão escancarado e objetivo. Inclusive, acho que é a maior dificuldade que a gente enfrenta aqui no setor jurídico, a pessoa não agiu, porque ninguém espera quando sai de casa. Vou deixar meu celular de prontidão porque se eu sofrer racismo vou gravar, ninguém anda assim. E acaba que às vezes é só a percepção e fala da pessoa contra, aí como você vai provar. O racismo é um crime quase perfeito, na maioria das vezes não deixa vestígios. Se você estiver em um serviço de saúde e foi tratado de forma diferencial, como você vai provar que foi porque você é preto (Cláudio Santos, 2022).

O trabalho que se faz no Centro João Balula também foi realizado em diversos outros municípios do estado. Para Cláudio, o ano de 2022 foi muito bom. Neste ano citado, o trabalho alcançou mais de 30 municípios na Paraíba. Na fala, “a gente faz esse papel de articulação, tem que alcançar toda a Paraíba. Mas a gente tem se guiado principalmente por aqueles municípios que têm uma comunidade quilombola, têm comunidade indígena, terreiro, comunidade cigana”.

Neste espaço, discorri sobre os ingressos das mulheres no Centro de Igualdade Racial, João Balula, alguns relatos sobre o racismo, aspecto que será explanado mais adiante. Ainda

foram trazidas as falas, as percepções e visões dos agentes profissionais que atuam no referido Centro.

3.4 O estigma: a internalização de inferioridade

Essa reflexão surgiu a partir do campo de pesquisa, em especial, do momento em que estive com as mulheres negras no Centro João Balula, no contato direto ou por meio de uma chamada de vídeo. Quase que, por unanimidade, as mulheres negras falaram sobre a *violência* sofrida por elas devido ao estereótipo de seus cabelos. Surge das falas uma percepção sobre si como um quê de inferioridade sentida em alguma fase da vida dessas mulheres, em espaços tais como a escola, aspecto esse que será discorrido mais adiante.

Vilma, mulher que se declara parda, 36 anos de idade, fala sobre as percepções que tinha sobre sua pessoa, sentindo o peso de carregar os traços fenotípicos da raça negra, fato esse muito recorrente na sociedade pautada pelas regras racistas. Nesse sentido, revela isso:

Eu sempre me achava feia, feia de verdade. Eu não gostava do meu cabelo porque as pessoas mangavam do meu cabelo, eu não gostava de ser magra. Eu não gostava! Então, isso tudo me acompanhou por muito tempo na minha vida, então eu sempre tive que ser forte o suficiente para passar por isso, e sempre foi muito difícil, muito! Às vezes, eu engolia o choro, e entrava na onda das “brincadeiras” das pessoas, mesmo sabendo que aquilo me machucava muito, muito! [sic] (Vilma, 2023).

As “brincadeiras” das pessoas citadas acima não consistem em “brincadeiras”, mas consistem em uma expressão do racismo estrutural (Almeida, 2019). Sobre as “brincadeiras” que provocam o riso como uma expressão do racismo, observemos que

Em torno da piada racista, o riso instaura certa sociabilidade que tem como fundamento a desqualificação do objeto risível e o prazer catártico resultante da sua inscrição neste lugar. A importância conferida ao riso se reflete, em grande medida, no seu caráter estruturante e instrumental dentro do processo de socialização que lhe permite transitar entre realidades de naturezas distintas, o psíquico e o social; o inconsciente e o consciente, o jocoso e o sério de forma que as enrede (Dahia, 2008, p. 704).

Bergson (1983) aponta que as razões do riso residem antes na sociedade do que no próprio homem, ainda observa que o riso tem uma função social que, para ser compreendido, é necessário remetê-lo ao seu contexto social concreto. Para o autor, o nosso riso é sempre o riso de um grupo, muito revelador de costumes e preconceitos de uma sociedade. Radcliffe-Brown (1973) também discute o papel da jocosidade com uma forma de função social, chamando a atenção para o respeito pela sogra entre parentes. No caso do racismo estrutural e suas práticas,

a jocosidade e o riso partem não do respeito à função social da pessoa e sua posição social, mas em estabelecer um lugar de inferioridade, aqui usando um atributo do fenótipo ou característica corporal que escapa aos padrões estéticos socialmente construídos.

Sobre a violência sofrida por conta de o cabelo ser crespo, Vilma acresce ainda a fala no seguinte:

Quando eu me entendi de gente, na escola, sempre tinha um menino [...] meninas de cabelo grande, meninas negras de cabelo cacheado, e eu não entendia por que eu não tinha o cabelo assim, eu não gosto do meu cabelo. Eu não sabia o que fazer. Os colegas de sala sempre me chamaram de negrinha do cabelo ruim, do cabelo pixaim e aquilo me matava dia a dia, mas, para eu sobreviver, eu entrava nessa história por brincadeira, fingia que não atingia. Eu já tinha um defeito. Para mim, eu já tinha um defeito, que era para ser negrinha de cabelo ruim. Então, eu tinha que me defender de alguma forma. Aí, eu era mais violenta na escola, fazia com que as pessoas tivessem medo, não podia chegar perto para falar, que eu batia mesmo, e tinha coisas que eu nem ligava muito, mas houve dias que eu chegava em casa pegava a tesoura para cortar meu cabelo. Eu não queria mais ir na escola, mas eu sabia que tinha que ir, mas eu não queria muito, botava dedo na goela para vomitar, para dizer que eu estava doente para não ir pra escola, me atingiu bruscamente sempre foi assim. E da primeira vez que eu disse a minha mãe que queria alisar o cabelo, minha mãe aceitou de boa, assim, não tinha muito o que fazer, era um cabelo muito crespo, muito curto, ele não crescia e eu não entendia o porquê. Hoje em dia, a gente tem toda aquela rede de proteção, de se arrumar, de ver o seu cabelo como é, mas isso me magoa muito. Eu ainda tenho receio de ver meu cabelo. As fotos que eu tinha eu sempre cortei as partes do cabelo, a minha cor, as pessoas me chamavam muito de negrinha. Eu não sei por que isso me afeta muito, me chamarem de negrinha. Nesse tempo que a gente vive, onde negrinha é mais lindo, é bonito, as pessoas têm orgulho, eu dou muita força às minhas duas filhas, para que elas vão, para que elas façam, sem ter medo, mas, para mim, não quero. Eu vou estar sempre alisando o cabelo, sempre! [sic] (Vilma, 2023).

A interlocutora chama a atenção para formas de designação racistas: “negrinha” e o quanto os movimentos sociais negros reagiram aos processos de dominação, inferiorização e racismos em que a sociedade brasileira se fundamenta. Ela mesma é uma agente de reação aos processos que viveu, inclusive ressignificando o termo “negrinha”, utilizado de forma depreciativa sobre ela, e fortalecendo as filhas sobre suas corporeidades. Porém, sua vida está tão marcada pelas práticas racistas que não consegue escapar do enredo que é fonte de seu sofrimento.

Ouvir tais relatos e transcrevê-los também remete à minha pessoa, porque sou uma mulher negra e sinto na pele o estigma pelos meus traços fenotípicos, em especial, pela cor. Na fala de Vilma, é nítida a questão de tentativa de embranquecimento em “Eu vou estar sempre alisando o cabelo, sempre!”. Alisar o cabelo é uma forma de se inserir no mundo do branco, para fins de aceitação. Ser negro é viver cotidianamente o estigma. No sentido expresso por Goffman (1982):

O estigma social é definido pela desaprovação das características e crenças pessoais que confrontam as normas culturais prevalentes em determinado grupo social, conduzindo os portadores destas características ou adeptos destas crenças à marginalização. Portanto, o estigma é a “situação do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena” e refere-se a “um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1982, p. 8).

Franz Fanon (2020) aponta que o racismo internaliza no negro como sendo ele responsável pela violência sofrida. A informação que se internaliza nas práticas e nas interações sociais racistas consolida uma superioridade para o branco e uma inferioridade ao negro. Neusa Souza defende que, através de discursos, se estabelece o lugar “natural” para o negro brasileiro, sendo este lugar o “irracional, o feio, o ruim, o sujo” (Souza, 2021, p. 27). As violências promovidas constituem práticas recorrentes no cotidiano das pessoas negras, pois, conforme Mesquita (2019)

O racismo é um fenômeno presente desde os primórdios da organização de muitas sociedades e se perpetua na contemporaneidade, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. O racismo apresenta distintos percursos, os quais devem ser interpretados de acordo com épocas, modelos culturais e estruturas de poder das sociedades que o praticam (Mesquita, 2019, p.15).

Esses aspectos, quais, trazidos pela autora são também encontrados nas narrativas de Vilma, em moldar um embranquecimento, uma forma de se desmarginalizar e ser aceita socialmente. O conceito de branquitude, segundo Frankenberg (1999), é compreendido como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.

Para Vilma, a sua “autoaceitação” por ser uma “negrinha do cabelo ruim, a magrela do cabelo ruim [...] sempre foi assim, um castigo”. “É uma tristeza! afirma. O fato é que o corpo, nos termos de Le Breton (2008) e Mauss (2003), é apropriado para estabelecer o não aceito pelo grupo social. A gravidade da experiência vivida por Vilma é que se deu em espaço escolar, instituição que idealmente deveria discutir a histórica colonização e escravidão no Brasil.

Nesse momento em que fala, Vilma sorri de forma constrangida. Ela que se embranquecia com um cabelo em modelo de estilo europeu, diz: “eu sempre tive o cabelo em *Chanel* assim, porque eu acho que me identificava mais, eu nunca me permiti ter cabelo maior, eu tinha vergonha”. Ao terminar, riu constrangida novamente. Na conversa, diz que “hoje em dia, eu passo em frente ao espelho, eu não consigo me olhar para baixo, eu só olho o meu cabelo, o resto das coisas digo: vai devagar, (risos) mas eu chego lá, é difícil. É difícil!”. Vilma revela que, embora seja difícil, não pensa em tentar suicídio.

A violência do racismo “é uma tristeza”, como anuncia Vilma, que leva Lis a chorar e tantas Marias pretas choram a tristeza da dor da exclusão. Franz Fanon, psiquiatra e filósofo

negro, também sentiu na pele a tristeza pela violência da não aceitação de sua cor. Nesse sentido, expressa: “Ontem, ao abrir os olhos para o mundo, vi o céu se retorcer de uma ponta a outra. Quis me levantar, mas o silêncio eviscerado fluía de volta para mim, com as asas paralisadas. Irresponsável, cavalcando o espaço entre o Nada e o Infinito, comecei a chorar” (Fanon, 2020, 97-98).

Em relação ao assunto, Lis diz isso: “quando a gente é uma mulher negra, de cabelo crespo, para a gente era imposto alisar o cabelo”. Sobre a “violência” sofrida revela o seguinte:

Alise o cabelo porque seu cabelo é feio. É uma bucha, é isso, é aquilo. Então, a gente **vem desse meio muito estruturante**. No sentido de você tem que ser assim. Você tem que ser magra. Você tem que seguir esse padrão. Tem que alisar o cabelo. Você não pode fazer coisas que relacione sua pessoa, já que você é uma mulher, ao âmbito masculino. E por muito tempo, eu também tive a questão do cabelo alisado, nunca assumi meus cachos há muito tempo. Eu vim assumir meus cachos do ano passado, depois de oito anos de cabelo liso. Então, esses últimos anos têm sido muito de mudança em minha vida. No sentido de ambiente, sociedade, como pessoa mesmo me descobrindo também. Tipo, impondo limites, porque eu não vou fazer isso ou aquilo? [sic] (Lis, 2023).

Mais uma vez, o alisar cabelo como um comportamento de embranquecimento das mulheres negras. Ou melhor, da tentativa de aceitação social, em uma sociedade racista, cujos padrões de beleza são eurocêntricos: “No sentido de você tem que ser assim. Você tem que ser magra. Você tem que seguir esse padrão. Tem que alisar o cabelo!”. Lis fala que “a sociedade se coloca muito em um quadrado. Eu posso sair dele, só que, quando saio dele, eu estou sujeita também a receber de tudo o que tem no meio. Seja coisas que eu goste ou não”.

No exposto, Lis fala de agenciamento de regras, de confrontar aquilo que lhe é imposto, nesse sentido, narra a obrigação de alisar o cabelo para que se enquadre no mundo do branco. Revela ainda a compreensão que ao não estar nesse “quadrado” está sujeita às sanções sociais no sentido expresso de que “Seja coisas que eu goste ou não”.

Foucault (1999) afirmava que onde não existe possibilidade de resistência não há relações de poder, mas um estado de dominação. O autor compreende que o Imaginário, ou a consciência, não é produto apenas das normas, mas também da resistência, pois ninguém consegue adaptar-se completamente a um modelo, sempre há algo que escapa, que resiste. Liz diz que “Infelizmente, existem, ainda, pessoas de mente muito fechada, mente muito regrada apenas num fator ali, que não quer sair daquele âmbito, não quer entender que existem, no mundo, pessoas diferentes de você também: pessoas de cor, de raça, de gênero, uma infinidade”.

No entanto, este mundo é um mundo marcado pelo capitalismo. O capitalismo, como aponta Foucault (1999), consiste em mais que um sistema econômico, consiste em um sistema

de vida. E nessa vida, não cabem as diversidades, portanto, a depender da cor e da raça, esse mundo capitalista tentará sufocar alguns corpos, até asfixiá-lo, a exemplo de Georg Floyd, um cidadão negro morto pela polícia americana nos Estados Unidos.

Em entrevista, Lis, revela que o racismo é “lhe igualar a alguma coisa, mas também está estruturado em alguns pontos, no sentido de cabelo, de visual, roupa”. Ainda diz que queria alisar o seu cabelo, pois “não queria que dissessem que meu cabelo era ruim”. Sobre a necessidade de suprimir sua identidade negra no sentido de se embranquecer, diz:

Porque a gente que vem de uma identidade de negritude a gente tende a ter cabelos crespos, cabelos cacheados, ondulados, enfim. E nisso, vem uma questão, tipo do racismo, daquilo está presente, daquilo me incomodar a ponto de eu, realmente, tirar e moldar minha pessoa para caber numa coisa que você quer. Eu queria muito colocar trança, quando eu tinha até o cabelo liso. Eu pensava que é feio há muito tempo atrás. Até que chegou um momento que disse não. Chega! Essa não sou eu! Essa não é minha pessoa! Então, aderi a quem de fato eu sou nesse momento. Tipo, hoje ainda estou aprendendo a conhecer quem eu sou. Impondo certos limites [sic] (Lis, 2023).

Para o antropólogo Kambeguele Munanga (1994), a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Aponta que qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. “A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc.” (Munanga, 1994, p. 177-178). Sobre a identidade do negro Munanga informa ainda que

[...] nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX e meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada, entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos (Munanga, 2008, p. 15).

A revelação de Lis sobre a supressão de sua identidade em que “moldar minha pessoa para caber numa coisa que você quer” consiste em uma violência estrutural às pessoas negras. Assim, “caber numa coisa que você quer” é querer ser aceita, pois este “quer” não se trata de negar a si mesma de forma deliberativa, mas um “quer” de querer participar de uma sociedade de forma não marginalizada pelo simples fato de ter uma cor não aceita, também traços fenotípicos, a exemplo de seus cabelos crespos.

O conde Gobineau no Brasil observou o povo negro do país da seguinte forma: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (Raeders, 1988, p. 96). O discurso alicerçado por uma ideia de inferioridade que até a presente data é vigente na vida cotidiana de nosso povo. Assim, muitas mulheres negras tentam “moldar minha pessoa para caber numa coisa que você quer” (Lis, 2022). Sobre “moldar”, melhor, embranquecer:

[U]m tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para alguém que descenda de negros se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é que todos façam de conta que acreditam (Carneiro, 2011, p. 64).

Não obstante, ter que “moldar” a própria pessoa, conforme Lis nos revela, mas o molde cansa, adocece, suprime a subjetividade. Há um momento que se apresenta resistência aos padrões estabelecidos, assim, Lis cansa de um molde que não condiz com a sua pessoa, a ponto de dizer: “Chega! Essa não sou eu! Essa não é minha pessoa!” – Lis cansou de tentar se enquadrar no molde de pessoas brancas. “[...] encontrar a voz é um ato de resistência. Falar é tanto uma forma de se engajar em uma autotransformação ativa quanto um rito de passagem quando alguém deixa de ser objeto e se transforma em sujeito. Apenas como sujeitos é que nós podemos falar” (Hooks, 2019).

Segundo Sueli Carneiro (2004), fugir da negritude tem sido a medida da consciência de sua rejeição social e o desembarque dela sempre foi incentivado e visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Afirma que cada negro claro ou escuro que celebra sua mestiçagem ou suposta morenidade contra a sua identidade negra tem aceitação garantida. “O mesmo ocorre com aquele que afirma que o problema é somente de classe e não de raça. Esses são os discursos politicamente corretos de nossa sociedade. São os discursos que o branco brasileiro nos ensinou, gosta de ouvir e que o negro que tem juízo obedece e repete” (Carneiro, 2004, p. 5).

A reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade como processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social, pontua Nilma Lino Gomes (2023). A autora diz que a identidade construída pelo negro se dá não só por oposição ao branco, mas também pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este, e as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse contexto, compreende que as diferenças são imprescindíveis na construção da nossa identidade. Sobre a temática, Gomes (2023) sugere como uma conscientização e trabalho do preconceito ligados

aos cabelos crespos, que observar a manipulação do cabelo do negro e da negra como continuidade de elementos culturais africanos ressignificados no Brasil poderá nos pôr em contato com a história, memória e herança cultural africanas presentes na formação cultural afro-brasileira.

3.4.1 “[...] preciso provar que sou bom [...]”

Os processos de estigmatização não se reduzem às violências da zombaria promovidas pela cor e pelo cabelo crespo. “A negrinha” precisa provar que é boa nas atividades em que se encontra envolvida, em diversos lugares. Assim, ao narrar sua história, suas dores lastreadas pelo racismo, Lis fala da necessidade de sempre provar que tem mais habilidade nas atividades que desempenha, é preciso mais, é “[...] preciso provar que sou boa [...]”. Nesse contexto, expressa:

Minha avó está lá com expectativa, preciso provar que sou boa e não é assim que funciona. A gente entende que a todo momento a gente precisa provar para alguém que é bom naquilo, mas, às vezes, você vai fracassar e está tudo bem. Às vezes, não vai sair como você quer; às vezes, você não vai ser aceito; às vezes, vai dar tudo errado, você vai ficar mal, mas saber que aquilo passa. Então, eu sempre tive muita autocobrança em cima de mim e o Centro me fez perceber que essa autocobrança advinha basicamente de mim mesma. Então, me ajudou a me entender sobre mim, como isso ocorria na verdade. E entender que sou uma pessoa, um ser humano e posso errar a qualquer momento [sic] (Lis, 2023).

No trecho da narrativa, é revelado que Lis faz uma autocobrança de si mesma, uma necessidade de se autoafirmar, pois, enquanto negra, participa/sofre muitos processos de estigmatização. O sentimento de superioridade do branco em contrapartida ao sentimento da inferioridade do negro, uma verdadeira alienação de ambas as partes, são sentimentos coletivos que se sentem na individualidade. Para Fanon (2005), a inferioridade sentida pelo negro em um mundo dominado pelo branco pode ser compreendida na forma:

No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade (Fanon, 2008, p. 28).

Para Lúcia, mulher negra, na infância tiveram algumas situações com colegas da escola, que, quando ia para o banheiro, elas ficavam rindo do meu cabelo, nariz, boca. Diziam: “deve

ser muito ruim ter uma boca dessa sua, deve ser péssimo ter o cabelo assim. Deve ser horrível!” Isso ficava na cabeça, na mente. Até na academia tem racismo acadêmico também! Lídia aponta o espaço acadêmico como um espaço machista. Não obstante o espaço acadêmico seja um lugar de debates, reflexões, questionamentos, críticas às reproduções sociais, também, é um lugar de práticas racistas, pois o racismo como aponta o professor, atualmente Ministro de Direitos Humanos, Silvio Almeida (2019), é estrutural. No racismo, o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa ter (Kilomba, 2019, p.39).

Sobre a necessidade de sempre precisar “provar que é bom” revelada por uma interlocutora em campo, em especial, na fala de Lídia, observamos essa mesma questão em um estudo de campo, um trabalho monográfico realizado por Ana Carolina Fernandes de Lima, “Eu não tenho tempo para isso, eu preciso sobreviver”: a saúde mental da população negra, apresentado em 2021 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Faculdade de Educação. Um de seus interlocutores, em entrevista, traz na produção dos dados, o mesmo sentimento angustiante de Lídia: “ter que provar que é bom”. No sentido exposto,

Ai, que pergunta difícil! Ser uma pessoa preta na sociedade atual? Eu não sei se eu posso generalizar, porque eu acho que cada preto vive a sua negritude de uma forma diferente. Mas eu posso falar da minha. Ter que provar o tempo todo que você é bom, o tempo todo você tem que mostrar que você é o que escreve melhor, o que dá aula melhor, é o que consegue falar para os outros melhor. O tempo todo você tem que provar alguma coisa nem que seja para você mesmo porque você se construiu assim sabe! Eu sinto que ser preto na sociedade hoje **é ter que provar o tempo todo que você é bom**. Quando eu penso assim, sei lá, ser parado pela polícia, eu tenho que provar que eu sou professor, por exemplo. Eu teria que provar que eu contribuo de alguma forma para sociedade, eu não posso ser um preto desempregado, porque a polícia pode não gostar disso, sabe? E também acho que ser preto na sociedade hoje é ter obrigação de entender sua negritude. Eu acho que não tem como mais os pretos não comecem a se entender, principalmente os pretos que estão na academia. Eu acho que os pretos que estão na academia têm que mostrar essa negritude o tempo todo e, **provar que ser preto é bom**, ser uma pessoa boa e ser um profissional bom... E ter consciência do lugar que você ocupa, sabe? É você ter essa consciência e fazer o melhor possível para abrir portas para os outros. Eu sei que o esforço que eu faço hoje, por exemplo, num mestrado numa universidade que sempre foi elitista, é eu estar lá e dar a minha cara, mostrar para os pretos que eles podem fazer isso, que eles podem estar neste espaço. Vou falar do meu lugar, também, de novo, como preto que está na academia: é ter um pouco mais de empatia com os pretos que não estão, que não imprintam negritude. A gente é muito pouco didático. Eu sinto que é uma obrigação nossa ter esta didática, assim neste termo, com quem não está. É um trabalho de formiguinha, sabe? Eu sou preto e minha família quase toda também é preta, então, é trabalho de formiguinha. É você chegar e falar da negritude, você falar do que é o racismo, falar do que o racismo mudou na vida deles que eles nem conseguem perceber. Mas tudo na maior calma possível, não é rangendo os dentes e, ficar pensando que a gente vai conseguir fazer com que as pessoas entendam o que é a negritude e como é bom trabalhar isso dentro de si. (Leonardo apud Lima, 2021, p.57)

Ana Carolina Fernandes de Lima que também é preta, compreende, na pele, os sentimentos do sujeito de pesquisa, Leonardo. Sentimento esse que compartilho por ter a mesma cor que ambos, assim, expressam a compreensão da fala produzida em campo, pois da mesma forma que Ana Lima é preta, Leonardo é preto, Lídia é preta e eu sou preta. Assim, estamos sempre sentindo essa cobrança, uma espécie de sentimento coletivo, mas que é sentido na individualidade (Mauss, 2012) em precisar o tempo todo “provar que é bom” (Leonardo, 2021; Lídia, 2023).

Franz Fanon (2020) revela que, embora fosse médico, um negro bem-sucedido, era um negro, e que os erros causados por um negro bem-sucedido, a seu exemplo, têm uma dimensão diferente de um mesmo erro causado por um médico ou qualquer outro profissional branco. Sobre isso, está o julgamento que se dá pela cor, mas também a questão de que um profissional, estudante, um indivíduo negro tem que “provar o tempo todo que é bom” uma vez que “naturaliza-se a figura do inimigo, do bandido que ameaça a integração social, distraindo a sociedade que, amedrontada pelos programas policiais e pelo noticiário, aceita a intervenção repressiva do Estado em nome da segurança” aponta Silvio Almeida (Almeida, 2019, p. 207). Assim, tem que “provar que é bom” na escola, no emprego, ao vizinho. E, às vezes, provar que é bom nem sempre é suficiente, uma vez que o negro tem sido construído como inimigo do Estado pelo próprio Estado, um movimento de violência, de racismo de Estado.

3.4.2 O lugar social da dor: espaços de violência da mulher negra

Nesta pesquisa, a entrevista foi basilar na produção dos dados de campo. As categorias e espaços percorridos neste texto surgiram das falas dessas mulheres, assim, suas narrativas deram alicerce a esta escrita. No momento da entrevista, ouvi seus relatos apenas. E, na fase da escrita, quando precisei educar os meus ouvidos para transcrever os dados levantados em suas falas, um dos aspectos mais apontados foi o “lugar” onde elas foram violentadas pelo racismo e pelo sexismo, o espaço de violência sofrido. Não obstante, a violência do racismo e do sexismo esteja espalhada em diversos tempos e espaços, alguns se dão de forma mais recorrente, a exemplo da violência vivida na escola, no trabalho e na família.

3.4.3 Família: o microcosmo da violência à mulher

Como apontado acima, os lugares de violência em que foram mais recorrentes nas falas dos sujeitos de pesquisa refletiram na família. Isso está muito ligado à questão de gênero, mas também das orientações sexuais que estão fora do padrão heteronormativo.

Iniciando com Vilma, mulher de 36 anos de idade, que se autodeclara parda, fala sobre suas experiências cotidianas marcadas pela violência na infância, no seio familiar. Em entrevista, revela que

Sou de uma família humilde. Eu morava com minha mãe, meus dois irmãos e meu pai. Eu sempre vivi numa guerra dentro da minha casa, desde que me entendo por gente. Meu pai sempre maltratou a minha mãe, sempre bateu nela. Ele saía para beber e quando chegava não tinha argumento [sic] para querer bater nela. A minha mãe saía escondida para trabalhar, e a gente ficava em casa, eu e meus dois irmãos. Eu tinha muito medo do meu pai, muito, muito mesmo! Ele dizia que minha mãe ia arrumar outras pessoas, “outros machos”, assim na linguagem dele. A gente estudava numa escola que era na mesma rua de casa. Raramente, eu vivi dias bons na minha infância que eu venha me lembrar, é muito raro, eu sempre vivi naquela guerra mesmo dentro de casa. A gente chegava a se esconder do meu pai, num beco que tinha atrás, era muito escuro, mas quando a gente via ele chegar bêbado, a gente ia para lá se esconder. Ele comia toda a comida e deixava a gente com fome, minha madrinha que morava perto alimentava a gente, se não me engano meu irmão tinha 6, eu tinha 7 e minha irmã tinha 8 mais ou menos [sic] (Vilma, 2023).

Não obstante esse trabalho se tratar de violência e violações em torno do racismo, não poderia deixar de trazer as falas dessas mulheres, a exemplo de Vilma no que diz respeito à violência familiar, um fenômeno social marcado pelo machismo estrutural, pela dominação masculina. Observo que toda violência que acontece na casa, de alguma forma, vai refletir na rua, tendo em vista que, muitas vezes, as pessoas que se socializam em torno da violência acabam naturalizando os processos de violência vividos.

Ainda sobre violência em contexto familiar, Vilma, também traz suas emoções quando narra que foi abusada por seu padrasto, violência muito frequente em torno das famílias que reflete na mulher: a violência sexual. Nesse sentido, revela uma história em sua fase de vida, na infância, relatando:

E eu me lembro muito bem, que a gente foi para praia de Cabedelo de trem, e o trem estava cheio. Aí, ele [padrasto] sentou e minha mãe falou assim: “senta no colo dele”. Então, eu disse: “não, mãe, eu não quero, vou ficar em pé!” Então, ele puxou minha roupa por trás e me fez sentar no colo dele; eu sentada lá, ele botava a mão por trás, e isso minha mãe não viu, ninguém viu, e eu senti muita dor nesse dia, muita dor! muita dor! Me deu vontade de fugir de casa, de desaparecer, mas como é que eu ia fazer? Eu não sabia, eu não tinha ideia, então, eu dizia: o meio da rua é pior que está dentro de casa, mas dentro de casa, está se tornando tão pior como a rua (sic) (Vilma, 2023).

Sobre a dimensão familiar, na fala, sobre sua família, Lis aponta que sempre cresceu com o seu avô e avó maternos, que, desde pequena, foram eles que a criaram. Traz ainda sobre a ausência paterna e sobre uma ligação mais efetiva com os avós do que com a própria mãe. Sobre sua relação com a família, ao trazer narrativas de sofrimento, traz informações a respeito da ausência paterna e da sua relação com a mãe. Assim, traz-nos uma parte de sua história nesse sentido:

Quando a gente cresce num ambiente tóxico no geral, a gente não sabe muitas vezes onde se refugiar. Então, a gente fica sem caminho, isso faz, às vezes, a gente se isolar. Pensar em coisas de extrema negatividade, como a questão do suicídio. Nisso, acredito que, hoje em dia, vai muito além da conscientização, vai de a gente ser realmente compreensível com o outro. Se colocar no lugar do outro. Pensar fulano é assim, mas o que fulano deve ter passado para agir dessa forma. Onde fulano se encaixa. Será que precisa de alguma ajuda terapêutica, ou sei lá, fazer artes, riscar um papel. A gente só precisa liberar a pressão. Cada um tem sua forma de se auto acalantar [sic] (Lis, 2023).

Ao narrar sobre o “ambiente tóxico” na família, observamos que ela aborda a questão do suicídio, de um sofrimento psíquico motivado pela toxidade dessa relação vivida. Ainda aponta a questão de ações de ajuda, no sentido de “fazer artes, riscar um papel. A gente só precisa liberar a pressão”. Nesse sentido, reportou-me à ideia defendida pela psiquiatra humanista, Nise da Silveira (1998), “a emoção de lidar” no sentido de “a cura pelas mãos”, fazendo referência à terapia ocupacional como um tratamento psiquiátrico. “Numa constante luta e busca com o pincel, a tinta e o papel, o pintor improvisado pode dar forma às suas emoções, expressando o indizível (não-verbal) em formas simbólicas, ainda que, às vezes, de maneira infantil e tosca” (Silveira, 1998, p. 22).

A respeito do que Lis trouxe sobre a ausência paterna consiste em um dado comum em estudos de famílias periféricas, chefiadas por mulheres negras, estudos que discorrem sobre a solidão e o abandono afetivo dessas mulheres, nesse sentido

Uma outra forma de perceber a afetividade de mulheres pretas é pelo número de mães solo. De acordo com os dados do IBGE de 2020, o Brasil tem 11,4 milhões de famílias formadas por mães solo, sendo que a grande maioria delas é preta, ou seja, 7,4 milhões. Nessa mesma direção, o Mapa da Violência de 2015 demonstra que as principais vítimas de violência de gênero são as mulheres e as meninas pretas (Jardim e Paoliello, 2022,p.111).

Jardim e Paoliello (2022) compreendem o fenômeno do abandono afetivo como um desdobramento de uma história pautada no colonialismo, nesse sentido que entendem essa

exclusão do campo afetivo não como fracasso individual e como um problema de foro íntimo, mas uma dominação que lhes é aplicada, uma solidão afetiva que lhes é imposta.

As autoras compreendem que discursos sinalizam que o racismo é a mágica social que exclui mulheres pretas do mercado do casamento ou da solidão afetiva, sendo que a crença na superioridade do branco é tão poderosa que transforma em problema individual e de foro íntimo uma questão que só pode ser entendida considerando a escravidão dos povos negros no Brasil. Acrescentam ainda que o eventual fracasso afetivo da mulher negra não é um problema de foro íntimo, mas que deve ser explicado pelo racismo, que faz a mágica que as exclui do mercado do amor, apontam.

3.4.4 Escola: violência e violações em torno do racismo

A escola foi o espaço que mais apareceu em torno da violência com base no racismo na vida das mulheres entrevistadas. Elas foram agredidas pela cor, em especial, pelo cabelo; às vezes, pela orientação sexual.

Para abordar tal assunto, trago a história narrada por Manu, mulher que se declara não binária, diz que, “no oitavo, nono ano, quase não ia entrando no ensino médio por causa de muita exclusão social na escola”. Na fala, acrescenta ainda isso: “Eu me sentia muito sozinho, estava enfrentando dificuldades em casa também. Depois de um tempo, eu consegui terapia e diminuiu”. Manu revela que durante a pandemia da Covid-19 seu sofrimento motivado pela angústia e pela dor da exclusão foi consideravelmente aumentado. E, tempos após, passou a frequentar o Centro João Balula.

Sobre as violações sofridas na escola por Manu e tantas outras pessoas, atores sociais vinculados a esse espaço, trago o pensamento de Bourdieu e Passeron (1992) que compreendem que até as omissões da escola, a ação escolar do tipo tradicional “serve automaticamente os interesses pedagógicos das classes que necessitam da Escola para legitimar escolarmente o monopólio de uma relação com a cultura que elas não lhe devem jamais completamente” (Bourdieu e Passeron, 1992, p. 140). Nesse sentido expresso, tais relações entre a superioridade branca e a inferioridade do negro construída nessa relação social é também anunciada e corroborada pela escola. Assim, como iniciei este trabalho, na apresentação, em que exponho uma violência sofrida por mim na escola, na minha infância, onde aos gritos fui rotulada de “burra” pela professora da escola em que estudava. Tal violência ainda revive nas diversas formas de racismo que me atravessam, em especial, ter que provar que “é bom o tempo todo”, como já mencionei neste texto.

Sobre a violência estrutural refletida sobre minha pessoa na infância e sobre Manu na escola, consiste em uma confirmação “da distância social entre as posições objetivas, entre as pessoas sociais conjunturalmente aproximadas e a reafirmação dessa distância e das condutas exigidas para “guardar suas distâncias” ou para manipulá-las estratégica, simbólica ou realmente reproduzi-las, aumentá-las ou simplesmente mantê-las (1983, p. 75)”. Por mais que eu, Manu e outras pessoas de cor preta estivessem no exercício de seus direitos de frequentar a escola, que, em algum momento do passado, foi proibição estabelecida, mas, ao chegarmos nesse direito, o ser “burra” estabelece o marco para “guardar distâncias” como bem pontua Bourdieu (1983).

Sobre o “guardar distâncias” estabelecido pela escola, Manu, que, atualmente se encontra em uma universidade pública, revela que “o processo de violência que eu sofri na infância na escola foi uma coisa muito difícil de lidar”. No entanto, fala que, na universidade, “entrando em contato com as pessoas que também são pretas, enfim, que têm um letramento, uma vivência a mais para discutir sobre racismo, eu consegui mais liberdade para falar. Ter conexões também faz muita diferença, você tem um grupo de amigos que também são pessoas pretas”, aponta.

Na perspectiva de “guardar distâncias”, Lídia aborda as violações sofridas na escola, e no trabalho, ao dizer que

Ao longo da vida, passei por vários tipos de preconceitos. Desde comentários racistas disfarçados de elogios até outros que diminuem. Eu lembro muito que, na infância e na adolescência, eu nunca era vista como inteligente e sim como esforçada. Só depois de um tempo, que eu vim perceber a importância disso. E, quando eu sabia muito de um assunto, chegou um momento que a diretora falou: “oh, você sabe muito sobre isso! Mas não é bom você falar assim não porque fica parecendo arrogância”. Então, em muitos momentos na minha trajetória, eu fui lida como arrogante por saber de algum assunto. E eu leio isso com os olhos do racismo estrutural porque a gente enquanto mulher negra tem essa visão da sociedade sobre a gente. Quando a gente está na posição de questionar, de contribuir de alguma forma, tem de buscar o máximo de docilidade na voz, em tudo para que a gente possa ser ouvida e aceita, e mesmo assim ainda é difícil.

Na fala de Lídia, quando ela prova “que é bom o tempo todo” por compreender sobre um tema, sobre um assunto, assim como se reporta, é advertida pela diretora da escola para que não manifeste seu pensamento para que não seja observada como uma pessoa arrogante.

Pensando analiticamente, em minha concepção, arrogância é tolher e podar as pessoas negras de expressarem sua opinião, de participar de debates em sala de aula ou em qualquer lugar, pois, o que não está dito na advertência dessa diretora é que negros não podem participar, não podem manifestar a compreensão de fenômenos sociais em torno de assuntos quaisquer que sejam. Na escola, os negros são colocados no seu lugar: o não lugar.

A escola é espaço de reprodução, neste sentido atua como lugar de discriminação a partir de falas, gestos racistas e da causas de sentimento de não pertencimento da criança negra, visto que todas as coisas/imagens que remetem aos negros são estereotipadas e associadas a algo negativo. Uma negação e apagamento da história e da luta do povo negro (Silvia, 2005; Rossato e Gesser, 2001).

3.4.5 Trabalho: um lugar de expressão do racismo

Aqui, trago para observarmos que o racismo é estrutural, que se manifesta nos mais variados espaços, como é possível acompanhar na narrativa de Júlia, mulher que se autodeclara negra. Ela que, em entrevista, me narra um evento em que sofreu uma violência de base racista, que tomou grandes proporções, foi bastante divulgada na mídia de sua cidade local. Violência essa que ultrapassou da agressão psicológica à sua pessoa, pois adoeceu a sua família inteira, em especial, a sua mãe. Nesse sentido, Júlia foi vítima de violência da avó materna de uma aluna da escola em que trabalha. Júlia em um evento da escola foi questionada com palavras de cunho racista. Ouvi essa narrativa como se o passar do tempo não foi o suficiente para aliviar a dor ao relembrar a “crueldade do racismo” e os seus efeitos.

A avó dessa criança no caso ligou para a diretora. Dizendo a diretora que: “não tinha filha para ser maltratada. Por nenhuma **funcionariazinha de quinta**. Me chamou de **rapariga**” e disse tudo que ela tinha para oferecer naquele momento. Eu ouvi o áudio e fui falar com a diretora. Eu disse: Fulaninha está só dizendo as coisas e eu não vou admitir. Ela gravou um áudio me chamando de “**negra porca; funcionariazinha de quinta. Que começava pela minha personalidade. Eu era uma negra porca que vivia na lama**” (choro). E saiu dizendo o que queria dizer. Como ela disse nas audiências. Eu disse a diretora que não vou deixar por menos, vou processá-la porque ela não só atingiu a mim como também à minha família. E, aí continuei na escola, as meninas “não mulher, não vai agora para casa não”, porque ela disse que se me pegasse “ia ensinar porque estava pronta para brigar comigo na faca, no revólver, no murro, na forma que eu quisesse”. E esse caso antes que eu sáisse da escola começou a repercutir. Pessoas começaram a ligar para mim antes de eu ir fazer o BO. Para saber o que tinha acontecido, com quem era, aí eu bem tranquila disse foi comigo. Essa situação chegou a uma proporção tão grande, repercutiu não só na Paraíba.

Eu recebi muitas notas de repúdio de sindicatos e de instituições. Aí, não sei se foi aquela Paraíba Feminina que marcou o Centro diante das postagens. Aí o Centro começou a conversar comigo, vieram me visitar e fizeram um evento aqui na minha cidade, do qual participei e pude dar o meu testemunho diante da realidade que eu estava vivenciando. E foi aí onde o Centro chegou na minha vida. Ainda hoje, se fala muito nessa situação, até porque o processo ainda está correndo. Eu lhe digo com toda sinceridade do meu coração. Diante de tudo isso que foi dito pela avó da criança que fazia parte da instituição onde eu trabalho, eu não me senti tanto. Eu comecei a me sentir quando eu vi a repercussão e os efeitos dentro do meu seio familiar. As situações que causaram dentro da minha casa, da minha família. E eu vi que não foi só eu que fui atingida e sim o grupo.

A minha mãe ficou muito doente, teve começo de AVC, quando viu a repercussão nos sites de uma cidadezinha, pois o meu irmão mostrou a ela. Então, eu não tinha mostrado aos meus pais o áudio. Porque quando eu cheguei na minha casa depois daquele episódio, eu disse aos meus pais. Eu me sentei na mesa com meus pais e disse a eles o que tinha acontecido, meu pai me disse que aquilo não me representava

(choro). A minha mãe me disse que eu sabia o berço que eu tinha vindo. Então, não tinha que deixar aquilo me abater. E quando perguntei se eles queriam ouvir o áudio meu pai disse que não queria porque aquilo não era nada sobre mim (choro). Então, eu ignorei aquele áudio. Eu ouvi aquele áudio porque tinha que ouvir novamente diante do processo, que tinha que seguir. Ele é terrível, realmente é um áudio horrível, é **desumano**. Mas nunca deixei me abater. Sinto, porque assim como eu lhe disse, há outras pessoas envolvidas no meu ciclo e que se machucaram por isso, que sentiram a dor das palavras, que sentiram a dor por mim. Assim, imaginar que eu estivesse sofrendo com aquilo. Mas comecei a sofrer quando vi realmente o contexto da minha mãe. Muitas e muitas vezes eu me sinto revoltada por isso, porque eu sei que teve muitos efeitos na minha casa. Eu vivenciei, hoje em dia eu vivencio ainda já que o processo não acabou, situações que eu nunca tinha vivido. Eu nunca tinha ido à delegacia fazer um BO. Eu não sabia que era ir à delegacia e ter que ficar esperando plantão de um, plantão de outro para ouvir. Eu ainda sou felizarda porque tive o privilégio de chegar e me atenderem na frente de outras pessoas, que já estavam porque com articulação do meu irmão que faz parte da polícia militar. Ele falou com o delegado pedindo para que ele me ouvisse e tudo ok. Esse caso me aproximou muito dele. Fora a questão de saúde da minha mãe. Eu andava na rua e pessoas falavam “tu não tem medo de apanhar, não?”

Eu passei um tempo sem sair de casa por conta disso, porque as pessoas me cercavam perguntando como eu estava, como estava o processo? E esse era um assunto que eu não queria está trazendo. Eu não queria conversar. Passei um tempo sem está aparecendo tanto diante disso. É tanto que quando eu ia no banco, ah, você é a Júlia do áudio. Então, são situações bem constrangedoras, que se vive e que às vezes se tornam até piores do que as palavras que foram mal expressas por ela. Então, eu não queria viver isso. Meu refúgio foi, muitas e muitas vezes, evitar de ir para determinados lugares para evitar que isso fosse conversado. E essa pessoa que praticou ela tinha o costume na cidade, ela é uma pessoa que se diz ser da cidade e da sociedade, porque foi casada com um vereador muito conhecido no município [sic]. (Júlia, 2023, grifos meus)

O mais interessante neste caso que é dentro da escola – mais uma vez – fala-se trabalho, mas parece que não saímos da escola. “A funcionariuzinha de quinta. Me chamou de rapariga” surgida na narrativa de Júlia consiste naquilo apontado por Silvio Almeida no sentido de que recaem nas mulheres negras “as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual” (Silva 2009, p.71). Lélia Gonzalez (1983) expôs a condição da mulher negra, refletindo sobre sua situação enquanto mulher negra na sociedade brasileira, ela afirmou que no Brasil “preta era pra trabalhar, mulata era pra foder e branca era pra casar” (Gonzalez, 1983).

O racismo é uma violência espalhada em toda sociedade. E, sobre o áudio “desumano” citado por Júlia se legitima tal áudio na propositura do racismo: desumanizar os negros.

Júlia ao processar a avó de sua aluna face à violência sofrida pelo racismo, teve os entraves para ingressar na justiça, um deles foi o desacreditar na justiça, embora a agressora foi condenada a pagar R\$5.000,00 como indenização, ainda não recebeu o valor da condenação. E, outro entrave, foi ter que pagar as custas judiciais para ingressar com a ação de indenização, embora seu advogado tenha solicitado justiça gratuita para o referido ingresso. Sobre isso, compreende:

Em seguida, a juíza pediu para eu comprovar a minha renda. Comprovei, em seguida não foi aceito justiça gratuita. Eu tive que pagar quase seiscentos reais para que o processo fosse em frente. Então, por mais que tenham sido aprovadas tantas leis, exatamente nesse período que aconteceu isso comigo. Em seguida, foi adotado injúria racial como crime, alíquota de 20% ao negro e tal; só leis, leis, leis, mas a gente não vê. A gente não consegue contemplá-las, não consegue acreditar. Eu, particularmente, desacredito na justiça. Hoje, eu desacredito totalmente, nunca tinha vivenciado na pele, mas desacredito totalmente. Porque eu vejo que não existe. Não sei se é por ser negra. Não sei se para o branco é diferente. Então, fazem pouco caso e deixam para depois. Mas, sinceramente, eu desacredito! **Uma justiça onde você é a vítima e você para processar tem que pagar as custas processuais, é um absurdo, independente de condição ou não.** Mas é um absurdo gigantesco. Então, **por isso muitas e muitas pessoas sofrem as violências e deixam para lá.** E desistem! Quando eu comecei a ser acompanhada pelo Centro, eu perguntei se no histórico de centro alguma pessoa tinha seguido com o processo. Eles disseram que não. Então, eu disse, eu vou ser uma das que vai seguir, mas para seguir é um custo. E assim, é bem delicado. **Eu entendo as pessoas se calarem diante dos seus direitos, mas optei por não calar** porque, a partir do momento que eu calo meus direitos, eu estou deixando calar a minha voz. Estou deixando que meus direitos sejam realmente esmagados. E se tenho direito de ir até o fim, vou até o fim. Posso não ganhar. Ela pode não ter punição nenhuma, porque já tem laudo à torta e à direita justificando transtorno, mas eu não vou desistir. Eu sei que posso ser a voz de outras pessoas. Mas que pena que para outras pessoas seguirem, elas vão passar pelo **desgaste emocional e financeiro** também. No dia que o advogado falou que eu teria que pagar. Eu estava numa reunião para entrar no processo de cirurgia. Eu não podia gastar naquele momento. Então, foi algo que veio para abalar a minha estrutura mesmo, diante do momento do qual eu estava vivendo. Mesmo assim deu certo e estamos aí. Estou pela minha família, por mim, por aqueles que se calam porque sabem que não dá em nada. Mas eu quero que ela seja pelo menos processada. Ela faz muitas coisas com muitas pessoas e nunca foi processada. Ela disse nos autos do processo que “negra era uma forma carinhosa”, não é. Nega a gente chama de forma carinhosa quem você tem contato. Uma pessoa só me chama de nega se tiver contato comigo. Se você não me conhece não tem que estar me chamando de nega, neguinha. Se me chamar assim, vou levar para um lado diferente. Embora, eu não aceito que me chamem de nega ou neguinha porque tenho nome, e não é a cor da minha pele, que vai dizer a você como você deve me chamar. Não aceito que me chamem de bichinha, coisinha de forma nenhuma, meu nome é Júlia infelizmente, vivemos essa situação! (Júlia, 2023, grifos meus).

Observa-se que o pagamento das custas processuais que Júlia foi obrigada a fazer consiste numa lógica do Estado racista. O poder judiciário está para a defesa dos direitos dos mais favorecidos, assim, de brancos e de ricos. Júlia representa em sociedade, uma mulher negra e pobre, uma trabalhadora de uma escola de ensino fundamental de uma cidade pequena do interior do estado. Não basta ter leis, é preciso o acesso à justiça, nesse sentido, as custas judiciais obrigadas a pagar foi a forma racista de o Estado representado por essa juíza em colocar obstáculos aos direitos de Júlia.

O direito permanece fazendo parte de uma estrutura social que transmite o racismo, por meio de ações políticas e ideológicas (Almeida, 2019). Aqui, o poder judiciário enquanto instituição, enquanto Estado, fala pela escrita de uma juíza que traz obstáculos, traz dificuldades para falar de racismo, favorece o silêncio sobre o racismo, pois, no Brasil, vive-se o mito da democracia racial.

4 VIVENCIANDO O RACISMO, PENSANDO EM SUICÍDIO

4.1 Dor e tentativas de suicídio

Por fim, esta seção discorre sobre as emoções das mulheres negras, racismo, suas orientações sexuais, religiosidades. Nos vivências e violências que lhes instigam a ideias suicidas, mas também a resistência, a luta e a busca por “suporte”, pois “Eu não queria acabar com a minha vida, eu quero acabar com a dor” (Vilma, 2023).

4.1.1 Perscrutando a dor e a resistência: caminhando na vontade de vida e de morte

Vilma idade, 36 anos, que passou a frequentar o Centro a partir da indicação da vizinha de sua sogra, passando a ter “suporte” para as suas dores emocionais. Ela tem muitas “dores internas” como diz: “muitas dores para valer mesmo”. A dor de Vilma torna-a paralisada. Sobre isso revela o seguinte: “[...] tem dias que não aguento sair, passar do portão”. A angústia ou a dor interna, como anuncia, trouxe à Vilma a ideia de provocar a própria morte. Para Vilma, “suas dores são dores emocionais que causam dores físicas”. Assim, quando vem a dor emocional, “vem o cansaço, vem fadiga. Aí, não consigo fazer nada”. Ela, em conversa, revela-me isso:

A primeira vez que eu tentei suicídio foi quando eu estava muito triste. Eu estava sem conseguir dormir. Eu já vinha percebendo que eu estava perdendo o sono. Eu me lembro que comecei a não conseguir dormir por conta da ansiedade. Nesse tempo, a gente foi comprar um apartamento, eu e meu esposo, a gente foi olhar, esse apartamento, tinha um que a gente achou a coisa mais linda do mundo. Aí, a gente comprou, assinou os papéis todos, e, quando eu cheguei em casa, que eu morava de aluguel, mas quando eu cheguei em casa, eu fiquei olhando, senhor Jesus, eu vou conseguir ter algo para eu poder deixar para minhas filhas? Aí, tomei banho, fui dormir e não consegui dormir, eu passei a noite em claro, eu não conseguia dormir, eu não fechava o olho, quando eu fechava doía! doía! doía!! Eu tinha que abrir, então eu não dormi, passei a noite acordada. Nesse dia que não dormi, começou a me dar muitas dores, muitas dores dentro de mim. Aí, foi passando o tempo, eu não aceitava que tinha ansiedade, eu não aceitava que eu tinha que procurar um psicólogo, procurar um psiquiatra, nunca aceitei. Eu sempre guardei muitos segredos dentro de mim, que nunca disse nada a ninguém, nunca. Aí comecei a ter lembranças, daquelas coisas [...] que junto com a insônia, tinha o medo das pessoas descobrirem que eu estava sem dormir [sic] (Vilma, 2023).

Vilma, durante algum período, apresentou-se resistente à sua situação, escondia sintomas a exemplo da insônia, mas também seu comportamento angustiante, “dores internas”, conforme se expressa, aquilo que chamou de “meus segredos”. Nesse sentido, diz-me:

Eu tinha de ir para o psicólogo, mas eu tinha muita vergonha. Foi difícil no começo, mas fui. Eu cheguei lá, eu passei duas sessões sem falar nada. Aí, quando foi na terceira vez que ela falou: “Vilma, o que você falar aqui, eu não vou dizer para

ninguém. Tente confiar!”. Então, ela começou a fazer as perguntas e eu fui respondendo, então, ela falou assim: “Vilma, você não acha melhor ir a um psiquiatra, conversar um pouco, pegar alguma medicação para você se acalmar?” Nesse dia, eu chorei muito, eu chorei muito! Chorei muito! Eu não queria ir para o psiquiatra. Aí, meu esposo foi me dando força, então, eu fui pro psiquiatra. Quando fui para o psiquiatra ele passou a medicação, passou remédio para dormir, para ansiedade, para depressão, porque ele identificou que eu já tinha depressão (sic) (Vilma, 2023).

A resistência de Vilma à procura de um psicólogo consiste em um tabu. Na fala, “eu tinha de ir para o psicólogo, mas eu tinha muita vergonha” conduz a essa compreensão. E considero a questão da procura do psiquiatra muito mais denso no sentido desse tabu. Há na sociedade piadas em torno dessa procura, uma violência simbólica em que se constrói o outro como doido ou desequilibrado mental quando se reporta ao indivíduo que está fazendo um tratamento psiquiátrico. “É importante esclarecer que numa sociedade ocidental e de formação cristã como a brasileira, a morte autoinfligida sempre foi considerada um objeto de repúdio por desvios religiosos, culturais e legais” (Lopes, p. 2008).

Pensando aqui o suicídio como um fenômeno social que abrange a ideação tanto quanto as tentativas, é importante esclarecer que se torna um tabu discutir também esses outros processos que integram o suicídio. Sobre o tabu do suicídio, Dias (1991) aponta que

[...] podemos supor que o tabu imposto ao falar da morte repercute sobre o suicida, impedindo-o de se comunicar abertamente sobre seus motivos – o que, de um lado, impossibilita a ajuda social na superação de seus impasses, se for o caso, e de outro lado, contribui para a constituição de um grande enigma em torno do tema (Dias, p. 38, 1991).

Conforme mencionado anteriormente há resistência, negação e silenciamento em torno do fenômeno da morte, ou seja, proíbe-se que o assunto seja abordado, se lidar com a chamada “morte natural” já incomoda a sociedade. O silenciamento a respeito do suicídio é ainda maior, visto que envolve aspectos socioculturais que são obscurecidos pelo equivocado entendimento de que a ideação, tentativas e suicídios são ações ligadas exclusivamente a individualidade das pessoas.

Vilma, ainda resistente à procura de tratamento, diz: “então, eu não queria aceitar, mas fui comprar a medicação, comecei a tomar, e comecei a tomar só”. Nessa conversa, Vilma passa a narrar sobre sua tentativa de suicídio, nesse sentido:

Começou quando eu fui para o trabalho e eu não dormi. Eu levava sempre a medicação da manhã e da tarde sempre levei, eram duas medicações, eu tomei a medicação e não lembrei que eu tinha tomado a medicação, então eu tomava outra e não ia me lembrando, eu tomei uma cartela e meia de uma medicação e da outra eu tomei todas no mesmo dia, eu não lembrava que eu tinha tomado, fui tomando todas. Quando eu fui para casa, eu não sei como foi que eu atravessei a rua, a principal, eu não estava em mim, eu não sabia o que eu estava sentindo, o meu coração começou a acelerar muito. Fui para casa, eu cheguei em casa morrendo de chorar, ele [esposo]

perguntou: “o que foi?!”, eu disse a ele que eu não tinha mais medicação, ele disse: “como não, Vilma?! Você levou duas cartelas”; eu disse: eu não tenho mais medicação, eu tomei todas, que eu não me lembrei que eu tinha tomado. Daí, ele me levou para o Trauminha [hospital] para eu ser desintoxicada. Passei a noite e o dia dormindo lá no Trauminha, e, daí, foi só ladeira abaixo. Depois daí, tomei outras medicações, e eu não queria mais sentir aquela dor, sinto muita dor! Muita dor! Muita dor pelas coisas que eu vivi (sic) (Vilma, 2023).

A narrativa acima refere-se à primeira tentativa de suicídio de Vilma. Surge no seu relato uma memória sobre uma violência sexual sofrida, tendo sido o padrasto o seu violentador. No episódio em que tentou suicídio, um dos segredos levantados foi a violência da violação de seu corpo. Nesse sentido, diz:

Eu fui também assediada pelo meu padrasto, então, é muito duro também poder me lembrar. Eu queria esquecer, mas a lembrança começou a vir mais forte. Aí, tentei suicídio a primeira vez. Aí, alguns dias, eu comecei me automutilar, eu comecei a me machucar muito, muito, muito, muito! Se eu não me machucasse, [...] tem tempos que vivo da dor. Se eu tiver uma dor interna, eu tenho que ter uma dor externa, para estar me machucando, para eu poder ter a dor, para poder passar o dia. Então, naquele dia eu comecei a me mutilar muito, eu me mordía, eu me machucava, eu coçava e não via nada, só olhava na minha mão e via sangue descendo, então, eu me machucava muito de verdade, muito, muito, muito! Eu tenho assim, umas cicatrizes muito fortes (sic) (Vilma, 2023).

Vilma diz precisar de uma “dor externa” para aliviar sua “dor interna”, assim, promove automutilação, dilacerando a própria pele.

Em estudo etnográfico com mulheres negras, presas em regime fechado no presídio da Capital, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela UFPB, a antropóloga Núbia Ferreira (2023), em sua tese de doutorado, trouxe informações a respeito da automutilação dessas mulheres presas, que dilaceravam suas peles com tampa de lápis e giletes, materiais encontrados na prisão. Sobre a automutilação entende como uma forma de alívio da dor, para que evitasse um mal maior: o suicídio. Sobre isso, diz:

[...] automutilação é a expressão contraditória ao corpo coisificado pelo sistema. O sangue que escorre é a expressão do humano que chora a sua dor sufocada pelo silêncio do sistema, da sociedade e do Estado. A automutilação consiste em um comportamento correlacional, produto da relação entre o preso e a prisão, melhor, entre o encarcerado e o sistema prisional. Elas se tornam corpos vivos pela dor, resistem à reificação de seus corpos, sangrando. Elas vomitam a sociedade por meio da dor [sangue]. Na prisão, mulher, lápis, papel, música, carta, visita assumem uma proposição de vida, assim como gilete, tampa de lápis, fita, pedaço de madeira. No paradoxo da dor, do sangue vermelho ardente da automutilação que emerge do abismo de gênero, de classe, de uma etnia aprisionada, cintila um corpo que clama por vida (Ferreira, p. 99-105, 2023).

Na situação aqui descrita relacionada ao suicídio, por estar se “[...] mutilando muito, muito, muito!”, Vilma voltou ao psiquiatra, passando-lhe uma medicação mais forte. E essa

medicação foi tomada para sua vontade de vida, mas que quase resultou em sua morte, no sentido: “[...] misturei a minha medicação com água sanitária e tomei para poder passar a dor. Eu não queria acabar com a minha vida. Eu quero acabar com a dor que sinto”. Sobre a dor que sente, Vilma revela que as pessoas falam que “isso é besteira” ou “isso é falta de Deus”. Sobre essas falas ouvidas em relação à sua dor, Vilma diz que “não, não é besteira; não é falta de Deus. Eu tenho muita fé em Deus”. Nesse instante ao narrar, chora muito. E continua os relatos sobre outra tentativa de suicídio, diz: “eu já peguei a faca para cortar os meus pulsos. Aí, chegaram pessoas e me ajudaram”. Quando Vilma faz narrativas a partir de suas memórias em torno de sua dor e de seu sofrimento, percebo que fala como uma certa aceleração, uma forma ansiosa de contar toda a sua história naquele momento de entrevista. Sobre isso, trago o desfecho de sua fala, segue

Depois, eu tentei suicídio novamente, porque eu tive que contar a meu esposo que fui assediada, que eu não queria mais que meu esposo me tocasse, me abraçasse, me beijasse, então, toda vez que meu esposo tentava me tocar, eu sentia outras mãos me tocarem e me furava. Eu dizia a ele que ele não me merecia, assim, eu não merecia ele no caso, então eu me machuquei, tentei suicídio novamente, assim, parece que quanto mais a pessoa não quer, mais chega, então, eu **tentei suicídio cinco vezes**, sempre assim de formas diferentes.

Eu não tenho força suficiente para me levantar, de botar uma roupa de ir malhar, de fazer uma academia, eu não tenho, assim, a força de vontade. É muita coisa, assim, para pessoa se pensar, mas eu não quero mais tentar suicídio, eu não quero mais que essas dores voltem, eu não quero mais (Vilma, 2023).

No Centro João Balula em contato com as mulheres entrevistadas, a pesquisa sobre suicídio na sua modalidade ideação ou tentativa, surgiram aspectos para além do racismo, fenômeno social também investigado. Vilma, de forma evidente, traz em sua fala um sofrimento psíquico muito ligado à violência sexual sofrida. Neste contexto da pesquisa, o suicídio tomou uma dimensão para além da raça, ligou-se ao gênero, ao ser mulher, mas também à orientação sexual diversa da normativa, como no caso de uma das interlocutoras. A história dessas mulheres sob suas narrativas em torno do suicídio é relevante à escrita, à análise do fenômeno, pois são suas histórias de vida.

Sobre a dor e sofrimento psíquico de Estela, uma mulher que se autodeclara parda, com 28 anos de idade, que reside em Cabedelo, cidade da região metropolitana. Ela é professora de artes, mestre em artes cênicas. Na entrevista, embora se declare parda, apresenta-se:

Politicamente, eu me coloco enquanto uma mulher indígena em processo de retomada identitária, mas para órgãos públicos eu me coloco enquanto pessoa parda, é um termo que não gosto de utilizar, mas que para eu não passe na frente ou tenha algum privilégio perto de pessoas negras retintas, que aí sim se declaram enquanto negras dentro daqueles quadradinhos que a gente tem de marcar né? Então eu me coloco

enquanto parda porque não tenho uma série de documentação familiares que deveria ter para ser reconhecida politicamente enquanto indígena, mas aí faço esse processo de retomada identitária porque acredito que identidade indígena vai estar para além de um documento, é uma questão de vivência/ pertencimento de aceitação de uma comunidade, muitos outros parentes tem esse processo que são lidos enquanto pardos, mas se colocam politicamente enquanto indígena na sociedade [sic] (Estela, 2023).

Estela revela que procurou o Centro João Balula porque estava com ansiedade, disse que a mesma passou a se agravar com um tempo, paralisando-a a ponto de atrapalhar sua vida cotidiana, em coisas mais simples existentes. Embora não tenha tentado suicídio, revela que passou por momentos angustiantes, pois disse que, “com o passar do tempo, estava entrando em lugares muito perigosos, assim, a mente estava entrando em lugares muito perigosos”.

Na fala, ao narrar seu processo de dor, revela que teve assistência de uma amiga negra que conheceu em um curso da universidade. Revela que vivenciou um processo de luto, pois uma outra amiga cometeu suicídio por sofrer violência do racismo e também por estar passando por diversas formas de dificuldades. Sobre isso faz revelações no sentido:

Essa minha amiga [que cometeu suicídio] também tinha essa troca comigo, eu também tive com ela, mas infelizmente, eu tive a possibilidade de vir buscar ajuda [João Balula] e ela talvez não, enfim, eu não sabia se ela estava em terapia, ela tinha me contado que já tinha tido vontade, mas naquele momento que aconteceu, eu não sei se ela estava em acompanhamento, mas ela estava tomando medicamentos. Então, eu tive essa sorte de ter pessoas ao meu redor, principalmente, mulheres negras, minha mãe, essa minha amiga que me indicou para cá. Todas elas foram percebendo, meu pai também foi percebendo que eu não estava bem, e, aí, eu comecei a entender que realmente eu não estava bem. Isso demorou um tempo, não assim, rapidamente. Foi um processo, foi uma grande avalanche de coisas. Mas me conectar com a minha espiritualidade foi muito importante, me conectar com as minhas amigas, segurar nas mãos, entender que eu precisava de ajuda foi muito importante para que eu não aceitasse ficar naquele lugar, para que eu realmente me levantasse porque até mesmo para vir aqui existe uma série de esforços: levantar, acordar cedo, vir de outra cidade, buscar ajuda com pessoas que são iguais. Isso é muito importante! Eu posso conversar aqui sobre questões que, talvez, eu não tivesse tanta segurança para conversar com outros psicólogos ou com outras pessoas, então, eu fui saindo desse poço, pouco a pouco, desse lugar pesado que eu via que eu estava, e que me barrava, me paralisava, mas, do mesmo jeito que entrei nesse lugar sem nem perceber, eu também sinto que fui saindo; estou saindo, ainda é um processo; estou saindo dele e nem percebi em que momento aconteceu. Eu fui me segurando em algumas cordas, fui vendo um jeitinho aí, hoje, eu vejo entendendo que esses processos de cura que são muitas, não é uma, não é uma coisa linear, são altos e baixos, idas e vindas, mas que eu já consigo lidar bem melhor do que quando eu cheguei aqui, consigo reconhecer, olhar, entender como é que foi minha semana. Para mim, justamente, acontecer na segunda feira que para nós, do candomblé, é dia de Exu, o senhor da comunicação, o senhor que está em todos os lugares, o senhor de todos os tempos. Isso é muito importante, porque é como se eu tivesse fazendo uma repaginada do que foram esses sete dias para que eu comece outro ciclo de novo, então, eu dou uma respirada aqui. Acho que mais me escuto do que estou ouvindo o psicólogo (risos) porque eu falo muito... eu fico ouvindo o que estou dizendo (Estela, 2023).

Dentre os aspectos que aparecem na narrativa é importante ressaltar a religiosidade – isso aparece em Vilma e em outra interlocutora. No diálogo com Estela, nesse contato direto, pude perceber que suas narrativas se debruçaram mais em torno da dor e do sofrimento que motivaram o suicídio de sua amiga negra. Algo que, para mim, chamou atenção nessa conversa foi que há um medo ou uma ameaça de suicídio quando ele “está próximo”, fazendo referência a uma pessoa autoprovocada próxima, a um ente querido. Houve momento que em um choro forte, com lágrimas que escoriam em seu nariz, falava da morte, melhor, do suicídio de sua amiga.

Nessa narrativa, sobressaía o fato da mesma ser negra, atribuindo-lhe como uma carga pesada a cor em relação à universidade, a estar em um ambiente que o tempo inteiro se diz ter que “provar que é bom”. Nessa seção, mais acima, discorri sobre esse aspecto, de que as pessoas pretas têm que provar que são pessoas “boas” no sentido de desempenho social, que é bom para a polícia, que é bom no trabalho, bom na escola, bom em amplos sentidos. Aqui, na fala de Estela “o provar que é bom” retorna ao texto e, de alguma forma, atrela-se às diversas formas de sofrimento que contribuíram para a morte de sua amiga, uma mulher negra que carregava consigo os suplícios de sua cor de pele. Escutemos o que Estela nos diz sobre isso:

Era uma pessoa que tinha visão política sobre a existência dela muito nítida, porque a gente sabe que nem toda pessoa negra, indígena, tem acesso a espaços de debate e de receber informações para que se **conceba uma consciência do seu corpo no mundo** enquanto um lugar que a gente sabe que não é igual, não somos todos iguais, nós estamos aí, o mundo nos olha com diferença, é importante que justamente cutuque isso para que a gente tenha uma caminhada um pouco mais justa, com o que é o nosso passado histórico, nossos ancestrais enfim... e aí, ela era essa pessoa tinha essa visão muito nítida de tudo e que eu percebia que tinha muita voz também para levar questões a vários espaços, os espaços que ela ocupava ela levava esse empoderamento dela, isso pra mim é uma inspiração muito grande, a gente se fortalecia também de certo modo porque é muito mais fácil ser uma mulher negra ou indígena que só agrade! Agrade! E nunca se levante para falar nada diferente, para questionar, para dizer que não pera aí não vou aceitar hoje é deixar minha mãe rezar um pai nosso se tenho fé em Exu, sabe? Não faz sentido, para mim, respeite o meu que eu respeito o seu, um exemplo! não aceitar hoje, alisar meu cabelo, se quero ter o cabelo crespão para cima como ela tinha e vou andar assim mesmo, não quero pesquisar isso aqui como eu ouvia nos discursos dela, vou pesquisar esse outro caminho aqui porque está mais próximo dessa ancestralidade que tenho esse interesse, então, esse enfrentamento pode parecer muito lindo aí nos discursos mas para quem se propõe é muito complicado, porque a gente vive numa sociedade que, falando de Brasil, é muito patriarcal, é muito misógina, ela dá muito mais visibilidade para um homem, muito mais importância para um homem, se um homem levanta para fazer essa pesquisa pode ter certeza que muitas outras pessoas que estão naquela visão da misoginia vão achar que é muito mais interessante do que sendo uma mulher fazendo, então isso invade todas nós. E com ela, eu sentia muito isso nesse discurso dela, eu já senti muito isso, em termos de raça a gente vai para um outro lugar ainda maior. A gente querer protagonizar espaços

é muita ousadia para nossa sociedade, a gente acha que não, mas ainda é. A gente sabe disso, a universidade por exemplo é um espaço que é montado em cima de estrutura branca, **a gente enquanto corpo mulher, negro** estar lá dentro só basta isso para você ter que correr para terapia na minha opinião, porque eu precisei muito enquanto eu estava lá dentro, ela também era uma mulher que estava ali no meio acadêmico. Então eu sinto com toda certeza essas questões, esse empoderamento dela, isso gera uma carga sobre a gente, isso gera um cansaço, isso gera um lugar de baixa estima, muitas vezes. Você ter que fazer muito bem e maravilhosamente bem uma coisa para ter a mesma visibilidade do que uma pessoa branca, do que homens brancos, então isso vaigerando uma carga muito grande; eu não posso afirmar por qual razão exatamente foio estopim dessa tomada de decisão dela [suicídio da amiga], mas pelo íntimo que a gente tinha nossos discursos com certeza essa era uma questão sai (sic) (Estela, 2023).

Sobre a amiga que se suicidou, parto do entendimento que, dentro do nosso íntimo, “a gente enquanto corpo mulher, negro” sabe que a questão da raça nesse espaço embranquecido que consiste na universidade, e alguns outros espaços em que o racismo se espraia, contribuiu para o resultado triste que afetou a amiga de Estela, pois são fatores que, integrados, geram um panteão de situações vivenciadas que resultam um desfecho extremo, o suicídio.

Sobre fatores sociais ou financeiros apontados como um “estava mal da cabeça”, porque ter que estudar e trabalhar simultaneamente, esse aspecto não se desatreia da questão do racismo, pois questões ligadas à pobreza, à necessidade material são desdobramentos do racismo, herança do processo de colonização. No Brasil, os pretos são os mais pobres, os que estão morando na periferia, que vivem de bicos, de subempregos, que vivem vidas precarizadas. Assim, escutemos a fala de Lis sobre seu sufocamento:

[...] trabalhar e estudar é muito complicado! Meti a cara atrás de uma bolsa, de um auxílio moradia, enfim, teve um período que eu estava muito mal da cabeça. Precisei procurar o psicólogo, fui desesperada. Antes de procurar, eu havia trancado um período do curso porque estava realmente sem conseguir lidar com muita coisa ao mesmo tempo. Era muita pressão! [sic] (Lis, 2023).

Estudar e trabalhar embora seja “muito complicado” como aponta Lis, há mais por trás dessa complicação referida; há a necessidade, a escassez material, a carência de uma infraestrutura para as pessoas negras. Os negros estão na base da pirâmide social, nesse lugar em que a precarização é sobejada pela cor da pele.

Sobre a dor e sofrimento que permeiam a vida de Lis, narra as memórias de uma vida marcada por traumas. Na vida humana, os traumas são fatores comuns. A vida é uma rosa. Há beleza, mas há espinhos. E, nas pedras da vida, há algumas mais pesadas, essas são carregadas por alguns corpos específicos, atravessadas pela cor e pelo gênero. É preciso adentrar nas interseccionalidades que marcam as dores que acompanham o caminho desses corpos, a alma que sangra no trajeto da vida.

4.1.2 “você merecia ser estuprada pra aprender a ser gente”: a dor na travessia das Interseccionalidades

Nas entrevistas, surgiram, além do sofrimento causado pela cor, em torno do racismo, questões relacionadas à sexualidade dessas mulheres, violações de seus corpos em torno de abusos sexuais, mas ainda a violência de gênero sofrida em ambiente doméstico, ainda em ambientes diversos, também, as violações sofridas pela religiosidade, já que grande parte dessas mulheres são ligadas à religião de matriz africana.

Os aspectos diversos levantados em torno das interseccionalidades são relevantes para que entendamos as diversas fontes causadoras da dor e do sofrimento das mulheres sujeitas de pesquisa. Nessa microanálise, chegam-se às ideias macrosociais em torno da raça, do gênero, da classe, da soma de marcadores sociais que atravessam a vida dessas mulheres. Na narrativa de Lis, podemos compreender a soma desses marcadores. E a sua não aceitação faz entendermos a histórias das que são tão comuns. Ela é uma lente para que entendamos as histórias de mulheres negras e homossexuais.

Na infância, tive que lidar com muitos traumas, entre eles está homofobia, está o preconceito, o racismo. O fato de que sou uma mulher negra e estou em um centro elitista [UFPB]. Eu sou extremamente minoria aqui, no sentido de eu já cheguei a ter aula que eu era a única mulher do curso, da sala de aula. Então, isso é muito ruim porque eu estava numa sala com vinte homens e eu era a única mulher. Nisso, começa a questão de uma certa segregação em sala de aula e, do curso, com isso a gente vai ter que ir se moldando e entrando onde nos cabe.

Minha infância é um pouquinho pesada. Hoje, eu não falo com a minha mãe há cinco anos. Devido a questões de homofobia. Eu não gosto da palavra assumir porque eu não fiz nada de errado para assumir, mas, quando ela soube da minha homossexualidade, ela tomou um choque. Hoje, eu consigo falar sobre isso tranquilamente, sobre o comportamento da minha mãe em relação à minha sexualidade. Então, ela me comparou com coisas terríveis. Teve uma época que escutei o que ela disse, que foi uma coisa que me bateu muito. Ela me disse isso: “você merecia”... eu escutei isso da minha própria mãe: “você merecia ser estuprada pra aprender a ser gente”. Quando ela me disse isso, o semblante dela era de indignação, como quem não acreditava no que estava ouvindo. Então, eu ouvi coisas, não só isso, ouvi coisas bem pesadas, mas essa ficou enraizada dentro de mim [sic] (Lis, 2023).

A expressão merecer “ser estuprada para aprender a ser gente” significa castigar pela ruptura da regra heteronormativa, a sanção pela quebra da estrutura na pessoa de Lis, por viver de forma divergente às normas sociais. Ou seja, não há humanidade em pessoas não heteronormativas – elas precisam aprender a ser “gente”. Isso dito da própria mãe tem uma

repercussão grande sobre a pessoa. A impressão de uma espécie de um *status quo*, um ser mulher, assim, ser possuída por um homem, como um destino do corpo da mulher.

Lis revela que, por ser lésbica, não podia levar suas namoradas em sua casa, pois “ficava com medo” do que a mãe “ia achar, do que ela ia dizer”. Diz que não consegue quando está namorando segurar as mãos de sua parceira na rua e que isso são bloqueios, “não que chega a ser de fato um trauma, mas um bloqueio naquele momento”. Lis revela que sentiu “que era um peso de alguma forma, embora não tenha escutado, mas a palavra ficava subentendida”. E por isso, “vem muito a questão da autocobrança”, revela. Lis disse que “queria até mesmo acabar com aquilo”, pois “era uma coisa muito pesada”, tão pesada que indagava o seguinte: “eu sou um monstro por conta disso?”.

Lis passou a questionar por que ser lésbica “que era tão grave” para sua mãe, não compreendendo o comportamento da mãe em torno de sua orientação sexual. Então, diz: “já que eu sou um monstro e não estou suprindo as expectativas do que ela [mãe] queria, não existe motivo para eu estar aqui”. Nesse contexto, Lis disse que o suicídio “chegou a ser uma pauta” em sua cabeça, mas deu graças a Deus por não ter cometido. Revela que “[...] Nunca cheguei de fato a esse ponto. Hoje, eu tenho outros pensamentos, entendo diversas coisas, mas, naquele momento, para uma menina de quatorze anos, que estava se autodescobrindo, já havia sofrido algumas questões de coleguinhas, e da própria família é uma questão muito forte”, disse.

Ainda sobre o suicídio, ela diz que “tantos bombardeios, pressão, cobrança que, às vezes, você só quer acabar com aquilo logo, só quer que aquilo acabe. E, infelizmente, querendo ou não a forma mais rápida de acabar com tudo é o suicídio. Revela a razão do suicídio porque “ele vem porque a gente pensa que é um escape”. Na sua narrativa, diz que se “fizer isso, eu vou estar livre da dor”. Mas, se questiona no seguinte: “[...] e as outras pessoas que ficam? E a minha avó e o meu avô, que foram as pessoas que me criaram, são muito presentes na minha vida. Eu pensei muito sobre isso, sendo bem sincera, o fato de eu não ter chegado ao ponto de fazer alguma besteira foi eu ter pensado nos outros, além de mim”.

Para Norbert Elias, a morte é um problema dos vivos. Não é a própria morte que desperta temor, mas a imagem antecipada da morte na consciência dos vivos, que “não apenas a morte foi recalçada e sofreu transformações no decorrer do tempo, mas também a sexualidade. Do mesmo modo como o tema da morte é ocultado das crianças, a temática da vida sexual já foi ocultada” (Elias, 2001, p.86). Lis revela ainda que embora não tenha decidido pôr em prática sua ideação suicida, teve dois amigos que se suicidaram. Em sua narrativa, diz:

Tive dois amigos pardos no ensino médio, um deles é Fábio. A família dele era evangélica e Fábio sempre ia muito à igreja e tudo mais. Só que Fábio era gay, e não queria contar isso porque de fato a igreja Cristã ainda traz vertentes extremamente preconceituosas, autoritárias. Então, ele se resguarda até o último minuto. Até que, chegou uma conversa aos pais de Fábio, que aquilo [homossexualidade] era errado, eu não lembro bem o contexto da história, mas ele tinha ficado com um menino. Em Patos, tem um açude, Fábio foi para esse açude, tinha uma pedra lá e ele pulou, só que ele não sabia nadar. Até hoje, não se sabe de fato o motivo, só que a gente que era amigos mais próximos de Fábio, a gente sabe que tinha essa certa pressão. A gente acredita piamente que pode não ter sido a variável principal, mas foi uma variável. Tem outro que não era amigo meu, conheci ele de colega, eu fiz IFPB no campus de Patos. E tinha um colega de outro curso chamado Rafael. A mãe dele também era da igreja, era evangélica. É uma história que tem similaridade com a de Fábio. A diferença foi que Rafael não queria fazer isso. E a mãe dele chegou uma vez a ponto de dizer assim na cara de Rafael: **“eu preferia um filho morto do que um filho gay”**. Então, essa foi a chave final para Rafael. Ele deixou uma carta e embrulhou em um presente, deixou do lado da cama dela. Quando ela abriu achando que de fato era um presente, era uma carta de suicídio. Rafael foi para uma mata, amarrou uma corda e se enforcou (Lis, 2022) (grifos meus).

Assim, “[...]ser estuprada para aprender a ser gente” e “[...] preferir um filho morto do que um filho gay” são desdobramentos de uma sociedade marcada pelo machismo estrutural. As falas da mãe de Lis para que a mesma “aprendesse a ser gente”, ou seja, aprendesse a ser mulher, mesmo que para isso fosse estuprada ou a fala da mãe de Rafael, amigo de Lis, que preferia ter um filho morto a um filho gay são questões estruturais, que permeiam as relações sociais e não podem ser atreladas apenas às pessoas, mas a uma estrutura que conduz as pessoas a determinados comportamentos no quais ressaltamos o suicídio. Neste raciocínio Navascone aponta que

[...] na maioria das vezes, nós, negros/as LGBTTI, gritamos e ansiamos pelo olhar do outro numa tentativa de visibilidade, bem como de ajuda e socorro, mas, na maioria das vezes, o que recebemos é apenas o silêncio ou, não raro, respostas como “isso passa”, “é coisa da sua cabeça”, “você vê opressão em tudo”. Receber e internalizar essas respostas faz com que afundemos ainda mais na solidão e num mundo sem saídas, posto que, além de serem afirmações violentas, fazem com que internalizemos a ideia de que o problema está em nós (Navascone, 2018, p.34).

“Se o problema sou eu, o que estou fazendo aqui?” (Lis, 2023)

Para Manu, que sofreu preconceito e racismo desde muito cedo, diz que, no trabalho do seu pai, conseguiu colocá-la na creche particular, afirmando que 99% das pessoas eram pessoas brancas e que a tratavam de forma muito agressiva. Sobre isso, narra:

[...] não é uma coisa que vai chegar em você e xingar você, é uma coisa que, assim, fica no ar. Se você entende, entende. Então, quando você trata assim uma criança, ela fica sem entender. E aí falavam muito do meu cabelo, das minhas características. Quando eu era criança os meus fenótipos eram mais fortes. Então, essa questão da exclusão social, de fazer *bullying* mas, na verdade, era racismo. De me zoarem, me comparar com mendigos, enfim esse tipo de violência. Eram crianças que claramente reproduziam dos pais, provavelmente. Então, começou dessa forma, aí acabou

mexendo muito com o meu psicológico, minha autoestima. Na minha família, meus tios e tias enfrentam muitas dificuldades em relação a saúde mental também por questões raciais. Acabaram indo para o alcoolismo e outros tipos de drogas, relações abusivas. Está sentindo solidão, não tem amparo financeiro e acaba entrando numa relação com uma pessoa branca para ter estabilidade. Só que essa pessoa começa a agredi-la e vira aquele ciclo. Uma coisa que eu vejo que se repetiu muito na minha família, principalmente do lado da minha mãe. Conecta muito com o que acabou acontecendo comigo [sic] (Manu, 2022).

A solidão é um fator que marca a vida da mulher negra. Sobre a solidão, Lídia também se vê só, da mesma forma que Manu se observa, sem ser acolhida. Lídia, nesse sentido, pontua que como mulher negra se sente preterida nas relações de amor, de afeto, pois os homens preferem as mulheres brancas para se relacionarem. Sobre a solidão

O espaço da mulher negra e do homem negro é muito um espaço sexual. Eu não sou uma negra retinta e tinha um corpo bem magro dentro do padrão. Eu nunca tive essa questão de solidão sexual não. Eu sempre estava ali, os homens estavam querendo, me achavam bonita. Mas no ponto do sentimento, não tem sentimento, sabe? Então, encontrar uma pessoa que ame você verdadeiramente, que queira estar com você, é uma jornada. Então, acho que tem esse espaço da rejeição sentimental, que, às vezes, você está precisando de um apoio emocional e não tem, ou porque suas amigas fazem uma leitura de uma mulher forte, porque você teve que ser de fato uma mulher forte para vencer muitas coisas na vida. Mas isso não significa que você não precise ter acolhimento, ser acolhida da mesma forma que você acolhe. A falta de acolhimento para as mulheres negras é algo bem sério, são vistas como fortes e ninguém se lembra de as acolher. E a falta de um companheiro, de um parceiro que queira dividir a vida com você, que vê você na sua subjetividade, seus traumas que são traumas diferenciados de uma pessoa não negra. Então, tudo isso eu acho que influencia muito dentro da perspectiva da saúde mental. A afetividade. A negra no local de trabalho é mal vista. No campo afetivo é preterida. Nas relações de amizade também é preterida. Então, a gente fica muito mais ansiosa, porque a gente precisa saber como a sociedade está. Como a sociedade vai reagir a gente para poder se inserir. E dizer esse é o jeito que sou, é um pensamento muito infantil e embranquecido porque você vai ser aceito se você for branco. Se você for uma pessoa negra, infelizmente, você vai ter que aprender quais são os padrões, que moldam aquela sociedade. Se você quiser galgar alguns degraus na vida. E isso é extremamente cansativo (sic) (Lídia, 2022).

Por fim, em retorno à conversa com Manu, ela encerra nosso diálogo me dizendo que “quando vem alguma crise, vem pensamentos de não achar que sou suficiente, achar que nunca vou ser acolhido ou achar que é algum problema do meu físico, que eu deveria mudar”. Nesse contexto, percebe-se o sentimento de abandono atrelado à questão racial, mas também à sua orientação sexual, mais que um abandono, uma sanção em forma de solidão. Na passagem, “é algum problema do meu físico, que eu deveria mudar”, consiste na culpabilização da própria vítima, algo muito marcante na modernidade, no mundo ocidental em que as relações sociais são reflexos de uma meritocracia que culpa o indivíduo pelo ‘seu fracasso’. Assim, como pontua Bauman (2008).

Se ficam doentes é porque não foram resolutos e engenhosos o bastante ao seguirem o regime de saúde. Se ficam desempregados, é porque falharam ao aprender as

habilidades para se saírem bem numa entrevista, porque não tentaram com afinco ou porque estão, pura e simplesmente, envergonhados de trabalhar. Se não estão seguros a respeito de suas carreiras futuras e se angustiam quanto ao futuro, é porque não são bons o suficiente para fazer amigos e influenciar pessoas, e porque falharam em aprender como deveriam ser as artes da auto expressão e de impressionar os outros. É isso que lhes é dito, e o que eles chegaram a acreditar, de modo que se comportam “como se” essa fosse de fato a verdade sobre a questão (Bauman, 2008, p. 64).

As ideias suicidas vêm para essas mulheres da pesquisa como uma forma de “acabar com aquilo”, com a dor, com a segregação do preconceito da cor, da homofobia, da pressão de ter que provar “o tempo todo que é bom”. Para Lídia, mulher que também se declara negra, a ideia surgiu de “uma junção de vários fatores que desencadeou, tem fonte no racismo, na questão social. E de um processo de mestrado que eu estava passando, que foi bem doloroso. Então, a ansiedade e a depressão se apresentaram de forma mais viva”.

Na pesquisa, ficou bem sedimentado que o suicídio em sua forma de tentativa foi uma questão de “alívio”, assim percebido por algumas mulheres, no sentido de acabar com a dor e não com a vida. Nesse sentido, pontua Lídia:

As situações em que você se vê como pequeno, pouco. Você passa por estresses em que não vê saída. Então, **o suicídio vem no pensamento de um alívio**. É como se fosse o alívio para uma dor que você está sentindo. O suicídio não é para causar sofrimento em outras pessoas, é **o alívio para uma dor tão aguda que não tem mais para onde correr**. Você está preso numa dor dentro de si mesmo. É um sentimento desesperador, devido a isso já ocorreram em mim pensamentos. Sim, tem a questão da rejeição sentimental (Lídia, 2023, grifos meus).

Sobre a solidão apontada por Manu e por Lídia ou “rejeição sentimental” como essa última colocou, Teresinha Bernardo (2008) em um trabalho de campo com 11 mulheres negras, abordou a solidão da mulher negra na dimensão afetivo-sexual, tendo como eixo central seu preterimento na relação matrimonial pelo parceiro da mesma etnia, assim, revelou que existe uma situação de desvantagem da mulher negra em comparação com a mulher branca em relação à preferência do homem negro na escolha de parceira afetiva e conjugal e, tal escolha, consiste em solidão e humilhação para essas mulheres que participaram da pesquisa. Se essas mulheres negras foram preteridas por homens negros, imaginem a discrepância dessa preterição em relação aos homens brancos. Na realidade, em todos os tempos, até na atualidade, as escolhas são pautadas na questão de cor, de classe e de gênero.

No contato com Júlia, 38 anos de idade, ela diz que são tantas adversidades inerentes ao racismo e, conseqüentemente, tantas dores promovidas pelas violações e violências sofridas. Júlia revela que em momento algum tivera pensamentos suicidas. Diz isso: “Não. Eu sou firme de quem eu sou. E sou muito temente a Deus também, e sei que não é um sentimento de Deus [...] para quem não tem uma estrutura, uma rede de apoio leva ao suicídio”. Fala ainda que

“[...] Se você não se reconhece, aí, você ser chamada de **porca, de negra, que nasceu na lama e vive na lama, criada em chiqueiro**. Você acaba acreditando nisso, se tiver num momento de fraqueza você vai acreditar” (Júlia, 2022, grifos meus).

Para Lélia Gonzales (2011, p. 5), “os negros estão na lata do lixo da sociedade brasileira”. Ser chamada de “[...] porca, de negra, que nasceu na lama e vive na lama, criada em chiqueiro[...]” consiste nessa lata de lixo abordada pela autora. Ainda “comparar com mendigos” a população negra, como aconteceu com Manu, são aspectos de marginalização das pessoas negras, contê-las ao não lugar da sociedade, levando-as às margens, mortificando-as de uma forma a pensar no suicídio como um “alívio”, uma “forma de escape”, pontuado por essas mulheres nas entrevistas.

Em entrevista com o psicólogo do João Balula, André Fragoso, ele informa que o suicídio é compreendido como um processo multifatorial, em que não tem como excluir outros atravessamentos, os causadores são múltiplos, sendo: “intolerância religiosa, racismo, homofobia”. Sobre isso, revela que “quando vamos procurar as estatísticas de suicídio não encontramos esses atravessamentos, pois, não querem falar sobre raça”. O psicólogo diz que, no Brasil, há uma ideia de democracia racial, de que não existe racismo, de que

Todo mundo é igual. **Estão matando gente, e nos levam a se matar**. É outro processo de suicídio, um mundo que diz que você não é bem-vindo. Que você não merece, e que vai minando as suas possibilidades de recursos de sobrevivência. Por isso, que a cultura negra é uma força muito grande, porque a negritude sobretudo em diáspora, os africanos trouxeram e seus descendentes ampliaram a cultura e a tradição, coco de roda, maracatu, bumba meu boi; danças culturais, danças de roda, a comida, a religiosidade. Tudo tem essa energia da brincadeira, da dança, da celebração da vida (André Fragoso, 2023).

Na passagem, “Estão matando gente, e nos levam a se matar”, consiste na necropolítica (Mbembe, 2016, p. 129) no sentido de que “[...] nas tecnologias de assassinato, visam não só ‘civilizar’ os caminhos da morte, mas também eliminar um grande número de vítimas em espaço relativamente curto de tempo”. E essas vítimas são eliminadas pela cor da pele, quando não as eliminam, forçam-nas à própria eliminação, assim, “nos levam a se matar”, como observa André. Para Cláudio, homem negro, advogado do Centro João Balula, “o racismo é um crime perverso, cruel no sentido psicológico mesmo. A verdade é que o racismo paralisa, desestrutura”.

Por fim, como aponta Mariza Peirano (2008), “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico”. Na verdade, elas estão engatadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados. Aqui, quem discorre e se projeta a mestre em Antropologia é uma mulher negra, que foi desacreditada pela

escola aos gritos de “burra”, que ainda sofre a violência do racismo. Assim, finalizar um mestrado e já estar classificada no doutorado no mesmo programa em uma instituição federal não está, historicamente, reservado às mulheres negras que, além da cor, sofrem pelo marcador social, mulher.

Discorro sobre as circunstâncias de violência dessas mulheres, mas também discorro sobre mim. Não é um espelho narcisista, mas uma realidade violenta que se intitula: racismo. “Se o lixo vai falar” como Lélia Gonzalez (2011), firmemente, se posiciona enquanto uma militante e mulher negra. Aqui, a “burra” também vai dissertar pelas mulheres que falam de suas angústias nessas linhas acima. Não adianta chamarmo-nos de “lixo” de “[...] porca, de negra que nasceu na lama e vive na lama”, muito menos de “burra”.

No exposto, esta seção trouxe as experiências do vivido das mulheres do João Balula que foram entrevistadas na pesquisa. Delas, surgiram as violências sofridas em diversos lugares sociais, tais como na família, na escola, no trabalho, nas ruas. Surgiram as interseccionalidades ligadas à questão racial, surgiram questões de gênero e de religiosidade. As violações foram diversas, em diferentes aspectos, mas, a maior parte delas, imbricadas ao racismo. Essa escrita se organiza a partir do que foi narrado sobre as memórias das dores, dos sofrimentos, mas também dos processos de resistência.

As mulheres do Centro João Balula expuseram suas dores e sofrimentos. Elas falaram porque “Devemos falar apenas do que não podemos calar!” (Nietzsche, 2000).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho adveio de uma observação participante e do contato direto com os sujeitos de pesquisa presentes neste campo em que a produção de dados se alicerçou, especialmente, nas entrevistas semiestruturadas com mulheres negras e profissionais negros/as que frequentam e atuam, respectivamente, no Centro de Igualdade Racial João Balula localizado no centro da cidade de João Pessoa-PB.

O objetivo deste trabalho consistiu na análise antropológica dos fenômenos sociais do suicídio e do racismo, em especial, em sua correlação enquanto forças sociais que se reforçam e são negados em sociedades ocidentais.

A princípio, estudar suicídio imbricado ao racismo em uma perspectiva antropológica foi um desafio, tendo em vista que há uma carência de estudos de campo ou etnográficos que envolvem os citados fenômenos, em especial, o seu entrelaçamento.

É importante reconhecer que os casos de suicídios são mais estudados na esfera da psicologia. Para fins desta escrita, da análise do fenômeno, o diálogo dos saberes foi o alicerce no discorrer da temática. A carência ou escassez de estudos antropológicos sobre suicídio, sobretudo, imbricado ao racismo foi um aspecto que foi evidenciado na produção desta pesquisa.

A morte é um fenômeno social que dá a certeza da finitude humana. No entanto, há um tabu para se falar sobre a mesma, na vida cotidiana, nas relações sociais, mas também na carência de estudos acadêmicos. Se a morte constitui um tabu, o suicídio é dos grandes tabus sobre a morte. Há um silêncio sobre o suicídio e, quando há um mínimo de comunicação sobre ele, há uma expressão de culpabilização da vítima. E, no que tange ao atravessamento do racismo no suicídio como um mote, um desdobramento extremo das relações sociais racistas o silêncio consiste em um dado de campo, “pois não querem falar sobre raça”.

Na compreensão do suicídio envolto ao racismo, as falas das mulheres negras foram priorizadas. A partir dos dados construídos em campo, das narrativas, das memórias e histórias de vida dessas mulheres surgiram as especificidades do campo, mas também dados que observo como características gerais, macrosociais relativos ao fenômeno estudado. Nesse sentido, emergiram as interseccionalidades que se imbricam ao suicídio a exemplo do gênero e da raça.

O contato direto fez ressurgir as vivências treladas ao sofrimento e a dor produzidos pela violência sofrida por essas mulheres. Dor que acarreta a promoção de ideias suicidas. Nas

falas, surgiram variados tipos de violências e de violações de direitos. Embora, algumas delas não associassem à questão de gênero e de raça, em suas narrativas não restaram dúvidas de que o sofrimento físico e psíquico se alicerçava nessas categorias.

Ao adentrar nas experiências em busca de um passado que se faz presente em suas narrativas, as mulheres negras do João Balula fizeram emergir os espaços em que são mais violentadas, assim, neste trabalho estão presentes o espaço doméstico, o trabalho e a escola.

Sobre os espaços em que vivenciaram mais violência, a escola é sobressalente. Nesse espaço, o cabelo é o alvo de xingamentos, de preconceito mais evidenciado. A escola surge como um espaço de segregação, em que a violência exercida não se concentra apenas nos alunos, nos pares, mas também estão inclusos os profissionais da escola. Sobre isso, discorri na apresentação deste trabalho uma violência sofrida na infância.

Os traços fenotípicos da raça negra são utilizados nas manganças, nas zombarias, são estigmatizados, fazendo de nossos traços um marcador da diferença. A escola, na proposição que se apresenta nas narrativas das mulheres negras, sujeitos de pesquisa, é uma estrutura estruturante (Bourdieu, 1983) da hegemonia do branco. Como bem observa Silvio Almeida (2019), o racismo é estrutural, assim, a escola não escapa desse racismo institucional.

A casa surge em campo como um espaço violador e violento para essas mulheres. Neste lugar, a violência doméstica está atrelada à questão de gênero. O machismo estrutural é o alicerce dessas violências e violações. A divisão sexual do trabalho foi um fator preponderante na desigualdade de gênero que levam as mulheres a estarem em posição inferiorizada em relação aos seus companheiros.

Os cuidados com a casa, com os filhos e com a família em geral tiram da mulher muitas oportunidades de trabalho no mercado, causando dificuldades financeiras e de sustento. O espaço doméstico também evidenciou um lugar em que se violenta pela não aceitação de uma orientação sexual que diverge da heteronormativa, na preferência de “um filho morto do que um filho gay”.

A partir das narrativas das mulheres, surgem as interseccionalidades que são marcadores da diferença, logo, alvos de violência. Ser “gay” incidiu também nas ideias suicidas dessas mulheres, não pela orientação sexual, mas por sua não aceitação, pela exclusão social motivada por uma orientação não heteronormativa. A não aceitação que rompe os laços afetivos familiares promovendo dor e sofrimento e, conseqüentemente, motivando ideias suicidas e tentativas de suicídio e violências são dados produzidos em campo. No sentido de “você merecia ser estuprada pra aprender a ser gente”.

O racismo e o fato de ser negro, a cor que suicida, estavam evidenciados nas narrativas das mulheres. Serem negras para elas não condiz com nenhum mal. No entanto, a segregação, a violência pela cor, produziram os males psíquicos a essas mulheres, fazendo surgir em suas mentes ideações suicidas e tentativas de suicídio. E, quando essa ideação de provocar a morte atravessa mais que o racismo, atravessa questões de gênero, aumenta a possibilidade de uma violência contra si.

O Centro João Balula surge para essas mulheres, sujeitos de pesquisa como uma rede de apoio, como um alívio no sofrer, às vezes, oportunidade de entendimento de tanta cobrança que muitas mulheres se fazem, “ter que provar que é bom o tempo todo”. Cobrar-se o tempo inteiro em ser “bom” consiste em uma herança colonialista.

O negro foi historicamente construído como selvagem, o mau. A inferiorização socialmente construída foi internalizada na psique do negro, aponta Franz Fanon (2005). Assim, podemos correlacionar a autocobrança que emerge de Lis, sujeito de pesquisa, como uma forma de ser inclusa no seio da sociedade. De ser vista, face à invisibilização que sofre por conta de sua cor de pele. Aqui, a pele é lado cor e lado dor.

O centro surge para dar voz e visibilidade a esses atores sociais que o buscam com problemas psíquicos, que buscam atendimento psicológico, assistência social e serviços jurídicos, esses últimos quando têm direitos violados pela raça, mas também pela discriminação de suas religiões, em especial, o candomblé.

No texto, tentei me inserir enquanto negra e pesquisadora, utilizei em primazia autores negros, da cor de minha pele. Aqui, falar de racismo expressa um fenômeno social experienciado durante uma vida inteira. Dissertar sobre racismo é expressar minha dor e sofrimento que vivenciei e vivencio em diversos campos sociais, assim, como experienciei na escola, conforme trago a narrativa de minha história de vida em tempo de infância, um passado que se presentifica nos fatos trazidos à baila neste trabalho.

Escrever para uma mulher negra que foi destinada socialmente aos trabalhos domésticos ou às meras lascívia do homem branco consiste em um agenciamento, pois as universidades, em especial, as pós-graduações são espaços criados para homens e brancos. Aqui, trago o racismo em sua dor extrema, assim, defino o suicídio, fenômenos que se imbricam e, ao se entrelaçarem, tornam-se pela logística de um Estado racista, cada vez mais silenciosos. Nesse trabalho, poderia estar enriquecido com dados mais robustos sobre o suicídio, sobretudo, por um suicídio atrelado à raça e à cor. Não obstante a carência de dados, há um dado sobressalente: o silêncio.

O “não”, o fechar de portas, a falta de acessos aos órgãos são os caminhos da racionalidade do Estado, até mesmo de sua higienização social, no sentido de deixar e omitir as mortes por suicídio.

Necessita-se falar que a sociedade mata os negros, mas também suicida os mesmos. Omitir sobre o suicídio entrelaçado ao racismo consiste no caminho de uma necropolítica, na racionalidade de um Estado que deixa morrer suicidando.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Daila Camêlo; CAMÊLO, Edwirde Luiz Silva; LIMA, Fernanda de Oliveira. Um inimigo silencioso: óbitos por suicídio no Estado da Paraíba no período de 2015-2019. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 10, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18575>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- AGUIAR, Gilberto Orácio de. O suicídio entre jovens negros na perspectiva durkheimiana. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 17, n. 1, p. 91-108, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/326>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- AGUIAR, Gilberto Orácio de. O suicídio entre jovens negros na perspectiva durkheimiana. **identidade!**, v. 17, n. 1, p. 91-108, 2012.
- ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; MATOS, Rachel Araújo de. Produção social do suicídio e “questão social” na realidade de Iguatu (CE). **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 20, p. 220- 237, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/29219/21454>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Capitalismo e crise: O que o racismo tem a ver com isso?** <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/> acesso em 23 nov. 2023.
- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: Uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**, 21, pp. 97-120. Cali, Colombia: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Icesi.
- ARAÚJO NETO, Gilvandro Sampaio de. **“Matar preto não é crime”**: uma análise sobre racialização e a criminalização do povo negro no caso Adriana de Paiva. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da Idade Média aos nossos tempos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017
- ARRUDA, Daniel Péricles. Aproximações ao debate sobre suicídio de adolescentes e jovens negros no Brasil. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 14, n. 39, p. 597-609, mar./maio 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1294/1277>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BARATA, Rita Barradas. **Rev Bras Epidemiol** , 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e históricas vividas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo* Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. [Trabalho original publicado em 1900].

BERLOTE, José Manoel. **O suicídio e sua prevenção**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BERNARDO, Teresinha; CLEMENTE, Claudelir Corrêa. **Diásporas, redes e guetos: conceitos e configurações no contexto transnacional**. CAPES, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre (org.). *et al.* **A Miséria do Mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 24, p. 62, 2 fev. 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade por suicídio e notificação de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 52, n. 33, p. 1-10, set. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anualmente, mais de 700 mil pessoas cometem suicídio, segundo OMS**. Gov.br, Brasília, DF, 16 set. 2022, 14:53. Saúde Mental. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/anualmente-mais-de-700-mil-pessoas-cometem-suicidio-segundo-oms>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde da População Negra. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 2, p. 1-57, out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-saude-da-populacao-negra-numero-especial-vol-2-out.2023>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CANTÃO, Luiza; BOTTI, Nadja Cristiane Lappann. Comportamento suicida entre dependentes químicos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 69, n. 6, p. 389-396, mar./abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/7w3YBKXwQhrY3zgHmy9PMVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CARDOSO, F. RACISMO E NECROPOLÍTICA: a lógica do genocídio de negros e negras no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 22, p. 949–968, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, ano 3, pp. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **LOLA Press** nº 16, novembro, 2001 .

CARNEIRO, Suely. **Negros de pele clara**. Jornal Correio Braziliense, Coluna Opinião, 29/05/2004, p. 5.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NEABI**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CERQUEIRA, Daniel de Castro; MOURA, Rodrigo Leandro de. Vidas Perdidas e o Racismo no Brasil. **IPEA**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-25, nov. 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5977/1/NT_n10_vidas.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v.5, n.1, p. 6-17, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COSTA, Antônio Luz da *et al.* Análise do fluxo de registro de suicídios entre o IML e o DataSUS. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 485-504, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/NTXT3ZDpQmLXmd7KsDtXBnx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p. 1163-1178. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrdhpcdw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 12 ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira et al. Suicídio de mulheres no Brasil: necessária discussão sob a perspectiva de gênero, 2023. **Ciência e Saúde Coletiva**.
DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir,

escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e o problema da expressão**. São Paulo: Editora 34, 2017.

DIAS, Ana Paula Dias dos Santos et al. Morte e morrer: uma perspectiva antropológica e pedagógica sobre o morrer. **Revista Formação@Docente** – Belo Horizonte – V. 10, n 2 (2018) 228 Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15601/f@d.v10i2.1955>, acesso em 04 de dezembro de 2023

DURKHEIM, Émile. O que é fato social?. In: DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.1-14. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2015/02/durkheim_2007_as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico_bookmf.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. Les règles de la méthode sociologique. 11^e édition. Paris: Press Universitaires de France, 1950. Tradução brasileira da autora deste artigo: **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1960.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: a investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 107 p

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. São Paulo: Ubuntu, 2020.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. **Necromaternidade**: Da dor à resistência pelos afetos [bio] políticos. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Ed. UECE, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O uso dos prazeres e as técnicas de si**. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p.192-217
FOUCAULT, Michel. **Conversa com Werner Schroeter**. In: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Trad. Vera Lúcia. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p.102-112. (Ditos & Escritos V)

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, São Paulo: Vozes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREUD, Sigmund. **Linhas de progresso na terapia analítica**. In: FREUD, S. Obras Completas, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. FRANKENBERG, R. **White women, race matters: the social construction of whiteness**. University of Minnesota Press, 1999.

FUKUMITSU, Karina Okajima. O psicoterapeuta diante do comportamento suicida. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 270-275. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/dn4bjQ5DWvmVx5RkWH6HS7w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GODELIER, Maurice. **Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais**. Edições Sesc, 2017.

GRANDA, Domingos da Silva Granda Junior. **Suicídio na perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 277-344.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Belo Horizonte, **Desigualdades raciais na escola** • Educ. Pesqui. 29 (1) • Jun 2003 • <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>, acesso em 20 de dezembro de 2023.

GONZALEZ, Lelia. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. In: CONFERÊNCIA AFRICAN HERITAGE STUDIES ASSOCIATION, 2, 1979, Pittsburgh. Anais [...]. Pittsburgh: AHS, 1979, p. 1- 4.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **ANPOCS**, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. **Anpocs**, 2011, pp. 223-244.

HEILBORN, Maria Luiza; MENEZES, Rachel Aisengart. **Suicídio e autonomia**. 2014.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvli Libanio. 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2015.

JARDIN, Maria Chaves; PAOLIELLO, Renata Medeiros. **Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto**. TOMO JUL/DEZ N 41, 2022

JUNG, Carl Gustav. *Obras Completas. Volume VII. Estudos Sobre a Psicologia Analítica*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

KOURY, Mauro G. P. **Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto**. Petrópolis: Vozes, 2003

LEAL, Sandra de Melo Dahia. Riso: uma solução intermediária para os racistas no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 10, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 373-389 Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LE BRETON, David. **Antropologia da Dor**. São Paulo: UNIFESP, 2018.

LEFRÈVRE, F. Violação e Violência Resgatando a Violação como Fato Cultural. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum.** II (2): São Paulo, 1992.

LIMA, Ana Carolina Fernandes de. **Eu não tenho tempo para isso, eu preciso sobreviver: a saúde mental da população negra**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2021.

LIMA, Luana; PAZ, Francisco Phelipe Cunha. A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 95-107, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30795>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LOPES, FH. **Suicídio & saber médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri; 2008.

MALINOWSKI. Bronislaw Kasper. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Sônia Weider e Tornquist, Carmen Susana (organização). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, pp. 173-189

MAYORGA, Cláudia. El tráfico de mujeres como problema: colonialismo y patriarcado. **Rev. electrón. psicol. polít**, vol.7, n.21, dez. 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos**. São Paulo: Ática, 2012.

MATA, Valter da. Suicídio da população negra. *In*: BAHIA (Estado). Secretaria de Educação. **Webpalestra**. [Salvador], [12 set. 2019]. Disponível em: <http://telessaude.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Webpalestra-12.09.2019.pdf>. Acesso em: 21 de nov. de 2023. p. 1-32.

MESQUITA, Thiago. **Entre silenciamentos e provocações: a questão do racismo no contexto da atenção básica da saúde**. Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2019.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Tentativa de suicídio em mulheres idosas: uma perspectiva de gênero. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1721-1730, 2015.

MENEZES, Rachel. **Em busca da “boa morte”**: uma investigação sócio-antropológica sobre cuidados paliativos. Rio de Janeiro, Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O contexto da violência social no Brasil**. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 25-30. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023. p. 25-30.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. **Revista do PPGAV-EBA-UFRJ**, n. 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>, acesso em 20 de junho de 2023.

MORIN, Edgard. **O método . A humanidade da humanidade. A identidade humana**. Porto Alegre: Sulina; 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Mudar as coisas**. Reportagem: Gabriel Rocha Gaspar, disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/intelectual-deveinfluenciar-na-mudanca-diz-antropologo-kabengele-munanga/> Publicada em 17 de maio de 2020, acesso em 05 de junho de 2022.

NAGAFUCHI, Thiago. Um olhar antropológico sobre o suicídio: devir, formas de vida e subjetividades. **Revista M.: Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 101-124, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8977>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NAGAFUCHI, Thiago. **Um réquiem feito de silêncios: suicídio, gênero e sexualidade na era digital** (tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. 217pp.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4288330/mod_resource/content/1/O%20Genoc%C3%ADdio%20do%20Negro%20Brasileiro.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

NAVASCONI, Paulo Victor Palma. **Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTTs**. Dissertação em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2018

NETTO, N. B. (2013). **Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a Psicologia clínica**. In: Conselho Federal de Psicologia, **O suicídio e os desafios para a Psicologia** (pp. 15-24). Brasília, Brasil: CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>. Acesso: 23 nov. 2023.

NEVES, Ednalva Maciel. Alegorias sobre a morte: a solidariedade familiar na decisão do lugar de “bem morrer”. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 2, p. 55-74, ago./dez. 2004. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/207/144>. Acesso em: 30 out. 2023.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, Demasiadamente Humano. Um livro para espírito livres**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

PARAÍBA. Secretaria Municipal de Saúde. Notificações de violências autoprovocadas e óbitos por lesão autoprovocada intencionalmente (suicídios). **Boletim Epidemiológico**, João Pessoa, 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto Urbe. **Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 2, 2008.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder hoje. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7877116/mod_resource/content/0/O_CONCEITO_DE_BIOPODER_HOJE.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função nas sociedades primitivas**. Lisboa: Ed. 70, 1989. e Petrópolis: Vozes, 1973.

RAEDERS, Georges. **O conde Gobineau no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e o Esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RISCADI, Jorge Luís de Souza et al. **Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos**, em Alagoas (2010).

ROCHA, José Geraldo da. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIV, Nº 2, t. 1.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Revista Sociedade e Estado**. Volume XII, nº 2, 1997.

SETEMBRO Amarelo: Mês de prevenção ao suicídio, **Associação Brasileira de Psiquiatria, Rio de Janeiro**, [2023]. Disponível em: <https://www.setembroamarelo.com/>. Acesso em 22 nov. 2023.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da *et al.* O suicídio no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado**. v. 33, n. 22, p. 565-580, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/jptvxvwz7F6LmsxgZBjzjgr/?format=pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SILVA, Flávia Gonçalves da. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 28, 1º sem. de 2009, pp. 169-195

SILVA, Járdina Kelly da. **“Falar é a melhor solução”**: Uma investigação sobre o suicídio e o Centro de Valorização da Vida em João Pessoa. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Weverson Bezerra. **“Trabalhar com a morte é não parar de pensar nela”**: estudo antropológico sobre as práticas dos profissionais de saúde do hospital Napoleão Laureano com os pacientes com câncer em cuidados paliativos, 2021. Dissertação, ppga/ UFPB.

SILVEIRA, Nise da. **Gatos: a emoção de lidar**. 1998, (pp. 80-80).

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 39-46, 1998. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/715/731>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SONEGHET, Lucas Faial. Fazendo o melhor da vida na morte: qualidade de vida, processo de morrer e cuidados paliativos. **Revista M.**, v. 5, n. 10, p. 357-382, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jPHCQCWTsFdssdyb8nTLRXh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SONEGHET, Lucas Faial. Fazendo o melhor da vida na morte: qualidade de vida, processo de morrer e cuidados paliativos. **Revista M.**, v. 5, n. 10, p. 357-382, 2020.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

VIANNA, Adriana. **Violência, Estado e gênero: entre corpos e corpus entrecruzados**. In: SOUZA LIMA, A. C. de; GARCIA-ACOSTA, V. (Orgs.). Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília, ABA, 2014, pp.209-237.

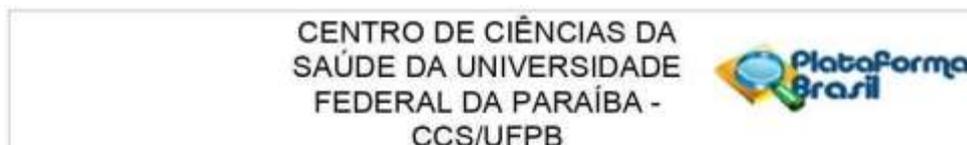
VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e a saúde da população Negra. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

YALON, I. **Psicoterapia de Grupo: teoria e prática**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

YALOM, Irvin. **Os desafios da terapia: reflexões para pacientes e terapeutas**. Tradução: Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Francisco Bezerra e Reis.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIAS DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RACISMO E SUICÍDIO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O SUICÍDIO NA POPULAÇÃO NEGRA

Pesquisador: JARDINA KELLY DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70059723.6.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHLA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.141.108

Apresentação do Projeto:

Trata-se da primeira versão do projeto de dissertação de Járдина Kelly da Silva, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação da Profª. Drª. Ednalva Maciel Neves. O referido projeto de pesquisa problematiza a relação entre racismo e suicídio, enfatizando como esses dois fenômenos afetam o cotidiano da vida pessoal e social com consequência para as famílias e as trajetórias pessoais. E analisarei de maneira exploratória o nexο existente entre racismo e suicídio da população negra, observando a relação entre indivíduo e sociedade na qual o racismo é destacado como um fator relevante para o suicídio que atinge as pessoas negras.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como as práticas do racismo influencia no suicídio da população negra, a partir de uma análise feita no Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, envolvendo os profissionais e as mulheres acolhidas pelo Centro, considerando a coleta de dados sobre suicídio, da Secretaria de saúde do município de João Pessoa, para acompanhar a assistência histórica de tentativas e de suicídios no município.

Endereço: Campus 1 / Prédio do CCS UFPB - 1ª Andar			
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 58.051-900		
UF: PB	Município: JOAO PESSOA		
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791	E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br	

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.141.108

JOAO PESSOA, 26 de Junho de 2023

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER
E DA DIVERSIDADE HUMANA

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, **LÍDIA DE MOURA SILVA CRONEMBERGER**, na qualidade de Secretária de Estado, responsável pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, inscrita no CNPJ nº 12.251.050/0001-20, com sede na Rua Rodrigues de Aquino, nº 496, Bairro de Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP: 58.015-040, declaro para os devidos fins que a pesquisadora **JÁRDINA KELLY DA SILVA**, portadora do CPF nº 082.457.764-75, está autorizada a desenvolver o seu projeto de pesquisa **UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA: A INFLUÊNCIA DO RACISMO SOBRE O SUICÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA**, que está sob a coordenação/orientação da Profa. **EDNALVA MACIEL NEVES** cujo objetivo é **A PESQUISA QUALITATIVA A FIM DE COMPREENDER OS IMPACTOS CAUSADOS ÀS MULHERES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO RACISMO, IDENTIFICANDO OS ELEMENTOS DA AGRESSÃO RACIAL, AS CONSEQUÊNCIAS EM SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E SE EXISTE A IDEIAÇÃO SUICIDA**, a ser realizado em parceria com a **SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DIVERSIDADE HUMANA**, nas instalações do **CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL JOÃO BALULA**, localizado em João Pessoa - PB.

Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução 466/2012 do CNS. A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana fica isenta de toda e qualquer responsabilidade (seja ela civil, criminal, trabalhista e/ou administrativo) em relação à pesquisa que será desenvolvida, bem como de seus resultados. A pesquisadora e a docente ficam cientes de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos/as participantes da pesquisa nela recrutados.

A Secretaria não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida e os responsáveis pela pesquisa obrigam-se a prestar todas as informações necessárias, quando solicitados pela secretaria.

Outrossim, informamos que para ter acesso a qualquer serviço do **CENTRO DE REFERÊNCIA ESTADUAL JOÃO BALULA**, fica condicionada a apresentação da Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa, devidamente credenciada junto à comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, ao serviço que receberá a pesquisa antes do início da mesma.

João Pessoa, 19 de abril de 2023.

Lídia de Moura
Silva Cronemberger

Assinado de forma digital por Lídia
de Moura Silva Cronemberger
Dados: 2023.04.20 15:25:00 -03'00'

LÍDIA DE MOURA SILVA CRONEMBERGER
Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

SECRETARIA DE ESTADO **DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA**
Rua Rodrigues de Aquino, 496 - Jaguaribe - João Pessoa-PB. CEP: 58.015-040
Tel.: (83) 3218-7298

ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA



Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
Gerência de Educação na Saúde – GES

João Pessoa, 19 de abril de 2023

Processo Nº: 46.944/2023

TERMO DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA

A **Gerência de Educação na Saúde (GES)** está de acordo com a execução do projeto de pesquisa **“RACISMO E SUICÍDIO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O SUICÍDIO NA POPULAÇÃO NEGRA”**, a ser desenvolvido pelo(a) pesquisador(a) **JÁRDINA KELLY DA SILVA**, sob orientação de **EDNALVA MACIEL NEVES**, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada no(a) **GERENCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS**, em João Pessoa-PB.

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a **Resolução 466/2012** do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Informamos que para ter acesso a Rede de Serviços de Saúde do município, fica condicionada a apresentação nesta Gerência da **Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa**, devidamente credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Sem mais, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Jeovana Stropp
Gerência da Educação na Saúde

ANEXO D – ROTEIROS

I Roteiro de observação:

No Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula, além de conhecer sua história e estrutura, a observação de campo consistirá em observar a demanda de pessoas e queixas que chegam, o fluxo do público na unidade, e o tipo de atendimento oferecido, o que inclui o acolhimento e a interação entre os profissionais e aqueles que buscam o serviço, mas também entre os próprios profissionais. Além disso, é importante entender como essa demanda é encaminhada para outros níveis da gestão da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

II Roteiro de entrevista sociodemográfico para todos os entrevistados:

Nome:

Idade:

Raça:

Endereço:

Escolaridade:

Profissão/ocupação:

Renda Média:

Estado Civil:

III Roteiro da Entrevista

- 1) Fale sobre você/sobre a sua vida
- 2) Como sou da existência do Centro João Balula?
- 3) Por que você procurou o Centro João Balula?
- 4) Qual tipo de ajuda o Centro lhe ofereceu?
- 5) Você já teve ideação suicida ou já tentou suicídio?

- 6) Você conhece alguma pessoa que passou por algo semelhante e tentou ou cometeu suicídio?
- 7) Era uma pessoa negra?
- 8) Qual o seu grau de parentesco com essa pessoa?
- 9) Você acha que esses acontecimentos/sofrimentos podem levar a pessoa a se sentir mal ao ponto de tentar ou cometer suicídio?
- 10) Você tem mais alguma coisa que gostaria de compartilhar comigo?